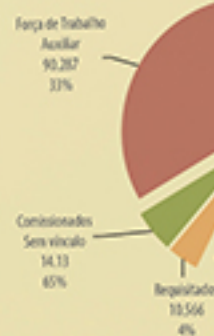
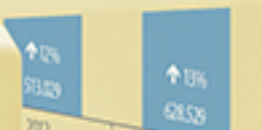
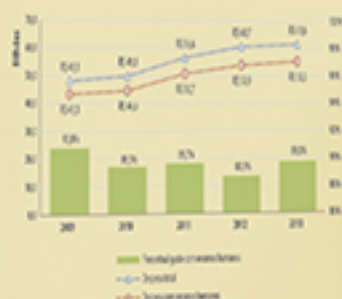


Justiça Militar

Justiça

em números

2014



PODER JUDICIÁRIO



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

Justiça em Números 2013

Conselho Nacional de Justiça

Presidente Ministro Ayres Britto

Corregedora Nacional de Justiça Ministra Nancy Andrighi

Conselheiros Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ana Maria Duarte Amarante Brito
Deborah Ciocci
Guilherme Calmon Nogueira da Gama
Saulo José Casali Bahia
Flavio Portinho Sirangelo
Rubens Curado Silveira
Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
Gilberto Valente Martins
Gisela Gondin Ramos
Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira
Emmanoel Campelo de Souza
Fabiano Augusto Martins Silveira

Secretário-Geral Fabricio Bittencourt da Cruz

Diretor-Geral Carlos Roberto Gonçalves

Departamento de Pesquisas Judiciárias

Diretor Executivo Fabyano Alberto Stalschmidt Prestes

Diretora de Projetos Fernanda Paixão Araújo Pinto

Diretora Técnica Thamara Duarte Cunha Medeiros

Pesquisadores Daniel Augusto Vila-Nova
Ganem Amiden Neto
Paula Karina Rodriguez Ballesteros
Santiago Falluh Varela

Estatísticos Filipe Pereira da Silva
Gabriela Moreira
Jaqueline Barbão
Igor Stemler

Apoio à Pesquisa Danielly dos Santos Queiros
Pâmela Tieme Barbosa Aoyama
Pedro Amorim
Raquel da Veiga Araújo de Meneses
Raquel Wanderley da Cunha
Ricardo Marques

Sumário

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.	6
1.1. Recursos Financeiros	6
1.1.1. G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB	6
1.1.2. G2 - Despesa Total da Justiça Militar em relação à Despesa Pública	8
1.1.3a. DRH - Despesa com Recursos Humanos(R\$)	10
1.1.3b. G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual	12
1.1.4. G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual	14
1.1.5. G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual	16
1.1.6. G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual	18
1.1.7. G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual	20
1.1.8. G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual	22
1.1.9. G7 - Despesa Total da Justiça Militar Estadual por Habitante(R\$)	24
1.1.10. Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual	26
1.1.11. I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual	28
1.1.12. I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual	30
1.1.13. I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual	32
1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos	34
1.2.1. MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes	34
1.2.2. Mag - Total de Magistrados: Força de Trabalho	36
1.2.3. TS - Total de Servidores: Força de Trabalho	38
1.2.4. FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados	40
1.2.5. F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 militares estaduais	42
1.2.6. F2 - Magistrados por 100.000 militares estaduais	44
1.2.7. F3 - Força de Trabalho por 100.000 militares estaduais	46
1.2.8. F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 militares estaduais	48
1.2.9. F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 militares estaduais	50
1.2.10. F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 militares estaduais	52
1.2.11. F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes	54
1.2.12. Inf2 - Número de Computadores por Usuário	56
1.2.13. Dm ² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)	58
1.2.14. Pm ² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)	60
1.2.15. ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)	62

2. Litigiosidade	64
2.1. Litigiosidade de 2º Grau	64
2.1.1. Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	64
2.1.2. Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	66
2.1.3. TBAix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	68
2.1.4. Dec2º - Total de Decisões que Põem Fim à Relação Processual no 2º Grau	70
2.1.5. Ch2º - Casos Novos por 100.000 Militares Estaduais no 2º Grau	72
2.1.6. Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau	74
2.1.7. Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau	76
2.1.8. K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau	78
2.1.9. TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau	80
2.1.10. DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau	82
2.1.11. ProcEl2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau	84
2.1.12. TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau	86
2.1.13. Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau	88
2.1.14. Rln2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau	90
2.1.15. Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau	92
2.2. Litigiosidade do 1º Grau	94
2.2.1. Cn1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau	94
2.2.2. Cp1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau	96
2.2.3. TBAixC1º - Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	98
2.2.4. SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º Grau	100
2.2.5. CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	102
2.2.6. CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	104
2.2.7. TBAixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	106
2.2.8. SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau	108
2.2.9. Ch1º - Casos Novos por 100.000 Militares Estaduais no 1º Grau	110
2.2.10. Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau	112
2.2.11. Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau	114
2.2.12. KC1º - Carga de Trabalho na Fase de Conhecimento de 1º Grau	116
2.2.13. KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	118
2.2.14. K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau	120
2.2.15. TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau	122
2.2.16. TCEEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau	124
2.2.17. TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau	126
2.2.18. SMC1º - Sentenças por Magistrado na Fase de Conhecimento do 1º Grau	128
2.2.19. SMEx1º - Sentenças por Magistrado na Fase de Execução do 1º Grau	130
2.2.20. SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau	132
2.2.21. ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau	134
2.2.22. TbCnC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau	136
2.2.23. TbCnEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau	138
2.2.24. TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau	140
2.2.25. Rx1º - Recorribilidade Externa de 1º Grau	142
2.2.26. Rln1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau	144
2.2.27. Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau	146

2.3. Litigiosidade Total	148
2.3.1. Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes	148
2.3.2. Cm - Casos Novos por Magistrado	150
2.3.3. Cs - Casos Novos por Servidor	152
2.3.4. K - Carga de Trabalho dos Magistrados	154
2.3.5. TC - Taxa de Congestionamento	156
2.3.6. SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado	158
2.3.7. ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos	160
2.3.8. TbCn - Processos Baixados por Caso Novo	162
3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas	164
3.1. A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual	164
3.2. A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 militares estaduais	166
3.3. Dem - Demandantes	168
3.4. Poder Público como Demandante	170
3.4.1. DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:	170
3.4.2. DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:	172
3.5. Poder Público como Demandado	174
3.5.1. DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:	174
3.5.2. DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:	176

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

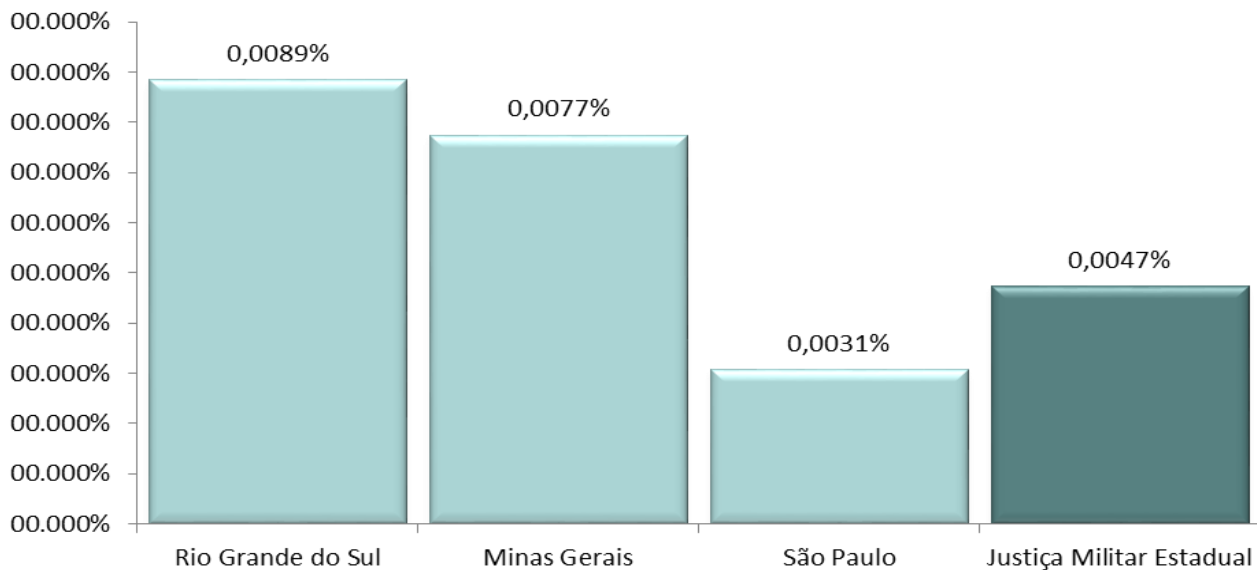
1.1.1. G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Tabela 1.1 G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Tribunal de Justiça Militar	Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual	PIB - Produto Interno Bruto	G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB
Minas Gerais	34.919.761	450.928.211.229	0,0077%
Rio Grande do Sul	27.247.141	307.854.475.349	0,0089%
São Paulo	48.499.671	1.575.820.385.779	0,0031%
Justiça Militar Estadual	110.666.572	2.334.603.072.357	0,0047%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.1 G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Finalidade: Medir quanto a despesa total de cada uma das Justiças Militares Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias representa em relação ao PIB estadual produzido no ano-base.

Fórmula: $G1 = Dpj / PIB$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as requisições de pequeno valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores ao ano-base.
- PIB - Produto Interno Bruto: Representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos na região sob jurisdição do Tribunal Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias durante um período determinado (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

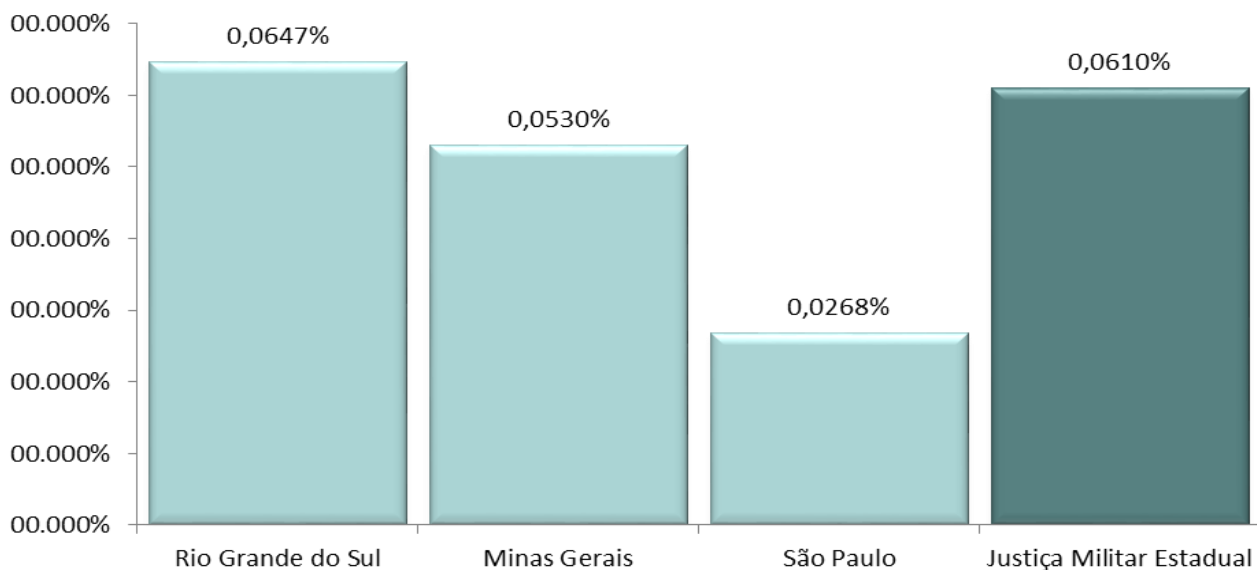
1.1.2. G2 - Despesa Total da Justiça Militar em relação à Despesa Pública

Tabela 1.2 G2 - Despesa Total da Justiça Militar em relação à Despesa Pública

Tribunal de Justiça Militar	Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual	GT - Gastos Totais	G2 - Despesa Total da Justiça Militar em relação à Despesa Pública
Minas Gerais	34.919.761	65.839.450.359	0,0530%
Rio Grande do Sul	27.247.141	42.108.192.988	0,0647%
São Paulo	48.499.671	181.306.224.898	0,0268%
Justiça Militar Estadual	110.666.572	181.306.224.898	0,0610%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.2 G2 - Despesa Total da Justiça Militar em relação à Despesa Pública



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

G2 - Despesa Total da Justiça Militar em relação à Despesa Pública

Finalidade: Medir quanto a despesa total de cada uma das Justiças Militares Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias representa em relação à despesa pública total dos estados no ano-base.

Fórmula: $G2 = Dpj / GT$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as requisições de pequeno valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores ao ano-base.
- GT - Gastos Totais: Refere-se à Despesa Pública Total Estadual (Fonte: STN).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

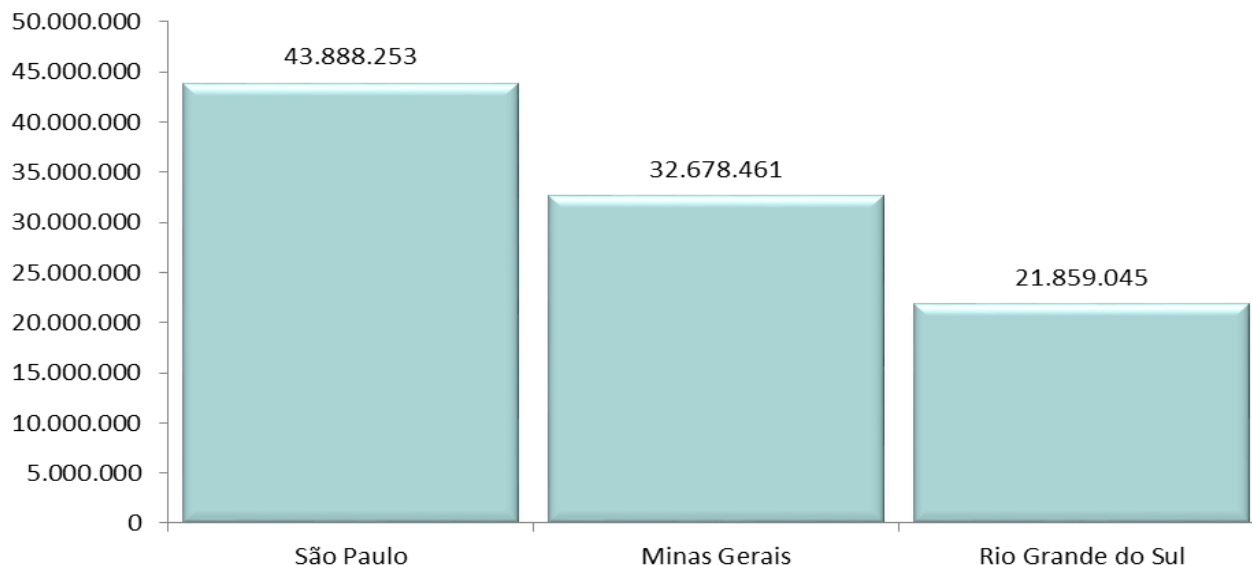
1.1.3a. DRH - Despesa com Recursos Humanos(R\$)

Tabela 1.3 DRH - Despesa com Recursos Humanos(R\$)

Tribunal de Justiça Militar	DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão	DBen - Despesas com Benefícios	DEnc - Despesas com Encargos	DTer+DEst - Despesas com Terceirizados e Estagiários	Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos
Minas Gerais	26.752.815	1.596.272	3.235.701	936.246	157.427
Rio Grande do Sul	20.075.451	338.960	723.931	447.859	272.845
São Paulo	31.432.277	3.490.680	5.267.456	154.915	3.542.927
Justiça Militar Estadual	78.260.543	5.425.911	9.227.088	1.539.020	3.973.198

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.3 DRH - Despesa com Recursos Humanos(R\$)



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

DRH - Despesa com Recursos Humanos(R\$)

Fórmula: $DRH = DRem + DBen + DEnc + DTer + DEst + Dip$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão:** As despesas efetivamente realizadas com remuneração, proventos e pensão, independentemente da nomenclatura adotada (subsídio, vencimentos, gratificações, vantagens pessoais, adicionais, abonos, parcelas incorporadas, férias), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do estado, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DBen - Despesas com Benefícios:** As despesas efetivamente realizadas com benefícios, independentemente da nomenclatura adotada (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidez, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do estado, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DEnc - Despesas com Encargos:** As despesas efetivamente realizadas com encargos incidentes sobre a folha de pessoal, referentes a magistrados e servidores ativos, inclusive os servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do estado no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DTer+DEst - Despesas com Terceirizados e Estagiários:** As despesas efetivamente realizadas com terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e estagiários, incluída, no caso de autônomos, a contribuição patronal pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.).
- **Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos:** As despesas efetivamente realizadas com indenizações (ajuda de custo, diárias, transporte, auxílio moradia, licença-prêmio convertida em pecúnia) e as indiretas com recursos humanos (passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação), atinentes a magistrados e servidores ativos e a servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

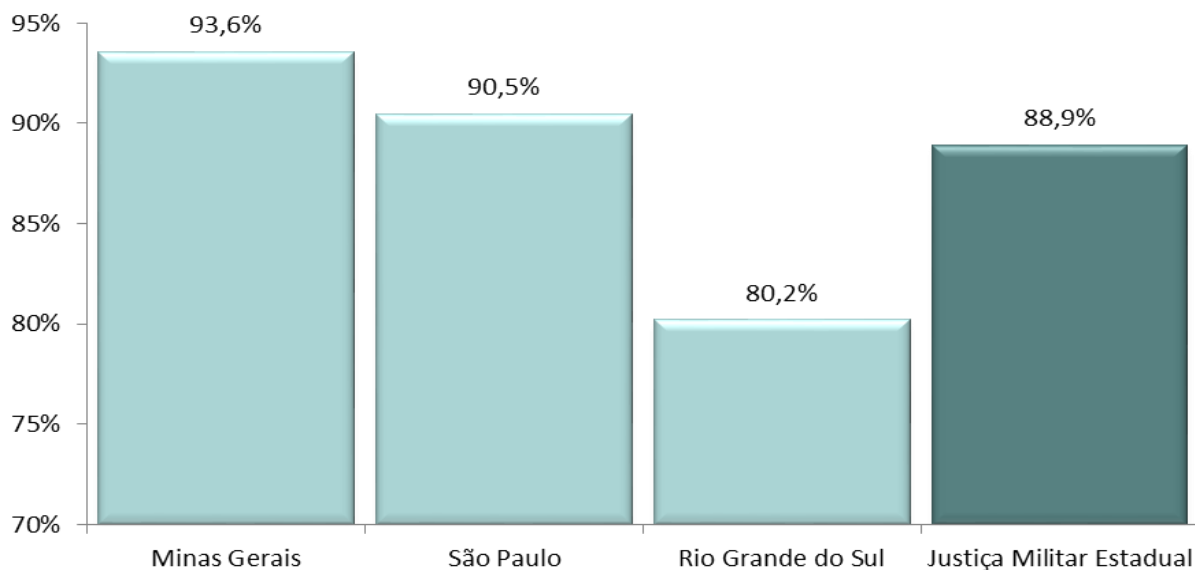
1.1.3b. G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Tabela 1.4 G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Tribunal de Justiça Militar	DRH - Despesa com Recursos Humanos(R\$)	Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual	G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual
Minas Gerais	32.678.461	34.919.761	93,6%
Rio Grande do Sul	21.859.045	27.247.141	80,2%
São Paulo	43.888.253	48.499.671	90,5%
Justiça Militar Estadual	98.425.759	110.666.572	88,9%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.4 G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Finalidade: Medir quanto a despesa com recursos humanos representa em relação à despesa total de cada uma das Justiças Militares Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G3 = DRH / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DRH - Despesa com Recursos Humanos: As despesas efetivamente realizadas com recursos humanos, independentemente da nomenclatura adotada (remuneração, ajuda de custo, diárias, passagens e locomoções, auxílio-moradia, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio pré-escolar, auxílio-funeral, auxílio-natalidade, assistência médica e odontológica, encargos, tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), estagiários e terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviços que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.).
- Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as requisições de pequeno valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores ao ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

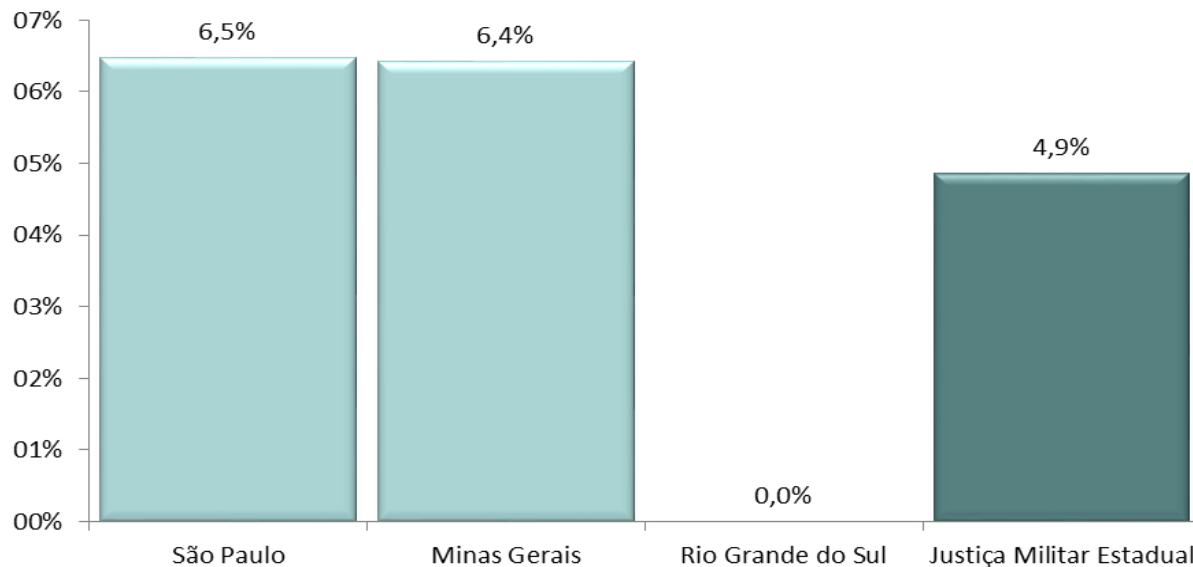
1.1.4. G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Tabela 1.5 G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Tribunal de Justiça Militar	DBS - Despesa com Bens e Serviços e de Capital	Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual	G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual
Minas Gerais	2.241.300	34.919.761	6,4%
Rio Grande do Sul	0	27.247.141	0,0%
São Paulo	3.139.057	48.499.671	6,5%
Justiça Militar Estadual	5.380.357	110.666.572	4,9%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.5 G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com bens e serviços e de capital representa em relação à despesa total de cada uma das Justiças Militares Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G4 = DBS / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DBS - Despesa com Bens e Serviços e de Capital: As despesas com bens e serviços e de capital - incluídas as inscritas em “restos a pagar” -, realizadas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do estado, no ano-base. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores e as despesas que, embora relacionadas com bens e serviços e de capital, já foram consideradas no conceito de despesas com recursos humanos - DRH (contratos de terceirização de mão de obra e de estagiários, passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação).
- Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as requisições de pequeno valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores ao ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

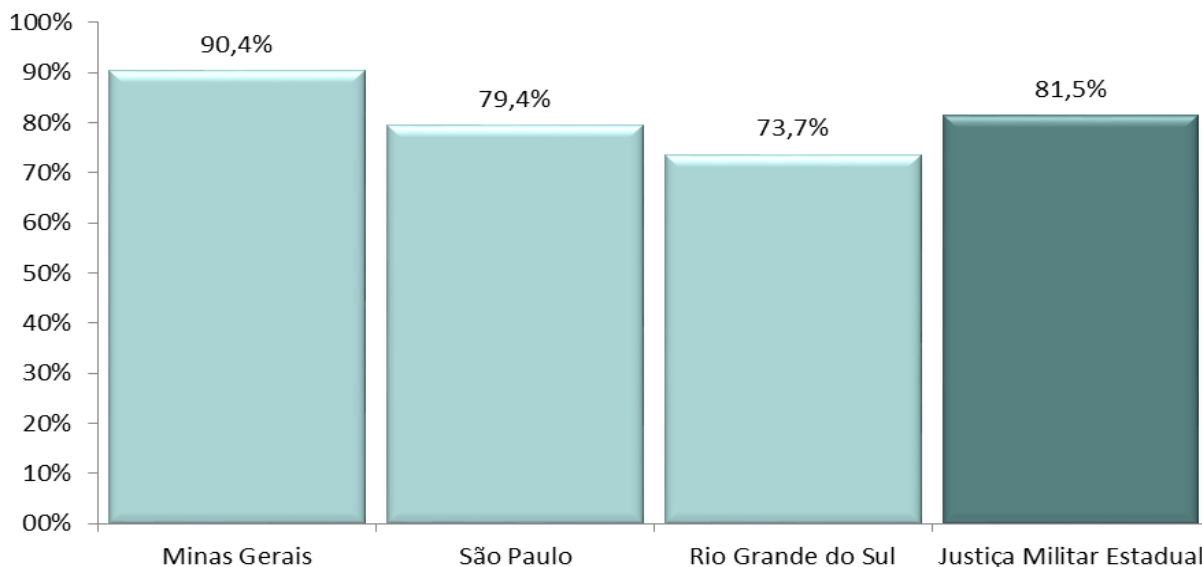
1.1.5. G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Tabela 1.6 G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Tribunal de Justiça Militar	DPE - Despesa com Pessoal e Encargos	Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual	G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual
Minas Gerais	31.584.788	34.919.761	90,4%
Rio Grande do Sul	20.075.451	27.247.141	73,7%
São Paulo	38.513.621	48.499.671	79,4%
Justiça Militar Estadual	90.173.860	110.666.572	81,5%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.6 G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal e encargos representa em relação à despesa total de cada uma das Justiças Militares Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G5 = DPE / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPE - Despesa com Pessoal e Encargos: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com todos servidores e magistrados do quadro permanente, ativos e inativos, e com instituidores de pensão e servidores requisitados; além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidéz, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do estado no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as requisições de pequeno valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores ao ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

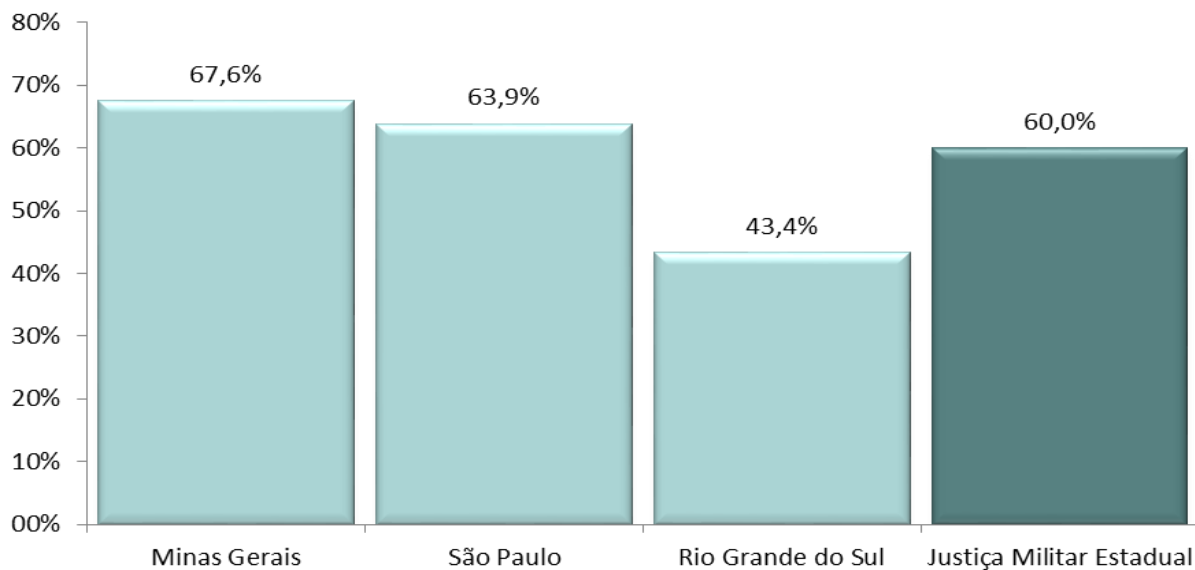
1.1.6. G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Tabela 1.7 G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Tribunal de Justiça Militar	DPEA - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo	Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual	G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual
Minas Gerais	23.600.968	34.919.761	67,6%
Rio Grande do Sul	11.812.016	27.247.141	43,4%
São Paulo	30.992.529	48.499.671	63,9%
Justiça Militar Estadual	66.405.512	110.666.572	60,0%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.7 G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal ativo e encargos representa em relação à despesa total de cada uma das Justiças Militares Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G5a = DPEA / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPEA - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo: As despesas efetivamente realizadas no ano-base, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados ativos do quadro permanente, incluídos os servidores requisitados pela Justiça, além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidéz, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do estado no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as requisições de pequeno valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores ao ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

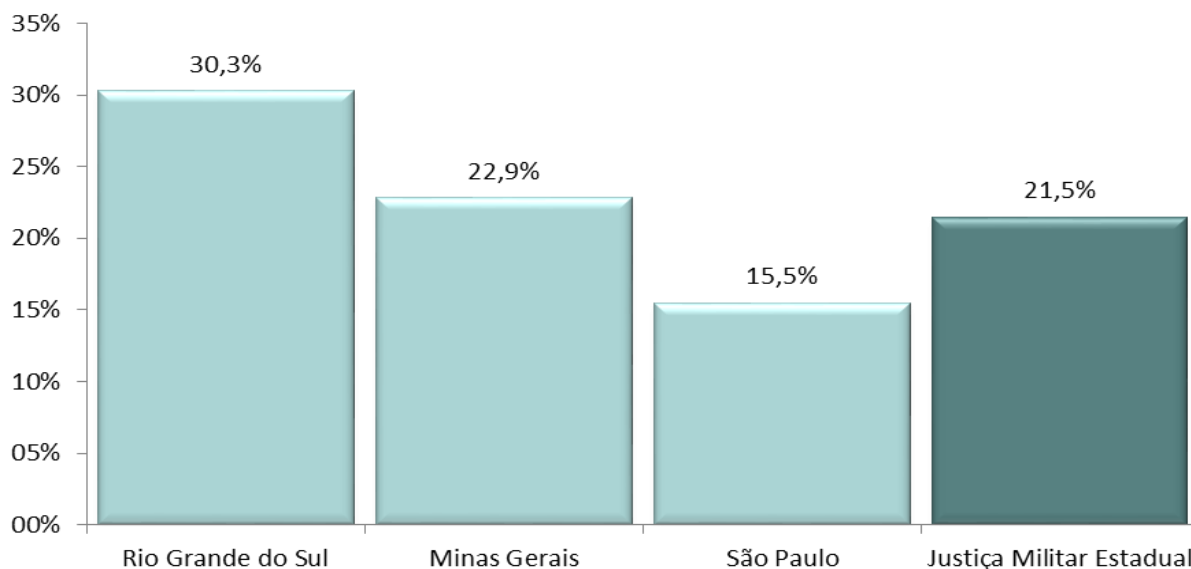
1.1.7. G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Tabela 1.8 G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Tribunal de Justiça Militar	DPeI - Despesa com Pessoal do Quadro Inativo	Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual	G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual
Minas Gerais	7.983.820	34.919.761	22,9%
Rio Grande do Sul	8.263.435	27.247.141	30,3%
São Paulo	7.521.092	48.499.671	15,5%
Justiça Militar Estadual	23.768.348	110.666.572	21,5%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.8 G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal inativo e com instituidores de pensão representa em relação à despesa total de cada uma das Justiças Militares Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G5b = DPel / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPel - Despesa com Pessoal do Quadro Inativo: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados inativos e com instituidores de pensão, além dos benefícios sociais (assistência médica e odontológica, plano de saúde, auxílio-saúde, auxílio-natalidade, auxílio-funeral e auxílio-creche). Excluem-se as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do estado no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as requisições de pequeno valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores ao ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

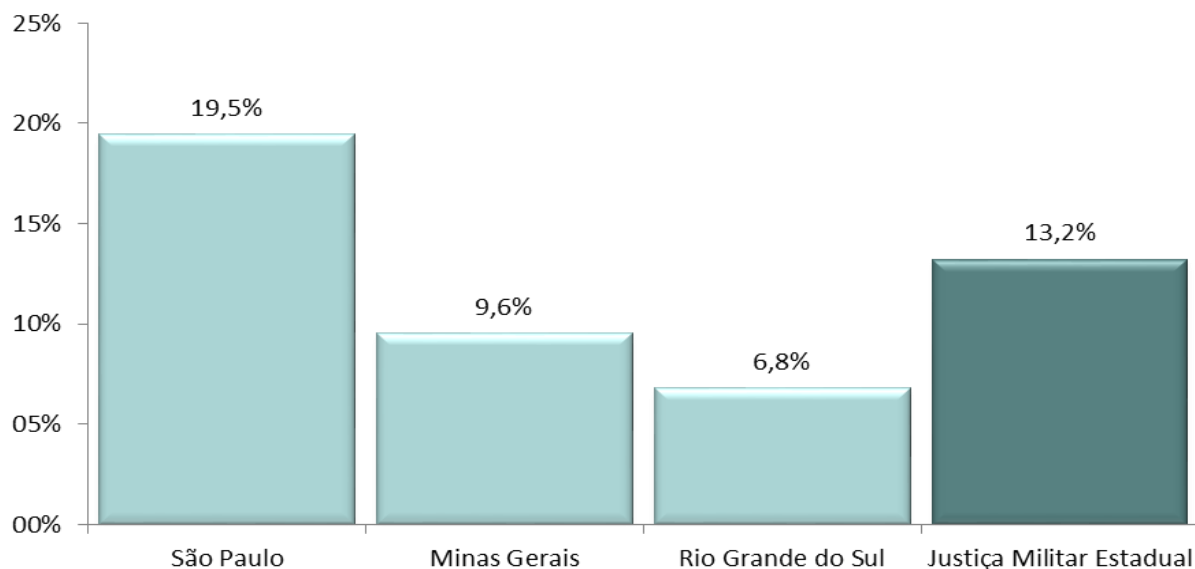
1.1.8. G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Tabela 1.9 G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Tribunal de Justiça Militar	Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual	DCt - Despesa com Custeio	Dk - Despesa com Capital	G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual
Minas Gerais	34.919.761	2.669.440	665.533	9,6%
Rio Grande do Sul	27.247.141	1.721.585	134.489	6,8%
São Paulo	48.499.671	8.428.898	1.019.370	19,5%
Justiça Militar Estadual	110.666.572	12.819.924	1.819.392	13,2%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.9 G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com custeio e capital, incluindo as atinentes a pessoal e a encargos dos servidores que não integram o quadro permanente, representa em relação à despesa total de cada uma das Justiças Militares Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G6 = DCCa / Dpj$ $DCCa = DCt + Dk$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as requisições de pequeno valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores ao ano-base.
- DCt - Despesa com Custeio: As despesas com custeio, abrangendo as despesas com remuneração, benefícios e encargos relativos a estagiários, terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e a contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do estado no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- Dk - Despesa com Capital: As despesas com capital pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado, no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

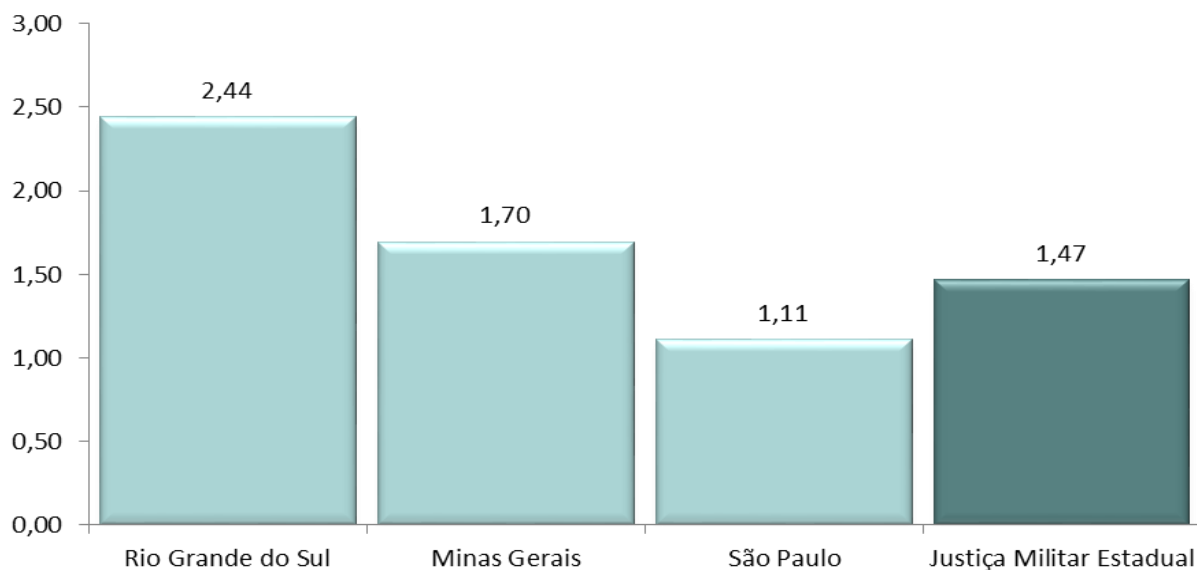
1.1.9. G7 - Despesa Total da Justiça Militar Estadual por Habitante(R\$)

Tabela 1.10 G7 - Despesa Total da Justiça Militar Estadual por Habitante(R\$)

Tribunal de Justiça Militar	Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual	h1 - Número de Habitantes	G7 - Despesa Total da Justiça Militar Estadual por Habitante(R\$)
Minas Gerais	34.919.761	20.593.356	1,70
Rio Grande do Sul	27.247.141	11.164.043	2,44
São Paulo	48.499.671	43.663.669	1,11
Justiça Militar Estadual	110.666.572	75.421.068	1,47

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.10 G7 - Despesa Total da Justiça Militar Estadual por Habitante(R\$)



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

G7 - Despesa Total da Justiça Militar Estadual por Habitante(R\$)

Finalidade: Medir a despesa total de cada uma das Justiças Militares Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias em relação à população do estado no ano-base.

Fórmula: $G7 = Dpj / h1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as requisições de pequeno valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores ao ano-base.
- h1 - Número de Habitantes: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

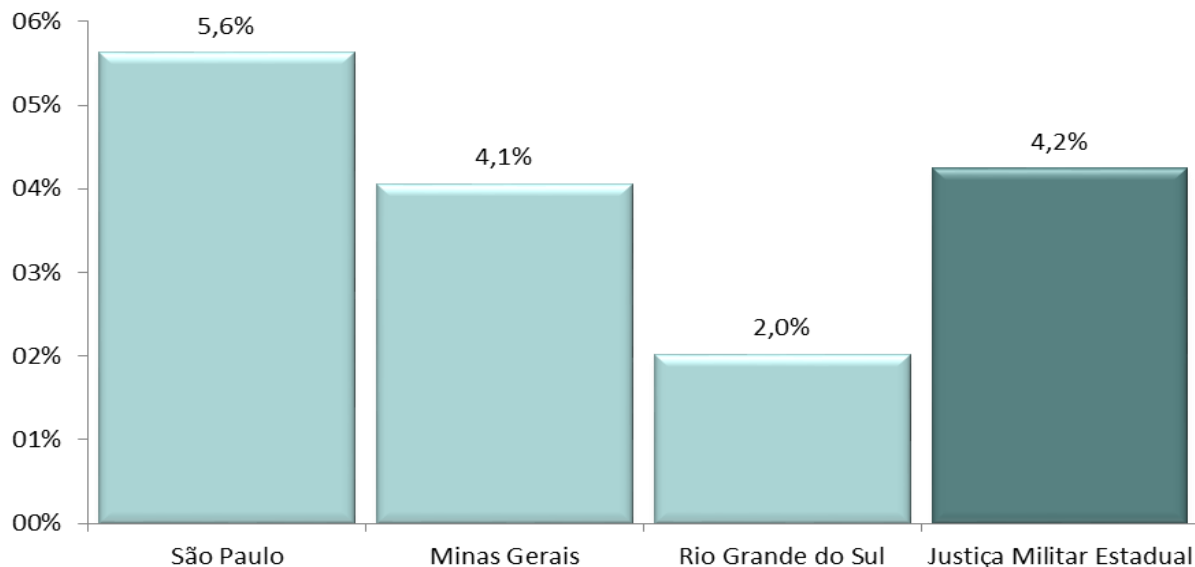
1.1.10. Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Tabela 1.11 Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Tribunal de Justiça Militar	DInf1 - Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça Militar Estadual	DInf2 - Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça Militar Estadual	DInf3 - Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça Militar Estadual	Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual	Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual
Minas Gerais	415.039	786.420	216.875	34.919.761	4,1%
Rio Grande do Sul	267.643	0	283.942	27.247.141	2,0%
São Paulo	1.039.473	1.529.502	164.181	48.499.671	5,6%
Justiça Militar Estadual	1.722.156	2.315.923	664.998	110.666.572	4,2%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.11 Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Finalidade: Indicar o que a despesa com a área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) representa em relação à despesa total de cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $Inf1 = (DInf1 + DInf2 + DInf3) / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DInf1 - Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça Militar Estadual: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, com aquisição de material, software (pronto) e hardware de informática na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, inclusive as empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- DInf2 - Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça Militar Estadual: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, com o custo de funcionamento e de manutenção da área de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), abrangendo as despesas com compras de suprimentos, despesas de pessoal com servidores do quadro efetivo e não efetivo, terceirizados, estagiários, diárias, deslocamentos, cursos de capacitação e treinamento, inclusive as empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- DInf3 - Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça Militar Estadual: As despesas efetivamente realizadas pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base, com contratos de prestação de serviços para o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), inclusive as empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as requisições de pequeno valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores ao ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

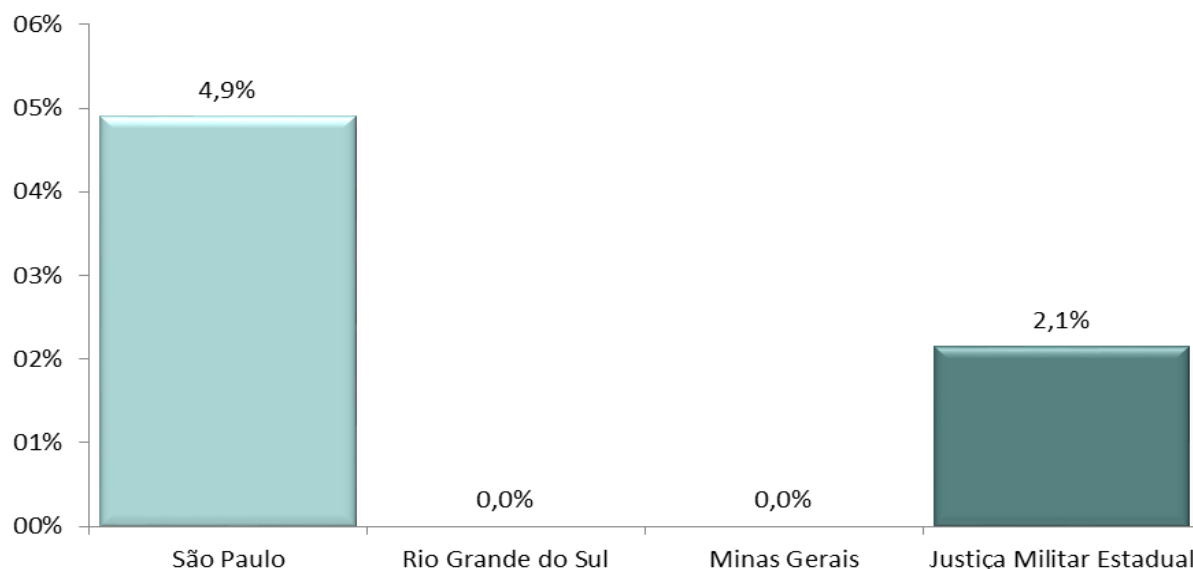
1.1.11. I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Tabela 1.12 I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Tribunal de Justiça Militar	R - Recolhimentos Diversos	Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual	I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual
Minas Gerais	0	34.919.761	0,0%
Rio Grande do Sul	0	27.247.141	0,0%
São Paulo	2.376.327	48.499.671	4,9%
Justiça Militar Estadual	2.376.327	110.666.572	2,1%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.12 I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Finalidade: Indicar o que o montante de arrecadação com custas e emolumentos pela Justiça Militar Estadual representa em relação à despesa total de cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $I1 = R / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- R - Recolhimentos Diversos: Todos os recolhimentos arrecadados pela Justiça Militar com custas (incluindo as da fase de execução) e emolumentos no ano-base e eventuais taxas.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as requisições de pequeno valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores ao ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

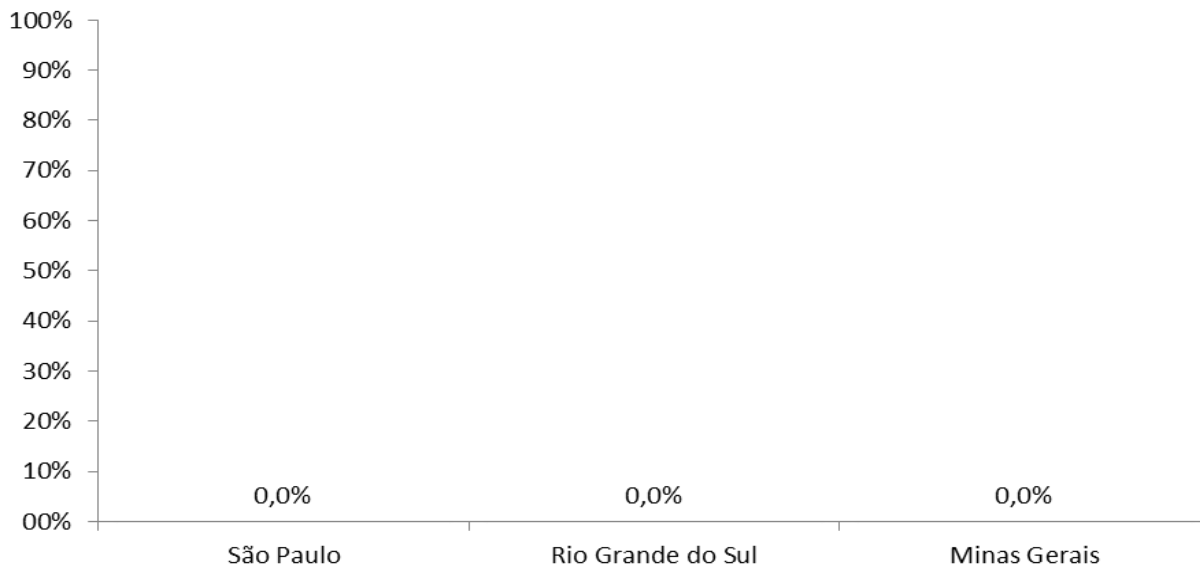
1.1.12. I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Tabela 1.13 I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Tribunal de Justiça Militar	VPag - Valores Pagos aos Jurisdicionados	Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual	I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual
Minas Gerais	0	34.919.761	0,0%
Rio Grande do Sul	0	27.247.141	0,0%
São Paulo	0	48.499.671	0,0%
Justiça Militar Estadual	0	110.666.572	0,0%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.13 I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Finalidade: Indicar o que o montante dos valores pagos aos jurisdicionados em decorrência da atividade da Justiça Militar Estadual representa em relação à despesa total de cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $I5 = VPag / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- VPag - Valores Pagos aos Jurisdicionados: Total dos valores pagos aos demandantes em decorrência da atividade da Justiça Militar Estadual durante o ano-base, inclusive os decorrentes de Precatórios Judiciais e requisições de pequeno valor (RPV's). Excluem-se os valores atinentes aos executivos fiscais (estaduais e municipais) e aos recolhimentos previdenciários.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em "restos a pagar". Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as requisições de pequeno valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores ao ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

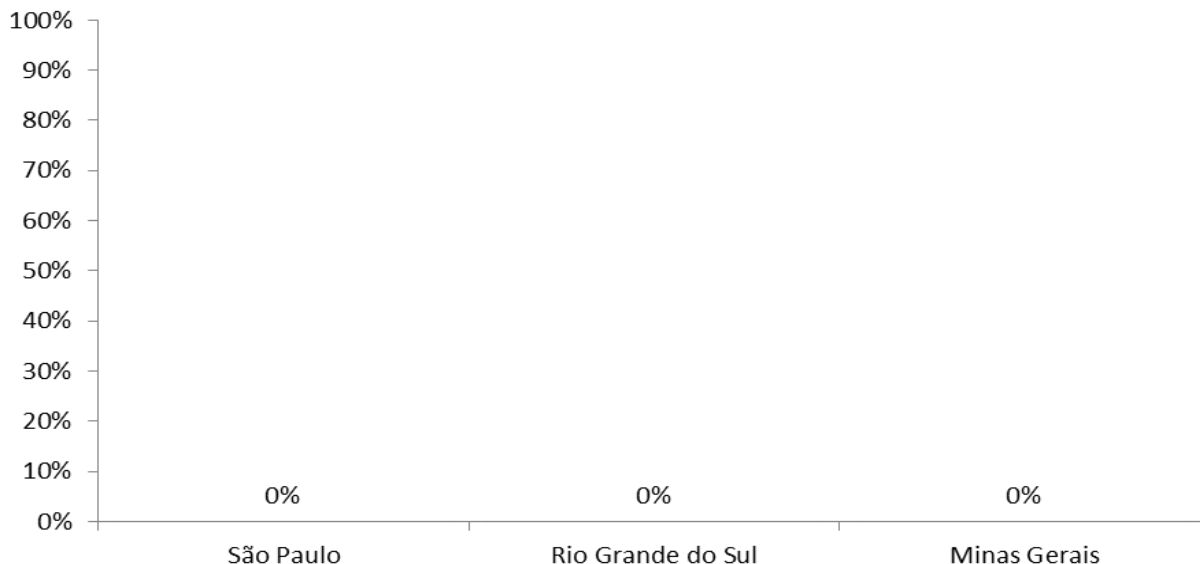
1.1.13. I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Tabela 1.14 I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Tribunal de Justiça Militar	DepJud - Saldo de Depósitos Judiciais	Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual	I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual
Minas Gerais	0	34.919.761	0%
Rio Grande do Sul	0	27.247.141	0%
São Paulo	0	48.499.671	0%
Justiça Militar Estadual	0	110.666.572	0%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.14 I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Finalidade: Indicar o que o montante dos valores dos depósitos judiciais da Justiça Militar Estadual no final do ano-base representa em relação à despesa total de cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias.

Fórmula: $I6 = \text{DepJud} / \text{Dpj}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DepJud - Saldo de Depósitos Judiciais: Saldo total de depósitos judiciais no final do ano-base, incluindo os depósitos dos executivos fiscais.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as requisições de pequeno valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores ao ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

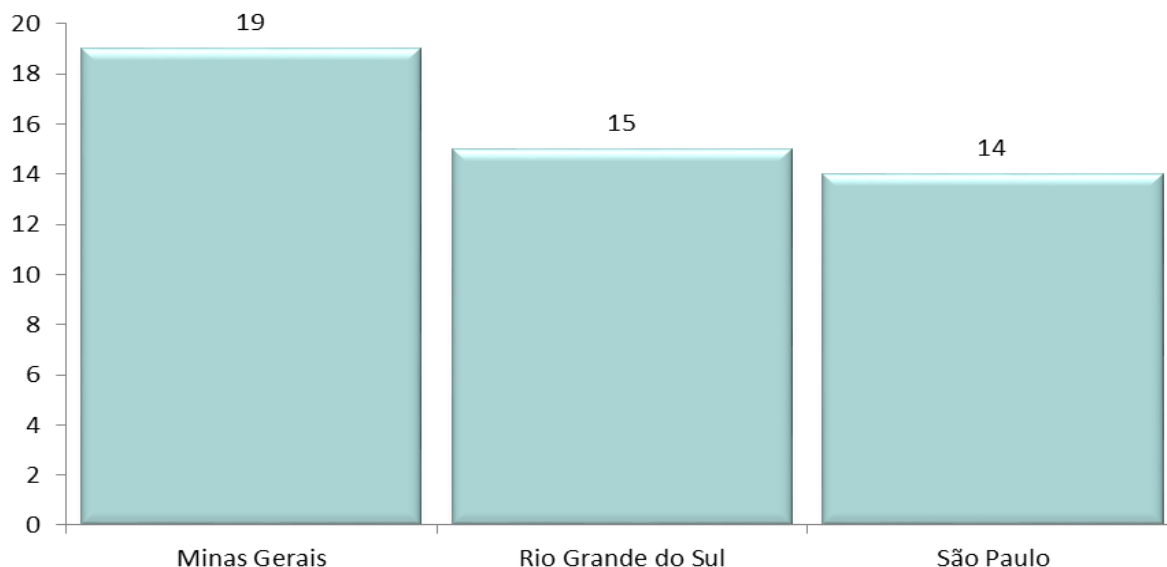
1.2.1. MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

Tabela 1.15 MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

Tribunal de Justiça Militar	MagE2º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau	MagE1º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 1º Grau	MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes
Minas Gerais	7	12	19
Rio Grande do Sul	7	8	15
São Paulo	7	7	14
Justiça Militar Estadual	21	27	48

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.15 MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrado existentes, providos ou não, em cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

Fórmula: $\text{MagE} = \text{MagE2}^\circ + \text{MagE1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MagE2º** - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes no 2º Grau da Justiça Militar Estadual no final do período-base (semestre), providos ou não.
- **MagE1º** - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes, providos ou não, no 1º Grau da Justiça Militar Estadual no final do ano-base. Incluem-se os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

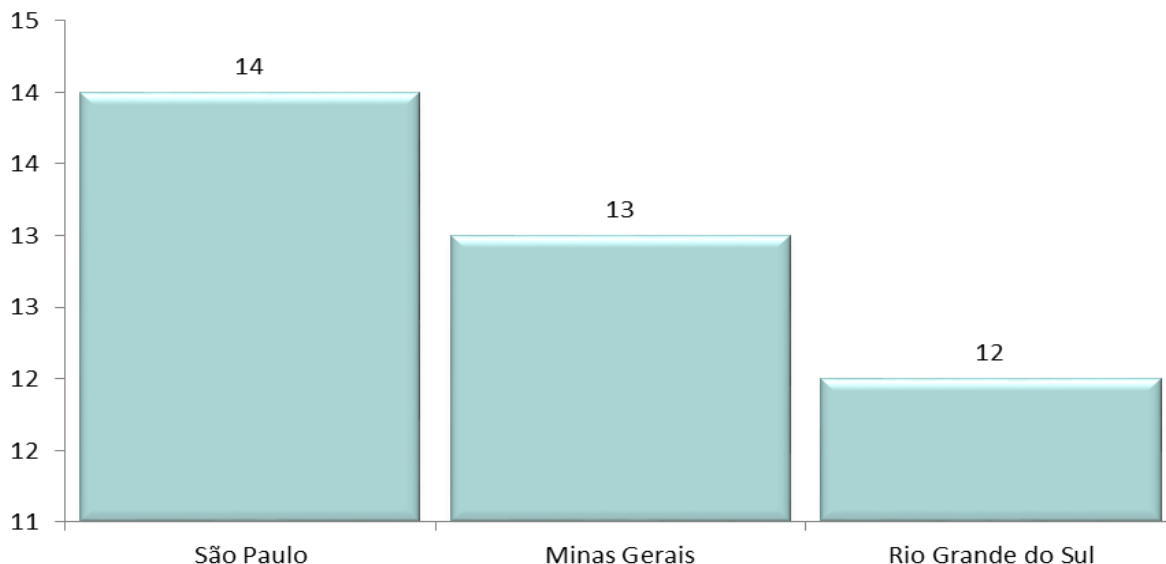
1.2.2. Mag - Total de Magistrados: Força de Trabalho

Tabela 1.16 Mag - Total de Magistrados: Força de Trabalho

Tribunal de Justiça Militar	MagP2º - Número de Cargos Providos de Magistrado no 2º Grau	MagP1º - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau	MagAJ1º - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição no 1º Grau	Mag - Total de Magistrados: Força de Trabalho
Minas Gerais	7	6	0	13
Rio Grande do Sul	6	7	1	12
São Paulo	7	7	0	14
Justiça Militar Estadual	20	20	1	39

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.16 Mag - Total de Magistrados: Força de Trabalho



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

Mag - Total de Magistrados: Força de Trabalho

Finalidade: Indicar o número de magistrados com atuação em cada Tribunal de Justiça Militar e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

Fórmula: $\text{Mag} = \text{MagE2}^\circ + \text{MagP1}^\circ - \text{MagAJ1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MagP2º** - Número de Cargos Providos de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado providos no 2º Grau da Justiça Estadual no final do período-base (semestre). Em eventual vacância, considerar a vaga preenchida temporariamente por membro da instância inferior.
- **MagP1º** - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau: Número de Magistrados providos no 1º Grau da Justiça Militar Estadual no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.
- **MagAJ1º** - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição no 1º Grau: Número de Magistrados da Justiça Militar Estadual afastados da jurisdição de 1º grau durante todo o período-base (semestre), incluindo os convocados para outros órgãos.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

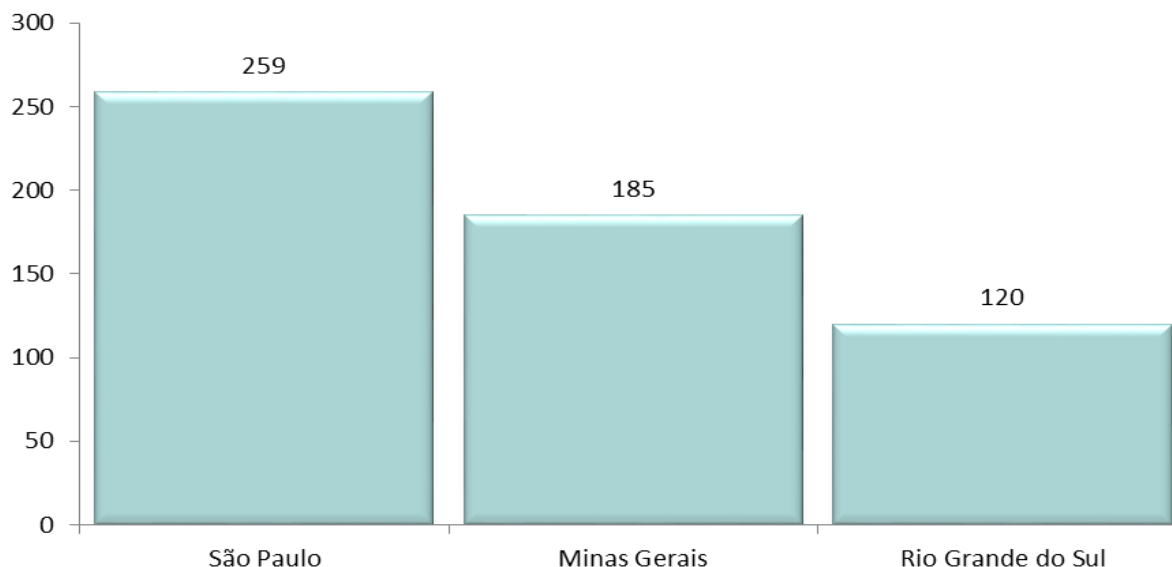
1.2.3. TS - Total de Servidores: Força de Trabalho

Tabela 1.17 TS - Total de Servidores: Força de Trabalho

Tribunal de Justiça Militar	TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo	TPCed - Total de Pessoal Cedido	TPReq - Total de Pessoal Requisitado	TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar	TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo	TS - Total de Servidores: Força de Trabalho
Minas Gerais	78	0	27	50	30	185
Rio Grande do Sul	32	0	33	36	19	120
São Paulo	220	3	0	39	3	259
Justiça Militar Estadual	330	3	60	125	52	564

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.17 TS - Total de Servidores: Força de Trabalho



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

TS - Total de Servidores: Força de Trabalho

Finalidade: Indicar o número de servidores em atividade em cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

Fórmula: $TS = TPEfet - TPCed + TPREq + TFAux + TPSV$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo: Número total de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base, incluídos os cedidos a outros órgãos.
- TPCed - Total de Pessoal Cedido: Número total de servidores cedidos a outros órgãos, ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPREq - Total de Pessoal Requisitado: Número total de servidores requisitados de órgãos do Poder Judiciário e de órgãos fora do Poder Judiciário, que estão em atividade no Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar: Número total de terceirizados e estagiários do Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo: Número total de servidores ocupantes apenas de cargo em comissão do Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

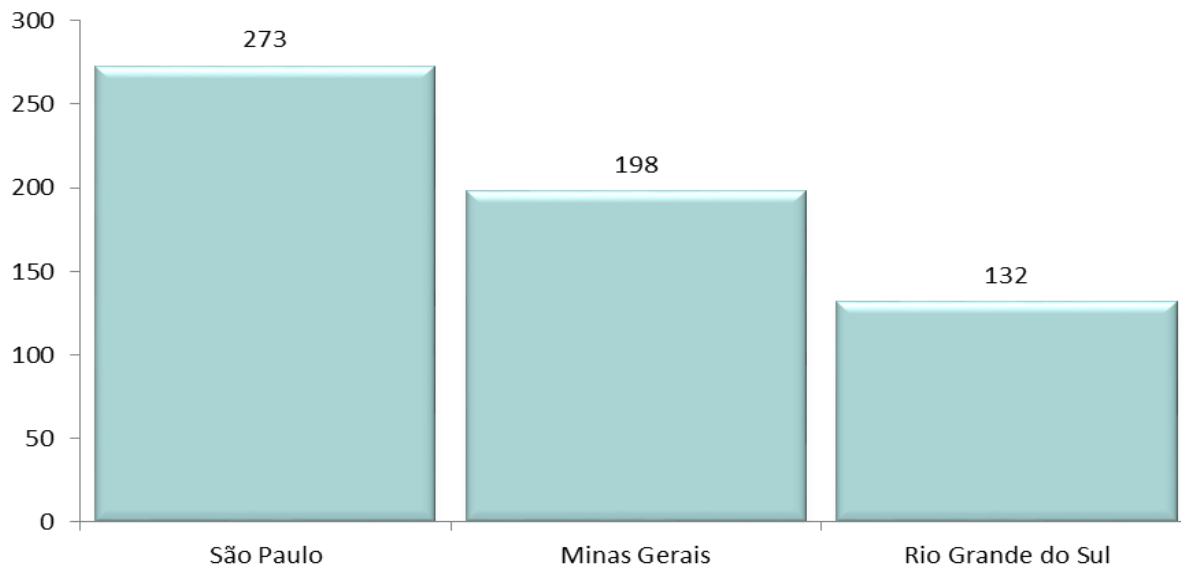
1.2.4. FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

Tabela 1.18 FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

Tribunal de Justiça Militar	TS - Total de Servidores: Força de Trabalho	Mag - Total de Magistrados: Força de Trabalho	FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados
Minas Gerais	185	13	198
Rio Grande do Sul	120	12	132
São Paulo	259	14	273
Justiça Militar Estadual	564	39	603

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.18 FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

Finalidade: Indicar o número total da força de trabalho incluindo magistrados e servidores em cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

Fórmula: $FTT = Mag + TS$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TFAux + TPSV$

Fórmula: $Mag = MagE2^o + MagP1^o - MagAJ1^o$

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

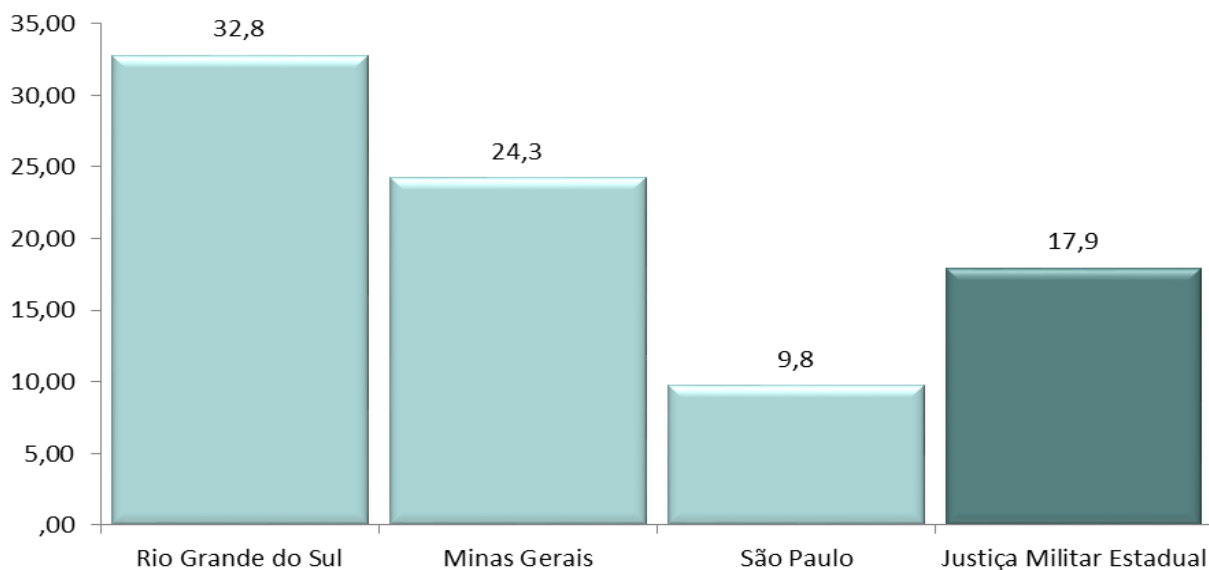
1.2.5. F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 militares estaduais

Tabela 1.19 F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 militares estaduais

Tribunal de Justiça Militar	MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes		F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 militares estaduais
Minas Gerais	19	206	24,3
Rio Grande do Sul	15	112	32,8
São Paulo	14	437	9,8
Justiça Militar Estadual	48	754	17,9

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.19 F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 militares estaduais



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 militares estaduais

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrado existentes, providos ou não, em cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 militares do estado no ano-base.

Fórmula: $F1 = \text{MagE} / \text{me2}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $\text{MagE} = \text{MagE2}^{\circ} + \text{MagE1}^{\circ}$

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

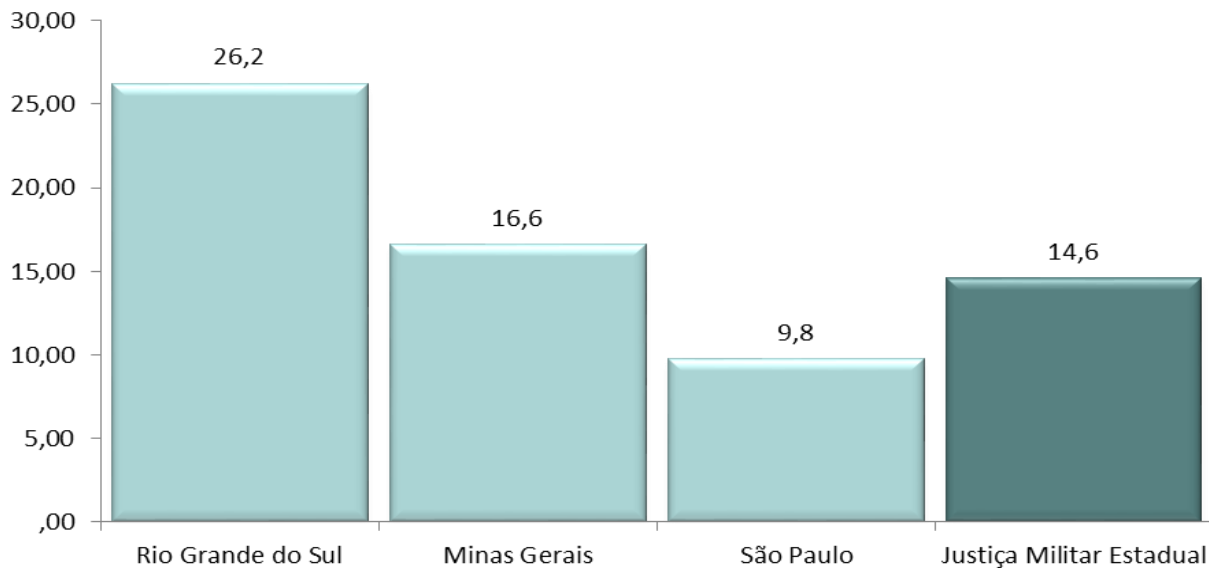
1.2.6. F2 - Magistrados por 100.000 militares estaduais

Tabela 1.20 F2 - Magistrados por 100.000 militares estaduais

Tribunal de Justiça Militar	Mag - Total de Magistrados: Força de Trabalho	me2 - Número de Militares Estaduais por 100.000	F2 - Magistrados por 100.000 militares estaduais
Minas Gerais	13	1	16,6
Rio Grande do Sul	12	0	26,2
São Paulo	14	1	9,8
Justiça Militar Estadual	39	3	14,6

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.20 F2 - Magistrados por 100.000 militares estaduais



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

F2 - Magistrados por 100.000 militares estaduais

Finalidade: Indicar o número de magistrados em cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 militares do estado no ano-base.

Fórmula: $F2 = \text{Mag} / \text{me2}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $\text{Mag} = \text{MagE2}^{\circ} + \text{MagP1}^{\circ} - \text{MagAJ1}^{\circ}$

· me2 - Número de Militares Estaduais por 100.000: Número de Policiais Militares e Bombeiros Militares ativos e inativos no estado dividido por 100.000 (Fonte: Poder Executivo Estadual).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

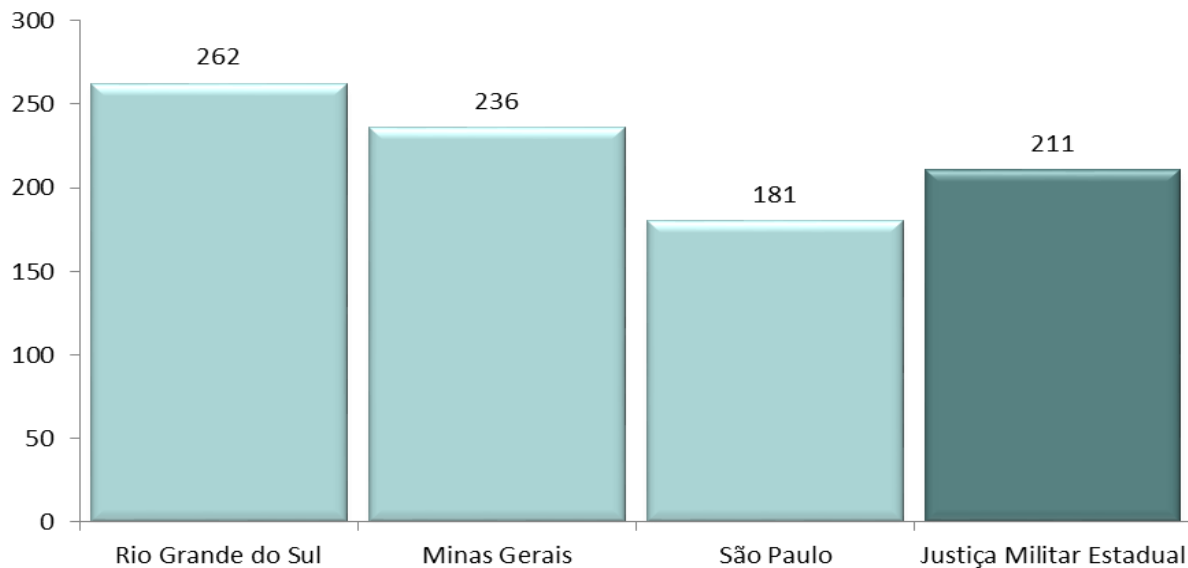
1.2.7. F3 - Força de Trabalho por 100.000 militares estaduais

Tabela 1.21 F3 - Força de Trabalho por 100.000 militares estaduais

Tribunal de Justiça Militar	TS - Total de Servidores: Força de Trabalho	me2 - Número de Militares Estaduais por 100.000	F3 - Força de Trabalho por 100.000 militares estaduais
Minas Gerais	185	1	236
Rio Grande do Sul	120	0	262
São Paulo	259	1	181
Justiça Militar Estadual	564	3	211

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.21 F3 - Força de Trabalho por 100.000 militares estaduais



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

F3 - Força de Trabalho por 100.000 militares estaduais

Finalidade: Indicar o quantitativo de força de trabalho total disponível em cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 militares do estado no ano-base.

Fórmula: $F3 = TS / me2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TFAux + TPSV$

· me2 - Número de Militares Estaduais por 100.000: Número de Policiais Militares e Bombeiros Militares ativos e inativos no estado dividido por 100.000 (Fonte: Poder Executivo Estadual).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

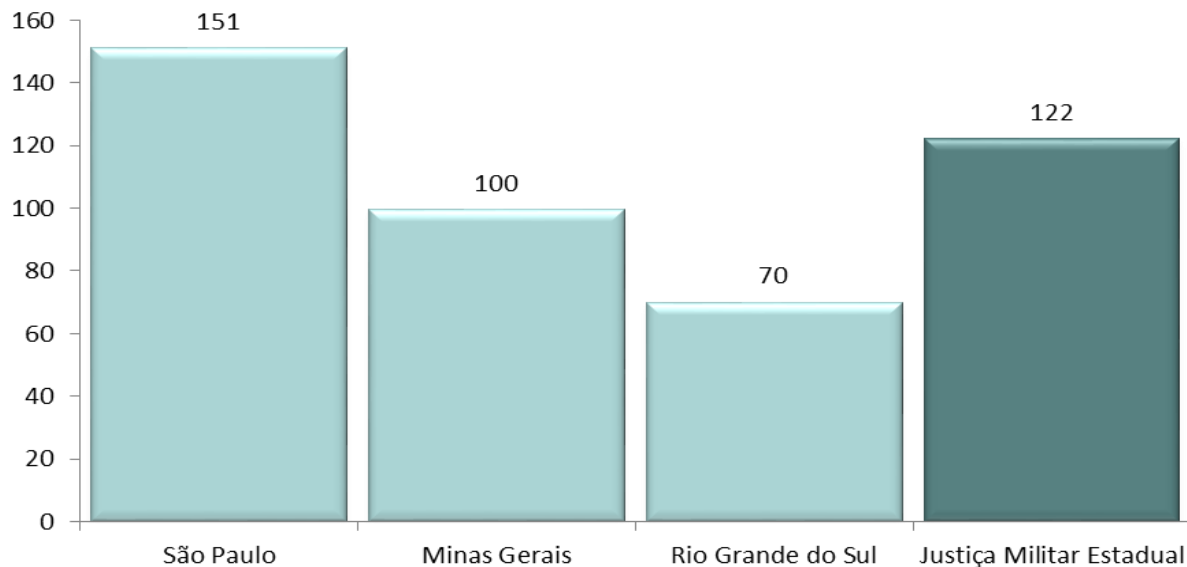
1.2.8. F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 militares estaduais

Tabela 1.22 F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 militares estaduais

Tribunal de Justiça Militar	TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo	TPCed - Total de Pessoal Cedido	me2 - Número de Militares Estaduais por 100.000	F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 militares estaduais
Minas Gerais	78	0	1	100
Rio Grande do Sul	32	0	0	70
São Paulo	220	3	1	151
Justiça Militar Estadual	330	3	3	122

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.22 F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 militares estaduais



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 militares estaduais

Finalidade: Indicar o quantitativo de servidores do quadro efetivo em cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 militares do estado, no ano-base.

Fórmula: $F4a = (TPEfet - TPCed) / me2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo: Número total de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base, incluídos os cedidos a outros órgãos.
- TPCed - Total de Pessoal Cedido: Número total de servidores cedidos a outros órgãos, ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- me2 - Número de Militares Estaduais por 100.000: Número de Policiais Militares e Bombeiros Militares ativos e inativos no estado dividido por 100.000 (Fonte: Poder Executivo Estadual).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

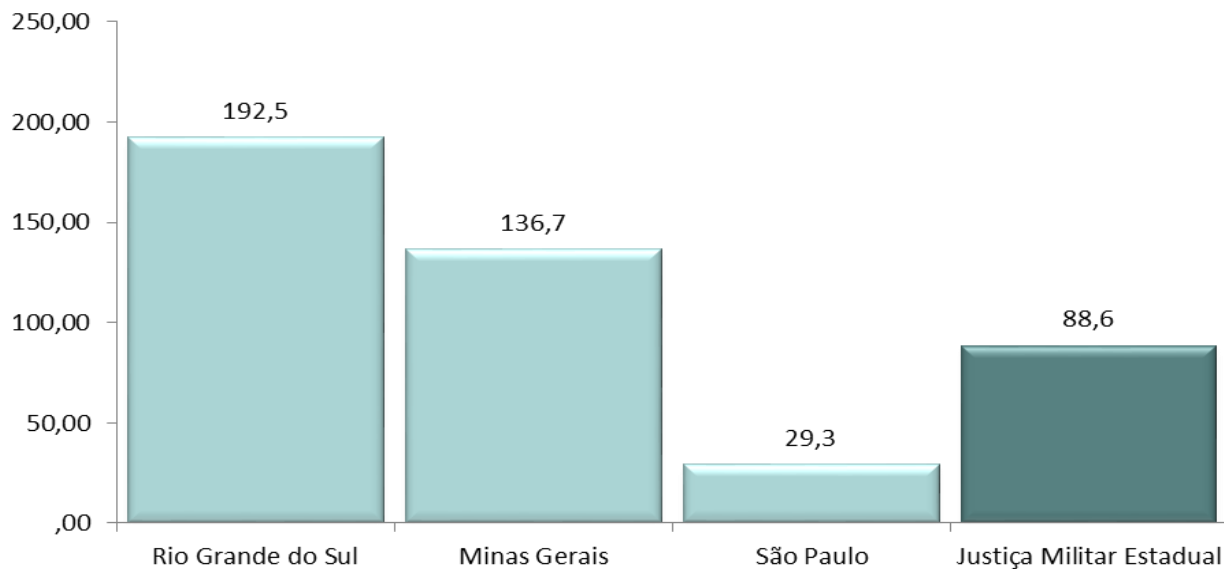
1.2.9. F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 militares estaduais

Tabela 1.23 F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 militares estaduais

Tribunal de Justiça Militar	TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo	TPReq - Total de Pessoal Requisitado	TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar	me2 - Número de Militares Estaduais por 100.000	F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 militares estaduais
Minas Gerais	30	27	50	1	136,7
Rio Grande do Sul	19	33	36	0	192,5
São Paulo	3	0	39	1	29,3
Justiça Militar Estadual	52	60	125	3	88,6

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.23 F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 militares estaduais



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 militares estaduais

Finalidade: Indicar o quantitativo de força de trabalho auxiliar de cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 militares do estado no ano-base.

Fórmula: $F4b = (TPSV + TPReq + TFAux) / me2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo: Número total de servidores ocupantes apenas de cargo em comissão do Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPReq - Total de Pessoal Requisitado: Número total de servidores requisitados de órgãos do Poder Judiciário e de órgãos fora do Poder Judiciário, que estão em atividade no Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base
- TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar: Número total de terceirizados e estagiários do Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- me2 - Número de Militares Estaduais por 100.000: Número de Policiais Militares e Bombeiros Militares ativos e inativos no estado dividido por 100.000 (Fonte: Poder Executivo Estadual).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

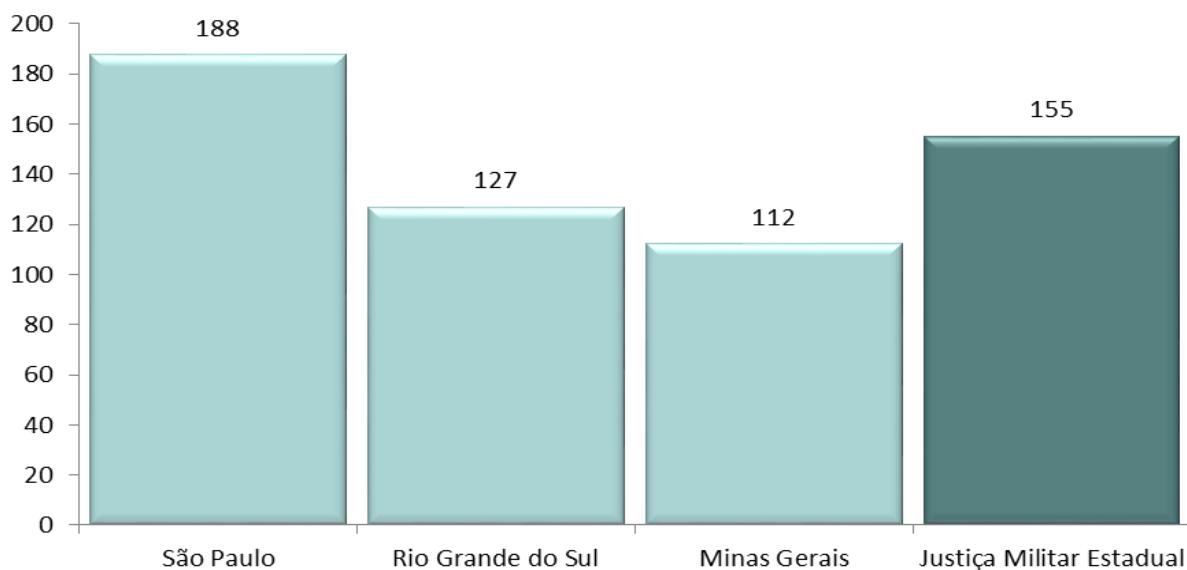
1.2.10. F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 militares estaduais

Tabela 1.24 F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 militares estaduais

Tribunal de Justiça Militar	TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes	me2 - Número de Militares Estaduais por 100.000	F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 militares estaduais
Minas Gerais	88	1	112
Rio Grande do Sul	58	0	127
São Paulo	269	1	188
Justiça Militar Estadual	415	3	155

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.24 F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 militares estaduais



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 militares estaduais

Finalidade: Indicar o quantitativo de cargos de provimento efetivo existentes no quadro de pessoal de cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 militares do estado no ano-base.

Fórmula: $F4c = TCEfet / me2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes: Número total de cargos de provimento efetivo de servidor existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.
- me2 - Número de Militares Estaduais por 100.000: Número de Policiais Militares e Bombeiros Militares ativos e inativos no estado dividido por 100.000 (Fonte: Poder Executivo Estadual).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

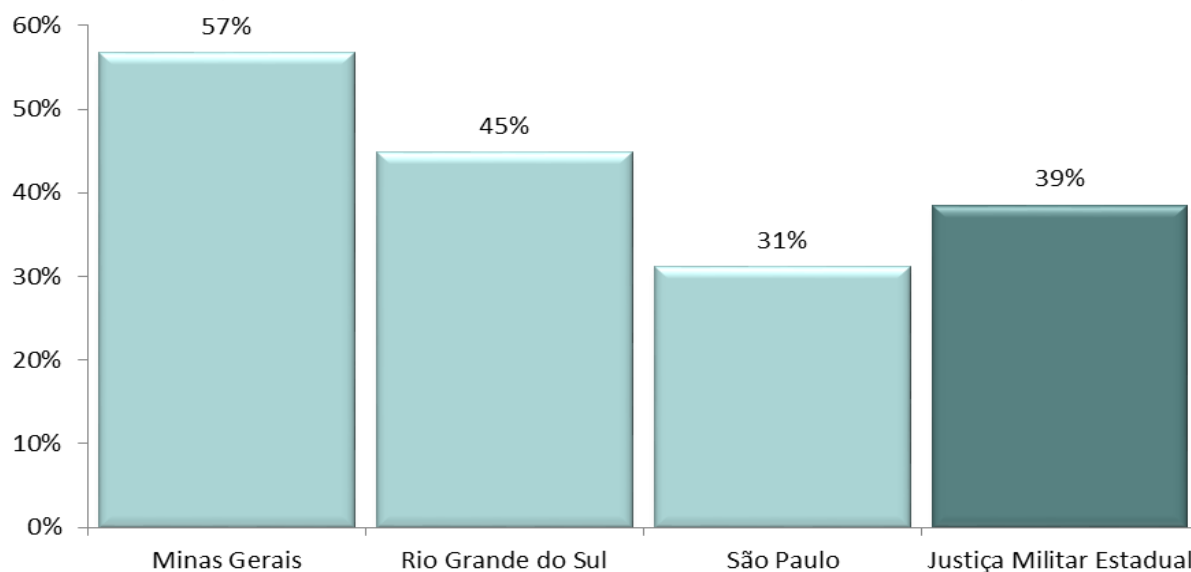
1.2.11. F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Tabela 1.25 F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Tribunal de Justiça Militar	TCC - Total de Cargos em Comissão Existentes	TFC - Total de Funções Comissionadas Existentes	TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes	F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes
Minas Gerais	0	0	88	57%
Rio Grande do Sul	0	0	58	45%
São Paulo	0	0	269	31%
Justiça Militar Estadual	0	0	415	39%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.25 F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Finalidade: Indicar a proporção do número total de cargos em comissão e de funções comissionadas existentes no quadro de pessoal de cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias, em relação ao número total de cargos de provimento efetivo existentes, no ano-base.

Fórmula: $F4d = (TCC + TFC) / TCEfet$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TCC - Total de Cargos em Comissão Existentes: Número total de cargos em comissão existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TFC - Total de Funções Comissionadas Existentes: Número de funções comissionadas existentes, providas ou não, no quadro de pessoal do Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.
- TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes: Número total de cargos de provimento efetivo de servidor existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

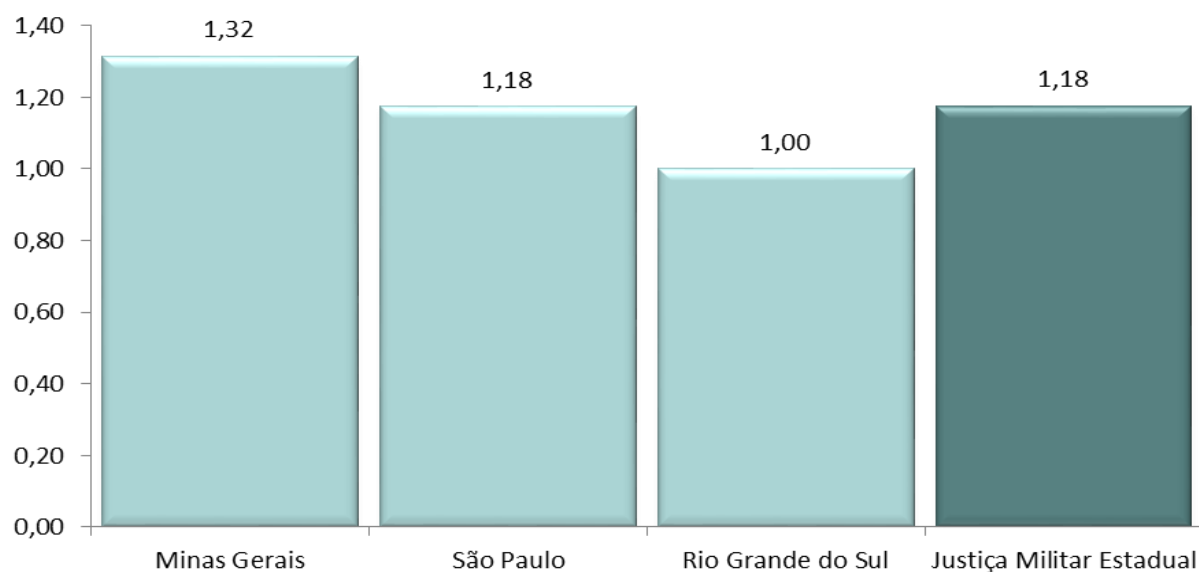
1.2.12. Inf2 - Número de Computadores por Usuário

Tabela 1.26 Inf2 - Número de Computadores por Usuário

Tribunal de Justiça Militar	Comp - Número de computadores de uso pessoal	Ui - Usuários de computador	Inf2 - Número de Computadores por Usuário
Minas Gerais	200	152	1,32
Rio Grande do Sul	120	120	1,00
São Paulo	294	250	1,18
Justiça Militar Estadual	614	522	1,18

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.26 Inf2 - Número de Computadores por Usuário



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

Inf2 - Número de Computadores por Usuário

Finalidade: Indicar o número de equipamentos de informática (microcomputadores e notebooks) por usuário em cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $\text{Inf2} = \text{Comp} / \text{Ui}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **Comp** - Número de computadores de uso pessoal: O número de microcomputadores e de notebooks, em condições de uso, existentes no Tribunal e em suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. Excluem-se os terminais de consulta.
- **Ui** - Usuários de computador: Número total de magistrados, servidores do quadro permanente, terceirizados, estagiários e contratados que utilizam de forma contínua computadores e notebooks no Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

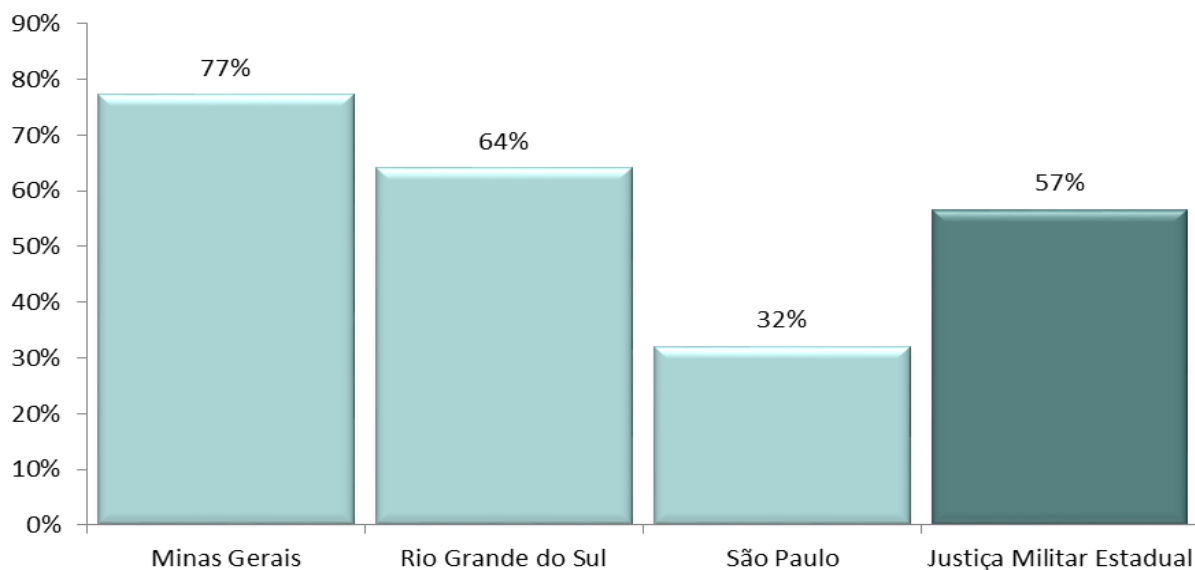
1.2.13. Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

Tabela 1.27 Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

Tribunal de Justiça Militar	m ² Util - Área útil em metros quadrados	m ² Total - Área total em metros quadrados	Dm ² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)
Minas Gerais	5.251	6.791	77%
Rio Grande do Sul	2.416	3.763	64%
São Paulo	2.200	6.857	32%
Justiça Militar Estadual	9.867	17.411	57%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.27 Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

Finalidade: Indicar o número de metros quadrados de área útil em relação à área total existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura de cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $Dm^2 = m^2Util / m^2Total$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **m²Util** - Área útil em metros quadrados: A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.
- **m²Total** - Área total em metros quadrados: A área total de todos os prédios (próprios ou não) dos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, independentemente da finalidade, incluindo área para arquivos, depósitos, auditórios, museus, estacionamentos privativos e jardins, existente no final do ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

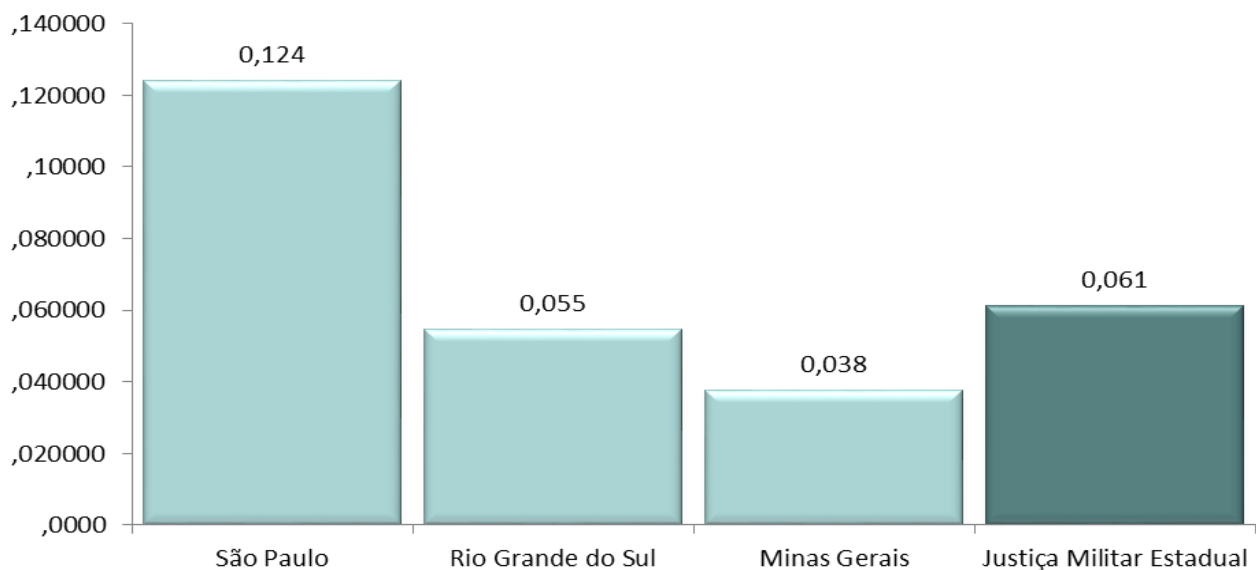
1.2.14. Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

Tabela 1.28 Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

Tribunal de Justiça Militar	FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados	m ² Util - Área útil em metros quadrados	Pm ² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)
Minas Gerais	198	5.251	0,038
Rio Grande do Sul	132	2.416	0,055
São Paulo	273	2.200	0,124
Justiça Militar Estadual	603	9.867	0,061

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.28 Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

Finalidade: Indicar o número total de força de trabalho em atividade (incluindo servidores efetivos, auxiliares e magistrados) em relação à área útil existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura de cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $Pm^2 = FTT / m^2Util$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $FTT = Mag + TS$

· **m²Util** - Área útil em metros quadrados: A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

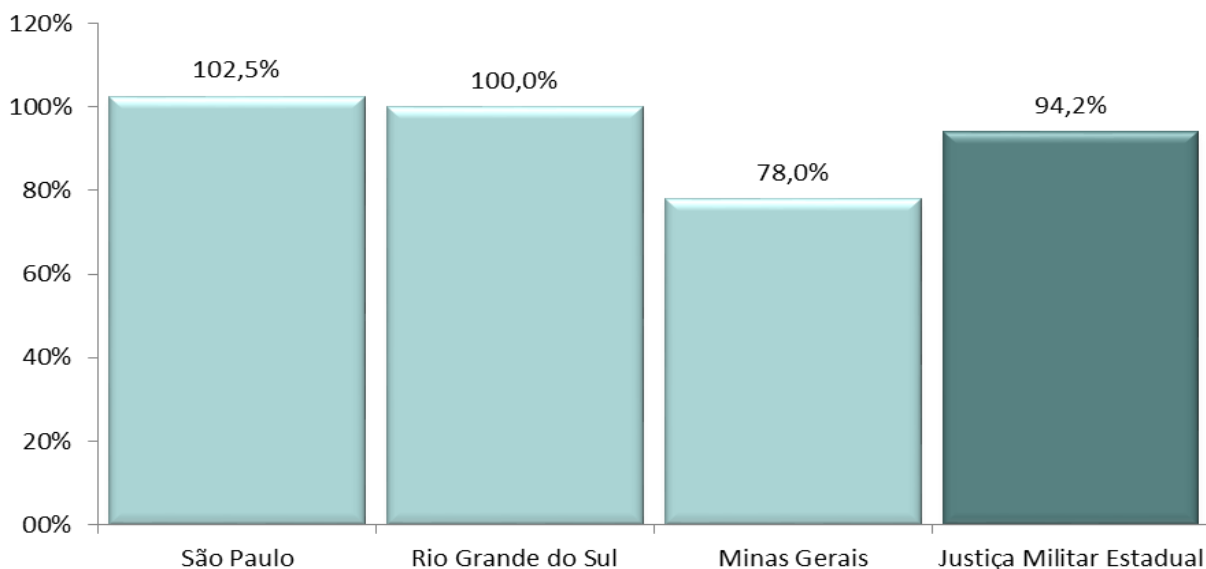
1.2.15. ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

Tabela 1.29 ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

Tribunal de Justiça Militar	MLUtilArq - Espaço utilizado com arquivo em metros lineares	MLDispArq - Espaço disponível de arquivo em metros lineares	ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)
Minas Gerais	1.259	1.615	78,0%
Rio Grande do Sul	136	136	100,0%
São Paulo	3.110	3.033	102,5%
Justiça Militar Estadual	4.505	4.784	94,2%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.29 ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

Finalidade: Indicar a proporção, em metros lineares, do espaço utilizado com arquivamento de processos judiciais em relação ao espaço para arquivo disponível em cada um dos Tribunais Militares Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias. Consideram-se os documentos acondicionados na posição vertical (caixas de papelão ou de plástico, pastas "A" a "Z" ou suspensas, etc.).

Fórmula: $\text{ProcML} = \text{MLUtilArq} / \text{MLDispArq}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MLUtilArq** - Espaço utilizado com arquivo em metros lineares: espaço utilizado para arquivo de processos judiciais em cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas unidades vinculadas no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoada utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento × altura × largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em m³ por 12 (Fonte: Arquivo Nacional).
- **MLDispArq** - Espaço disponível de arquivo em metros lineares: espaço disponibilizado para arquivo de processos judiciais em cada Tribunal de Justiça Militar Estadual e suas unidades vinculadas no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoada utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento × altura × largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em m³ por 12 (Fonte: Arquivo Nacional).

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

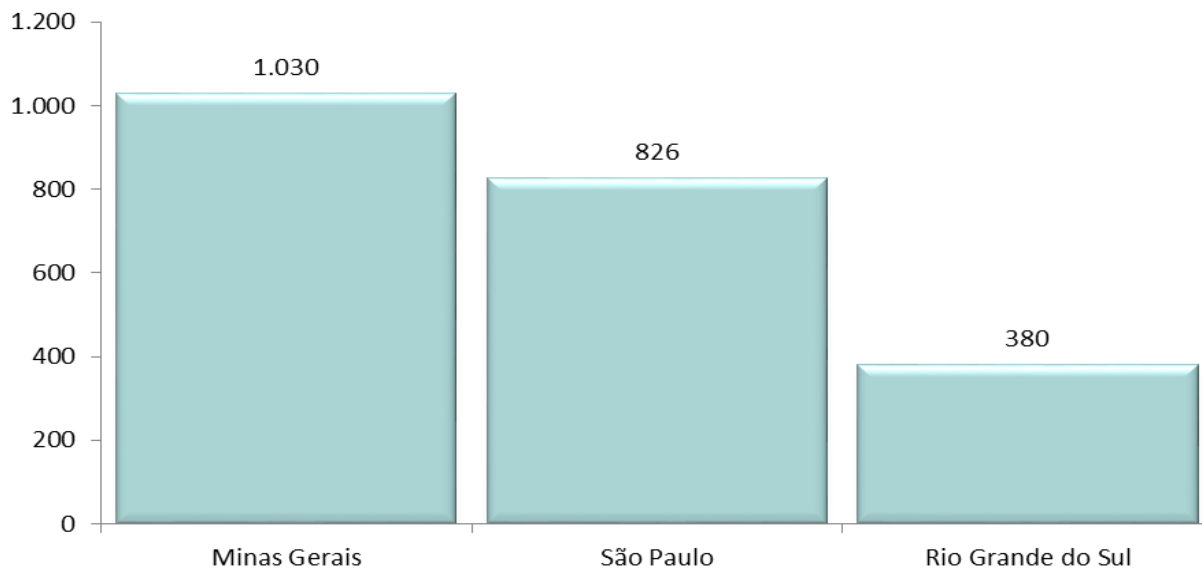
2.1.1. Cn2º - Casos Novos no 2º Grau

Tabela 2.1 - Cn2º - Casos Novos no 2º Grau

Tribunal de Justiça Militar	CnCrim2º - Casos Novos no 2º Grau Criminais	CnNCrim2º - Casos Novos no 2º Grau Não-Criminais	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau
Minas Gerais	238	792	1.030
Rio Grande do Sul	320	60	380
São Paulo	486	340	826
Justiça Militar Estadual	1.044	1.192	2.236

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.1 - Cn2º - Casos Novos no 2º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

Cn2º - Casos Novos no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 2º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **CnCrim2º** - Casos Novos no 2º Grau Criminais: Os processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Militar Estadual de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, embargos infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- **CnNCrim2º** - Casos Novos no 2º Grau Não-Criminais: Os processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Militar Estadual de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, embargos infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

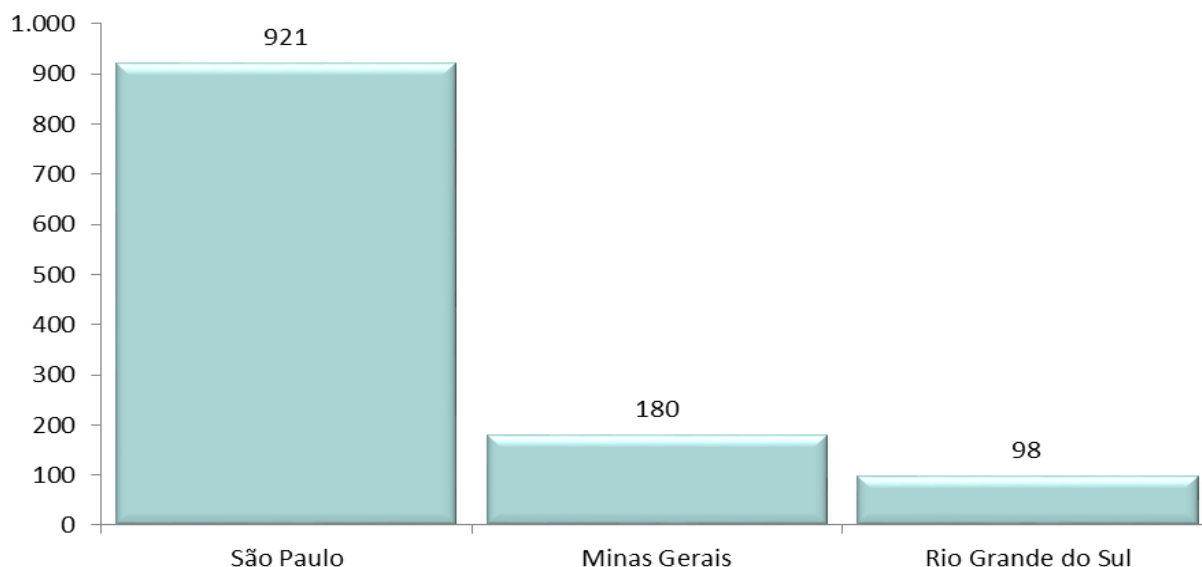
2.1.2. Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau

Tabela 2.1 - Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau

Tribunal de Justiça Militar	CpCrim2º - Casos Pendentes no 2º Grau Criminais	CpNCrim2º - Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau
Minas Gerais	30	150	180
Rio Grande do Sul	64	34	98
São Paulo	396	525	921
Justiça Militar Estadual	490	709	1.199

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.1 - Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes no 2º Grau da Justiça Militar Estadual no início do período-base (semestre).

Fórmula: $Cp2^\circ = CpCrim2^\circ + CpNCrim2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **CpCrim2º - Casos Pendentes no 2º Grau Criminais:** Saldo residual de processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Militar Estadual de 2º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração e infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias e de ordem e rogatórias recebidas, os recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- **CpNCrim2º - Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais:** Saldo residual de processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Militar Estadual de 2º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração e infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias e de ordem e rogatórias recebidas, precatórios judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV'S), os recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

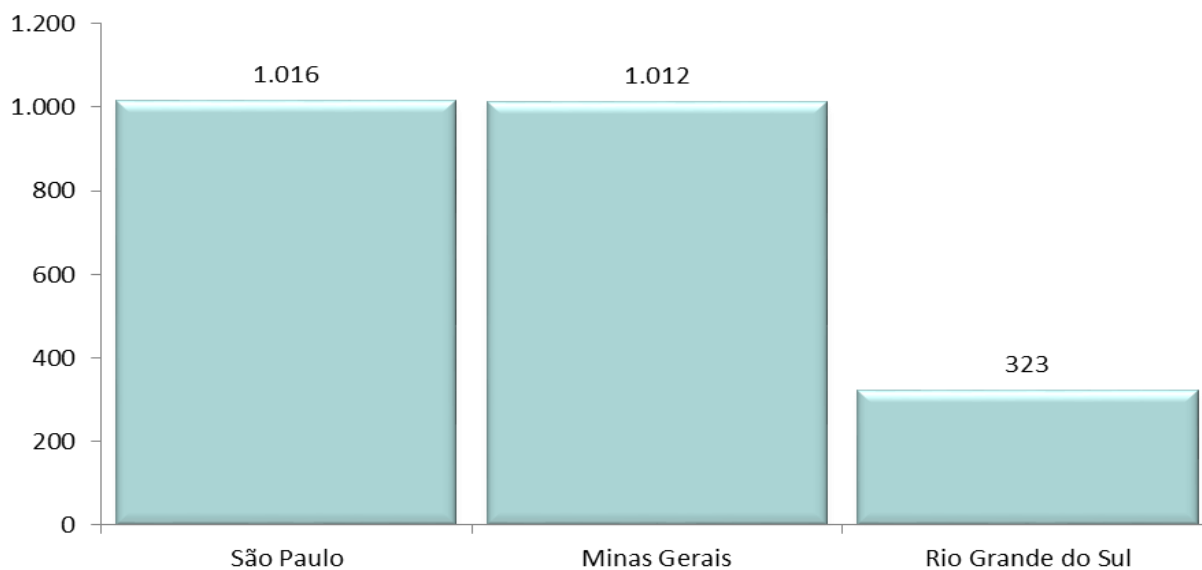
2.1.3. TBAix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau

Tabela 2.1 - TBAix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau

Tribunal de Justiça Militar	TBAixCrim2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais	TBAixNCrim2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais	TBAix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau
Minas Gerais	210	802	1.012
Rio Grande do Sul	246	77	323
São Paulo	492	524	1.016
Justiça Militar Estadual	948	1.403	2.351

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.1 - TBAix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de processos baixados no 2º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $TBaix2^\circ = TBaixCrim2^\circ + TBaixNCrim2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TBaixCrim2º** - Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais: Os processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados pela Justiça Militar Estadual de 2º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnCrim2º - Casos novos no 2º grau criminais.
- **TBaixNCrim2º** - Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais: Os processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados pela Justiça Militar Estadual de 2º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnNCrim2º - Casos novos no 2º grau não-criminais.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

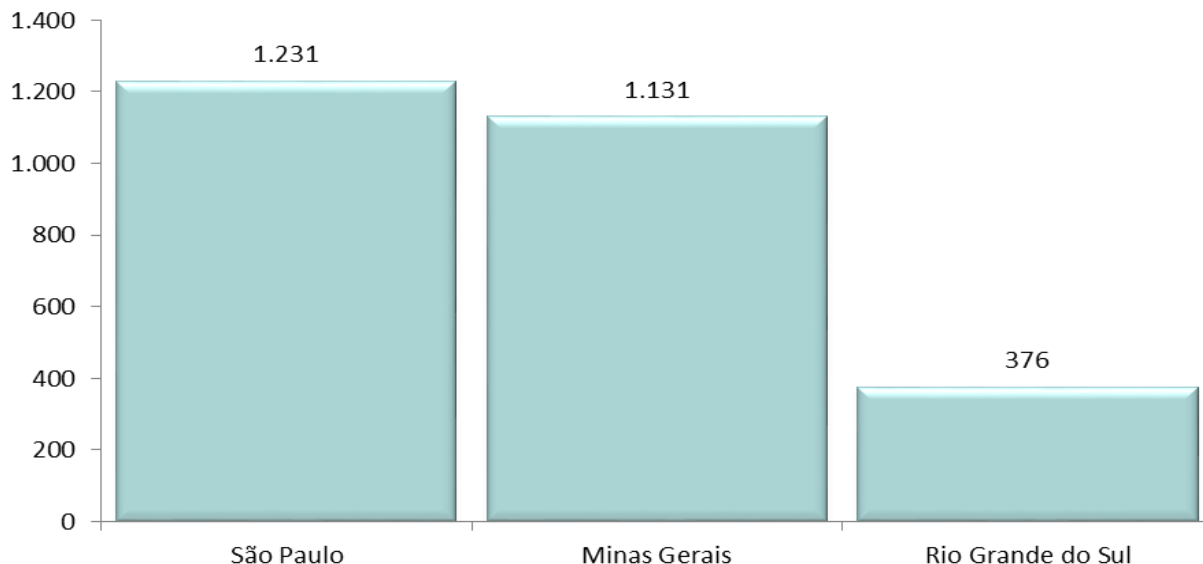
2.1.4. Dec2º - Total de Decisões que Põem Fim à Relação Processual no 2º Grau

Tabela 2.1 - Dec2º - Total de Decisões que Põem Fim à Relação Processual no 2º Grau

Tribunal de Justiça Militar	DecCrim2º - Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal no 2º Grau	DecNCrim2º - Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal no 2º Grau	Dec2º - Total de Decisões que Põem Fim à Relação Processual no 2º Grau
Minas Gerais	252	879	1.131
Rio Grande do Sul	308	68	376
São Paulo	684	547	1.231
Justiça Militar Estadual	1.244	1.494	2.738

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.1 - Dec2º - Total de Decisões que Põem Fim à Relação Processual no 2º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

Dec2º - Total de Decisões que Põem Fim à Relação Processual no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{Dec2º} = \text{DecCrim2º} + \text{DecNCrim2º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DecCrim2º - Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal no 2º Grau: Todas as decisões criminais, colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º Grau, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração no período-base (semestre). Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas na variável CnCrim2º - Casos Novos no 2º Grau Criminais.
- DecNCrim2º - Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal no 2º Grau: Todas as decisões não-criminais, colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º Grau, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração no período-base (semestre). Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas na variável CnNCrim2º - Casos novos no 2º grau não-criminais.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

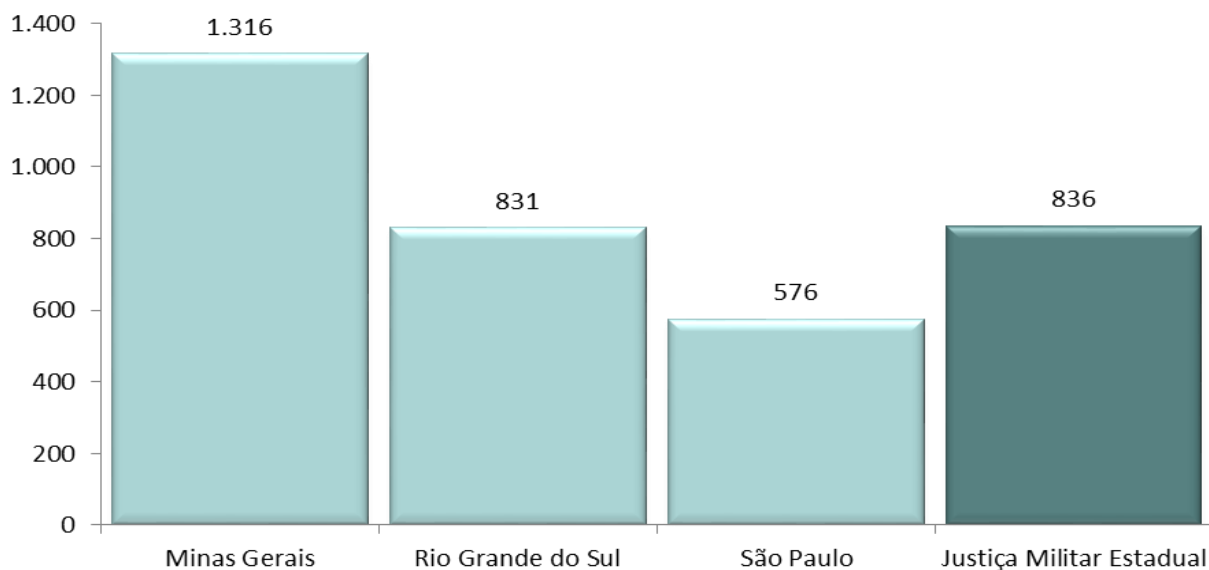
2.1.5. Ch2º - Casos Novos por 100.000 Militares Estaduais no 2º Grau

Tabela 2.1 - Ch2º - Casos Novos por 100.000 Militares Estaduais no 2º Grau

Tribunal de Justiça Militar	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	me2 - Número de Militares Estaduais por 100.000	Ch2º - Casos Novos por 100.000 Militares Estaduais no 2º Grau
Minas Gerais	1.030	1	1.316
Rio Grande do Sul	380	0	831
São Paulo	826	1	576
Justiça Militar Estadual	2.236	3	836

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.1 - Ch2º - Casos Novos por 100.000 Militares Estaduais no 2º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

Ch2º - Casos Novos por 100.000 Militares Estaduais no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 2º Grau da Justiça Militar Estadual para cada 100.000 militares do estado no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch2^\circ = Cn2^\circ / me2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$

· me2 - Número de Militares Estaduais por 100.000: Número de Policiais Militares e Bombeiros Militares ativos e inativos no estado dividido por 100.000 (Fonte: Poder Executivo Estadual).

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

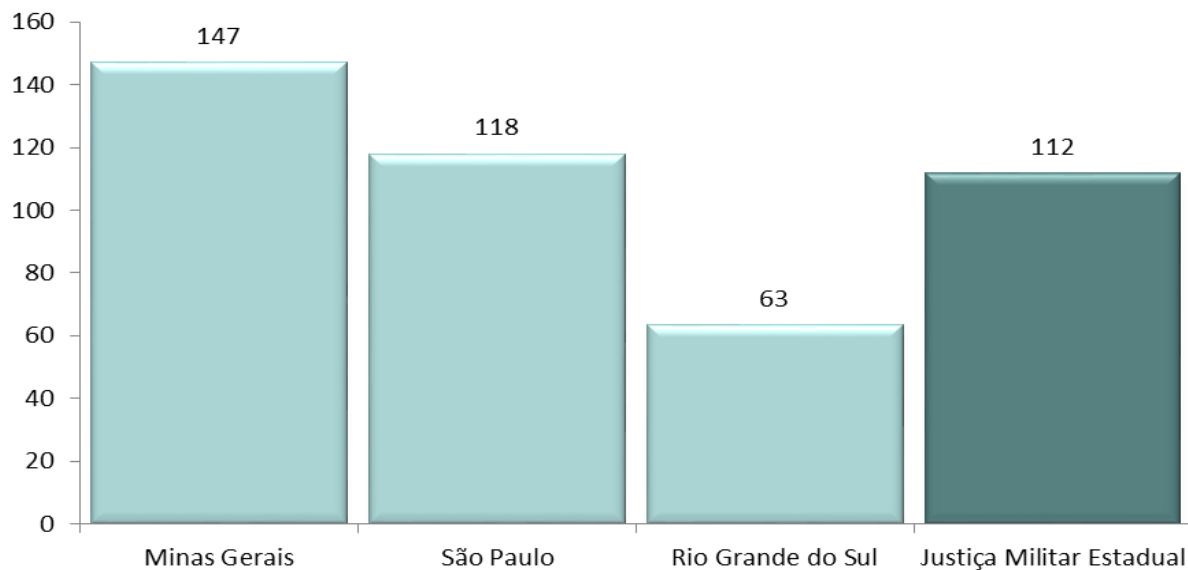
2.1.6. Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Tabela 2.2 - Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Tribunal de Justiça Militar	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau
Minas Gerais	1.030	7	147
Rio Grande do Sul	380	6	63
São Paulo	826	7	118
Justiça Militar Estadual	2.236	20	112

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.2 - Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 2º Grau, para cada magistrado dos Tribunais Militares Estaduais no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm2^\circ = Cn2^\circ / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$

Fórmula: $Mag2^\circ = MagE2^\circ$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

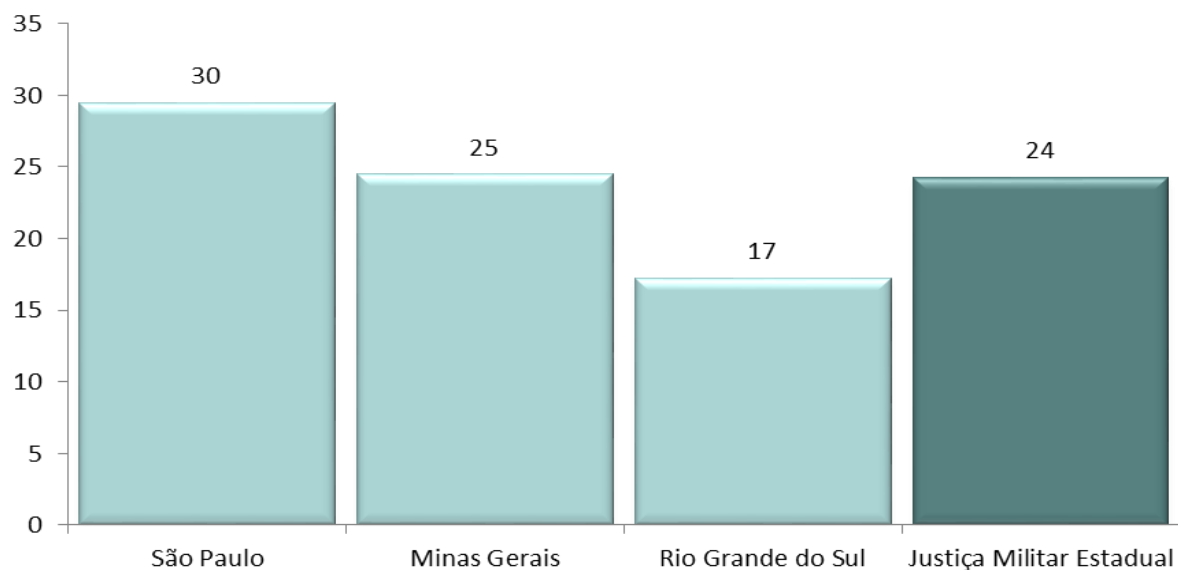
2.1.7. Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Tabela 2.3 - Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Tribunal de Justiça Militar	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	SaJud2º - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 2º Grau	Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau
Minas Gerais	1.030	42	25
Rio Grande do Sul	380	22	17
São Paulo	826	28	30
Justiça Militar Estadual	2.236	92	24

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.3 - Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados nos Tribunais Militares Estaduais, por servidor lotado na área judiciária dos Tribunais Militares Estaduais no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs2^\circ = Cn2^\circ / SaJud2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$

· SaJud2º - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 2º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária do 2º grau da Justiça Militar Estadual, em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

Considera-se área judiciária os setores que impulsionam diretamente a tramitação do processo judicial, tais como: protocolo judicial, distribuição, gabinetes, contadoria, precatórios, secretarias judiciárias, centrais de mandados, taquigrafias, estenotipia, setores de processamentos de autos, hastas públicas, perícia (contábil, médica, de serviço social e de psicologia), central de conciliação, setores de admissibilidade de recursos, arquivo.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

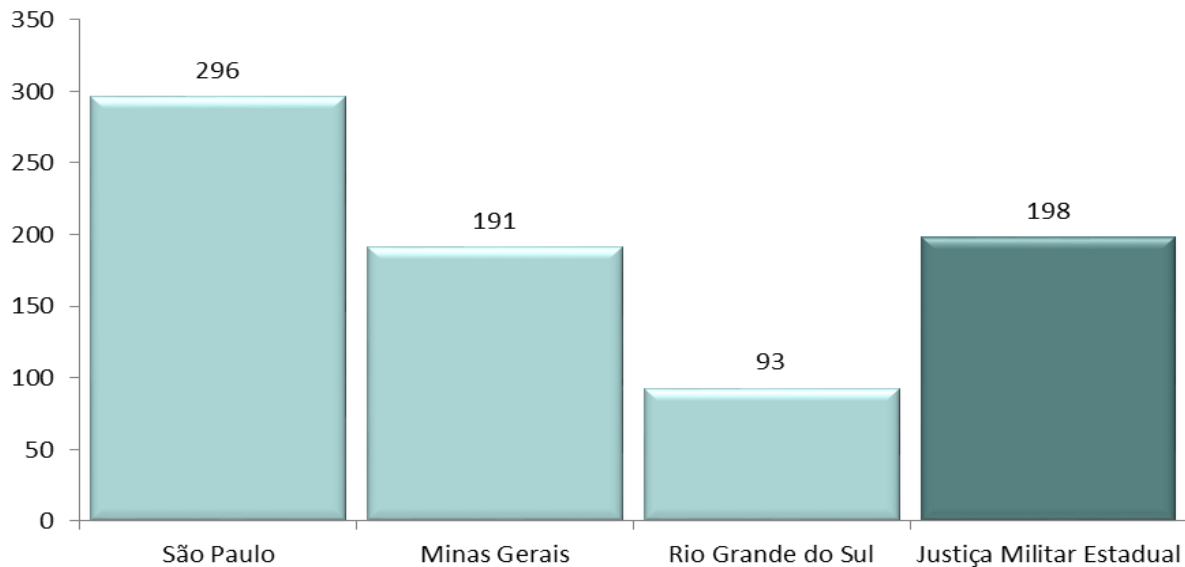
2.1.8. K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau

Tabela 2.4 - K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau

Tribunal de Justiça Militar	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau	RIntP2º - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau
Minas Gerais	1.030	180	121	8	7	191
Rio Grande do Sul	380	98	54	24	6	93
São Paulo	826	921	289	37	7	296
Justiça Militar Estadual	2.236	1.199	464	69	20	198

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.4 - K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos Magistrados da Justiça Militar Estadual de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $K2^\circ = (Cn2^\circ + Cp2^\circ + RInt2^\circ + RIntP2^\circ) / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$

Fórmula: $Cp2^\circ = CpCrim2^\circ + CpNCrim2^\circ$

· **RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau:** Os recursos interpostos contra decisão no 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período base (semestre), abrangendo os embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.

· **RIntP2º - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau:** Saldo residual de recursos interpostos até o final do período anterior ao período-base (semestre), contra decisão do 2º Grau, para julgamento no mesmo grau de jurisdição e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre), abrangendo embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.

Fórmula: $Mag2^\circ = MagE2^\circ$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

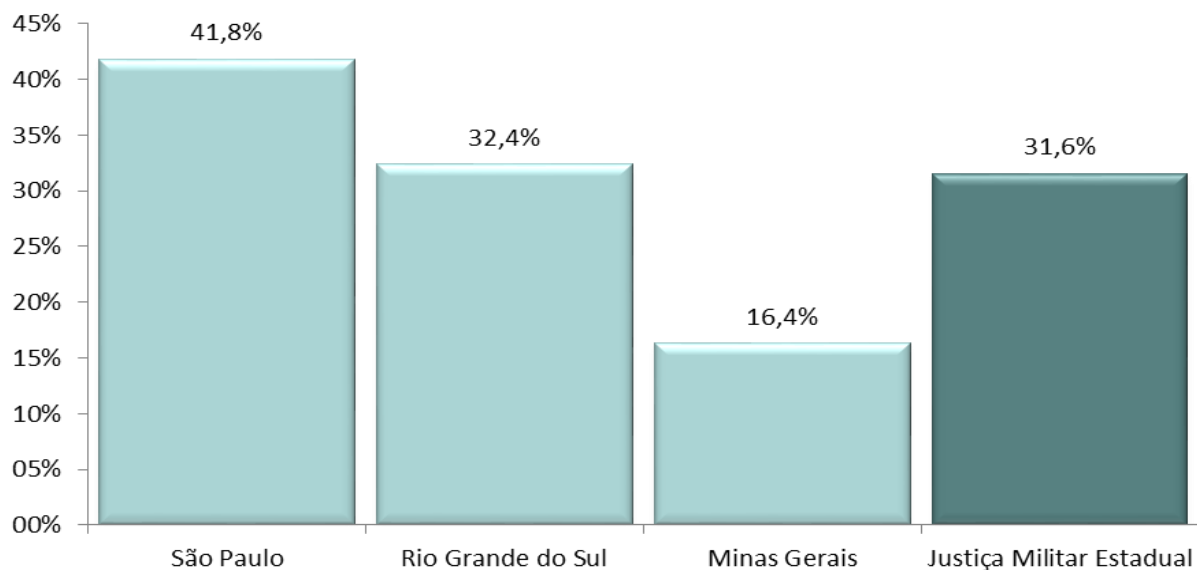
2.1.9. TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau

Tabela 2.5 - TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau

Tribunal de Justiça Militar	TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau
Minas Gerais	1.012	1.030	180	16,4%
Rio Grande do Sul	323	380	98	32,4%
São Paulo	1.016	826	921	41,8%
Justiça Militar Estadual	2.351	2.236	1.199	31,6%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.5 - TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento no 2º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $TC2^\circ = 1 - (T_{Baix2^\circ} / (Cn2^\circ + Cp2^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $T_{Baix2^\circ} = T_{BaixCrim2^\circ} + T_{BaixNCrim2^\circ}$

Fórmula: $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$

Fórmula: $Cp2^\circ = CpCrim2^\circ + CpNCrim2^\circ$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

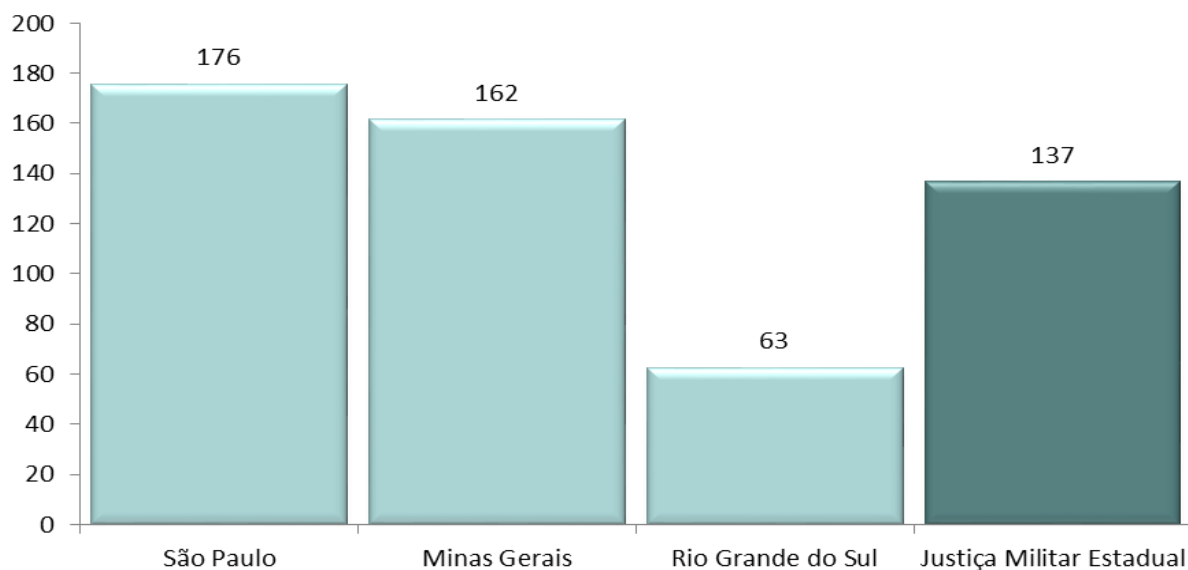
2.1.10. DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau

Tabela 2.6 - DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau

Tribunal de Justiça Militar	Dec2º - Total de Decisões que Põem Fim à Relação Processual no 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau
Minas Gerais	1.131	7	162
Rio Grande do Sul	376	6	63
São Paulo	1.231	7	176
Justiça Militar Estadual	2.738	20	137

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.6 - DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau

Finalidade: Indicar a média de decisões terminativas de processo por Magistrado de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $DTM2^\circ = Dec2^\circ / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $Dec2^\circ = DecCrim2^\circ + DecNCrim2^\circ$

Fórmula: $Mag2^\circ = MagE2^\circ$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

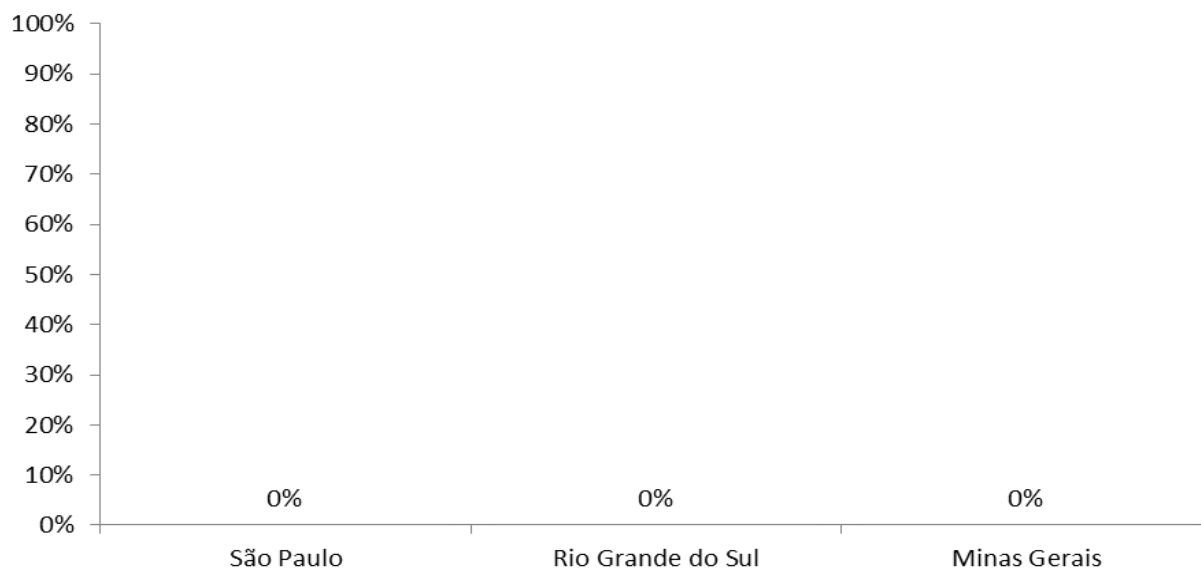
2.1.11. ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau

Tabela 2.7 - ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau

Tribunal de Justiça Militar	CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau
Minas Gerais	0	1.030	0%
Rio Grande do Sul	0	380	0%
São Paulo	0	826	0%
Justiça Militar Estadual	0	2.236	0%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.7 - ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 2º grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEI2º} = \text{CnElet2º} / \text{Cn2º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau: Os processos eletrônicos, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que ingressaram na Justiça Militar Estadual de 2º Grau no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnCrim2º - Casos Novos no 2º Grau Criminais e b) CnNCrim2º - Casos novos no 2º Grau não-criminais.

Fórmula: $\text{Cn2º} = \text{CnCrim2º} + \text{CnNCrim2º}$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

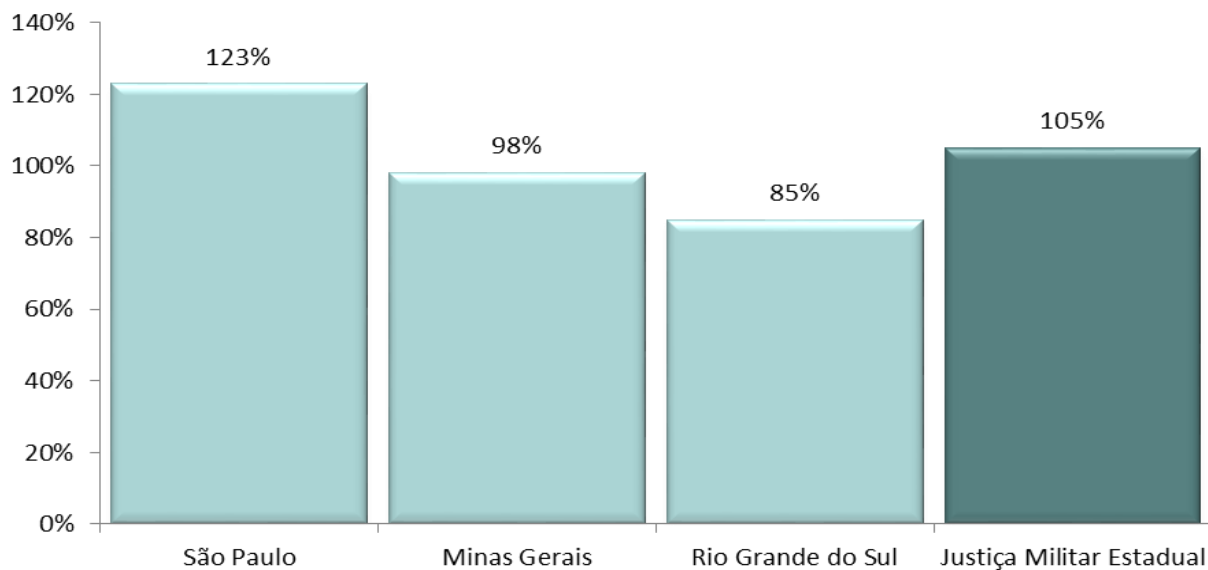
2.1.12. IAD2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Tabela 2.8 - IAD2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Tribunal de Justiça Militar	TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	IAD2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau
Minas Gerais	1.012	1.030	98%
Rio Grande do Sul	323	380	85%
São Paulo	1.016	826	123%
Justiça Militar Estadual	2.351	2.236	105%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.8 - IAD2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

IAD2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos baixados em relação ao total de casos novos no 2º grau no período-base (semestre).

$$IAD2^\circ = TBaix2^\circ / Cn2^\circ$$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

$$\text{Fórmula: } TBaix2^\circ = TBaixCrim2^\circ + TBaixNCrim2^\circ$$

$$\text{Fórmula: } Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

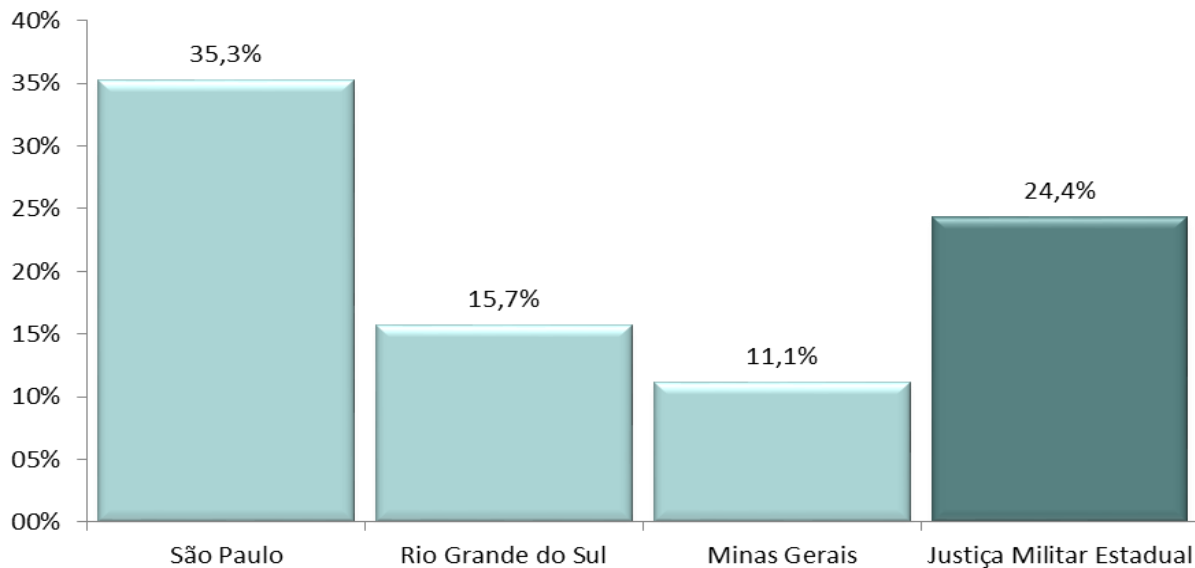
2.1.13. Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau

Tabela 2.9 - Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau

Tribunal de Justiça Militar	RSup2º - Recursos à Instância Superior no 2º Grau	APublic2º - Acórdãos Publicados no 2º Grau	Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau
Minas Gerais	79	709	11,1%
Rio Grande do Sul	62	394	15,7%
São Paulo	414	1.174	35,3%
Justiça Militar Estadual	555	2.277	24,4%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.9 - Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau

Finalidade: Indicar o número de recursos endereçados aos Tribunais Militares Superiores em relação ao número de acórdãos publicados pelos Tribunais Militares Estaduais passíveis de recurso no período-base (semestre).

Fórmula: $Rx2^\circ = RSup2^\circ / APublic2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RSup2º - Recursos à Instância Superior no 2º Grau: Os recursos interpostos de acórdãos em processos judiciais dos Tribunais Militares Estaduais e endereçados aos Tribunais Superiores no período-base (semestre).
- APublic2º - Acórdãos Publicados no 2º Grau: Os acórdãos em processos judiciais publicados pelos Tribunais Militares Estaduais passíveis de recurso para os Tribunais Superiores no período-base (semestre), excluídos os acórdãos proferidos em embargos de declaração.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

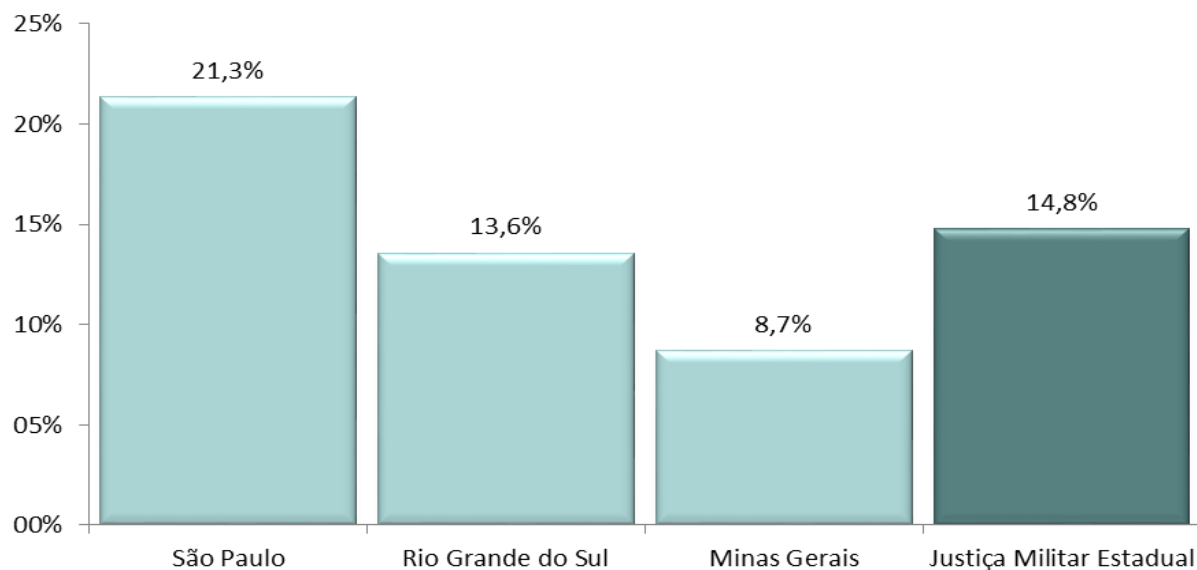
2.1.14. RIn2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau

Tabela 2.10 - RIn2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau

Tribunal de Justiça Militar	RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau	DeRInt2º - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau	RIn2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau
Minas Gerais	121	1.389	8,7%
Rio Grande do Sul	54	398	13,6%
São Paulo	289	1.354	21,3%
Justiça Militar Estadual	464	3.141	14,8%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.10 - RIn2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

Rln2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos internos interpostos nos Tribunais Militares Estaduais em relação ao número de decisões passíveis de recurso interno no 2º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $Rln2^\circ = RInt2^\circ / DeRInt2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau: Os recursos interpostos contra decisão no 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período base (semestre), abrangendo os embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- DeRInt2º - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau: As decisões, colegiadas e monocráticas, proferidas no âmbito da Justiça Militar Estadual de 2º Grau, das quais caiba recurso (embargos de declaração e infringentes, agravos regimentais, agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais) para o próprio Tribunal no período-base (semestre), incluídas as decisões proferidas nestes recursos. .

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

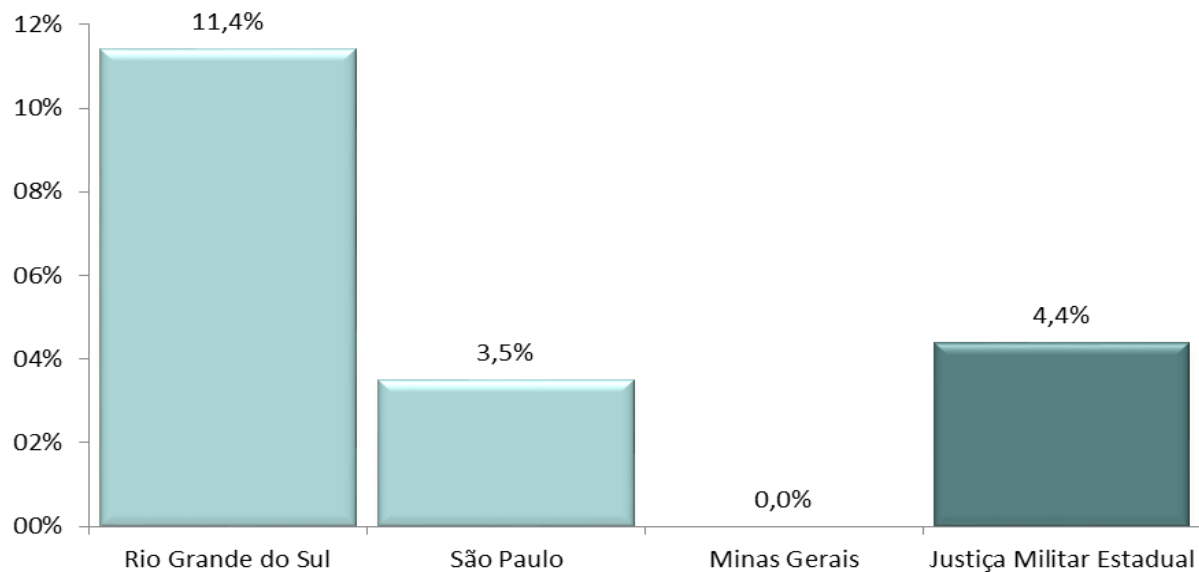
2.1.15. Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau

Tabela 2.11 - Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau

Tribunal de Justiça Militar	Rp2º - Recursos das Decisões de 2º Grau Providos pelo STF ou STJ (ainda que parcialmente)	Rj2º - Recursos Julgados pelo STF ou STJ	Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau
Minas Gerais	0	21	0,0%
Rio Grande do Sul	4	35	11,4%
São Paulo	6	171	3,5%
Justiça Militar Estadual	10	227	4,4%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.11 - Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau

Finalidade: Indicar a proporção de recursos interpostos contra decisões da Justiça Militar Estadual de 2º grau e providos pelo STJ e pelo STF, ainda que parcialmente, em relação ao número de recursos interpostos contra decisões da Justiça Militar Estadual de 2º grau, no período-base (semestre).

Fórmula: $Rd2^\circ = (RpAl2^\circ + RpEsp2^\circ + RpExt2^\circ) / (RjAl2^\circ + RjEsp2^\circ + RjExt2^\circ)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Rp2º - Recursos das Decisões de 2º Grau Providos pelo STF ou STJ(ainda que parcialmente): Todos os acórdãos e decisões monocráticas referentes aos recursos julgados providos pelo STF ou STJ, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).
- Rj2º - Recursos Julgados pelo STF ou STJ: Todos os acórdãos e decisões monocráticas referentes aos recursos julgados pelo STF ou STJ no período-base (semestre).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

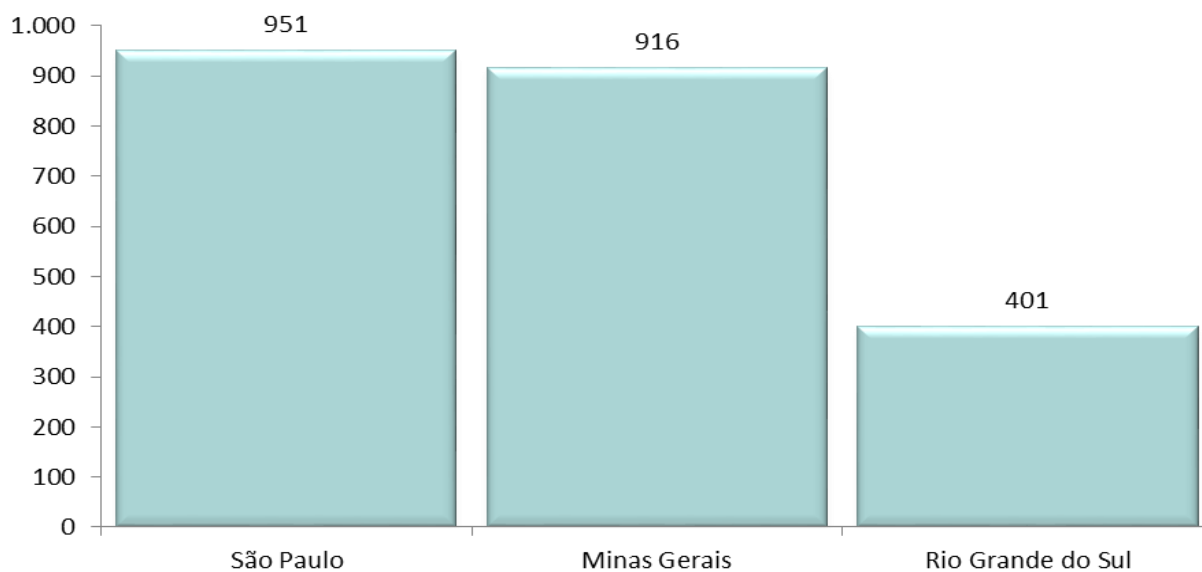
2.2.1. CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau

Tabela 2.12 - CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	CnCrim1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais	CnCNCrim1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau
Minas Gerais	479	437	916
Rio Grande do Sul	330	71	401
São Paulo	453	498	951
Justiça Militar Estadual	1.262	1.006	2.268

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.12 - CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos de conhecimento que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $CnC1^\circ = CnC\text{Crim}1^\circ + CnC\text{NCrim}1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **CnCCrim1º** - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais: Os processos criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- **CnCNCrim1º** - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais: Os processos não-criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os embargos à execução de título judicial, as impugnações aos cálculos e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

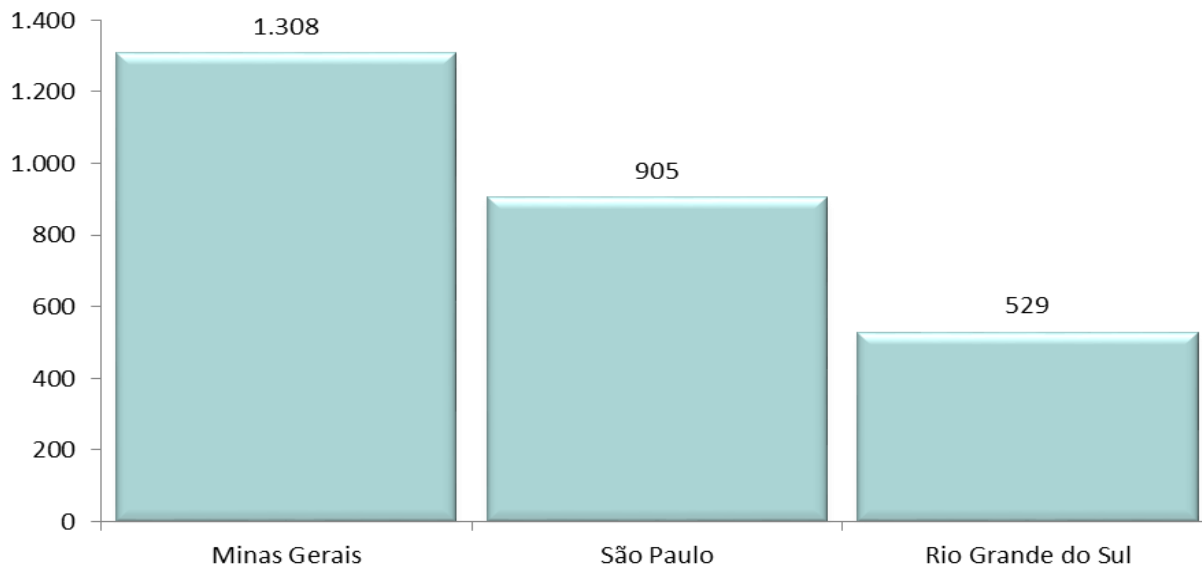
2.2.2. CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau

Tabela 2.13 - CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	CpCCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais	CpCNCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau
Minas Gerais	663	645	1.308
Rio Grande do Sul	487	42	529
São Paulo	429	476	905
Justiça Militar Estadual	1.579	1.163	2.742

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.13 - CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes de conhecimento da Justiça Militar Estadual de 1º Grau no início do período-base (semestre).

Fórmula: $CpC1^\circ = CpCCrim1^\circ + CpCNCrim1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CpCCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais: Saldo residual de processos criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- CpCNCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais: Saldo residual de processos não-criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os embargos à execução de título judicial, as impugnações aos cálculos e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

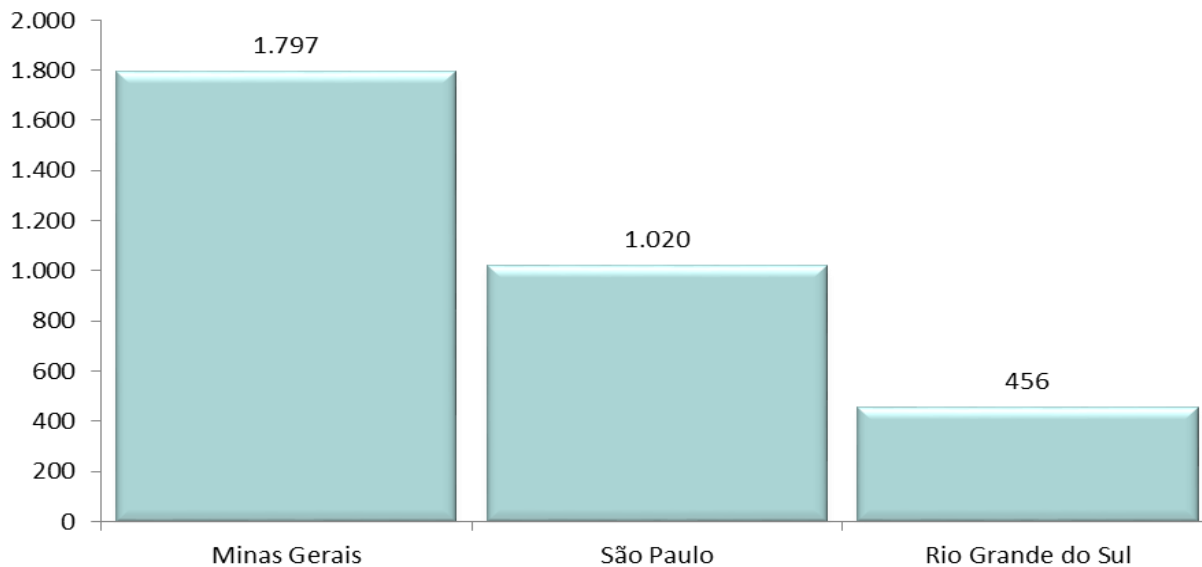
2.2.3. TBAixC1º - Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau

Tabela 2.14 - TBAixC1º - Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	TBAixCCrim1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Criminais	TBAixCNCrim1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Não-Criminais	TBAixC1º - Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau
Minas Gerais	918	879	1.797
Rio Grande do Sul	377	79	456
São Paulo	509	511	1.020
Justiça Militar Estadual	1.804	1.469	3.273

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.14 - TBAixC1º - Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

TBaixC1º - Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de processos de conhecimento baixados da Justiça Militar Estadual de 1º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $TBaixC1^\circ = TBaixCCrim1^\circ + TBaixCNCrim1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TBaixCCrim1º** - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Criminais: Os processos criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnCCrim1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau criminais.
- **TBaixCNCrim1º** - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Não-Criminais: Os processos não-criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnCNCrim1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau não-criminais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

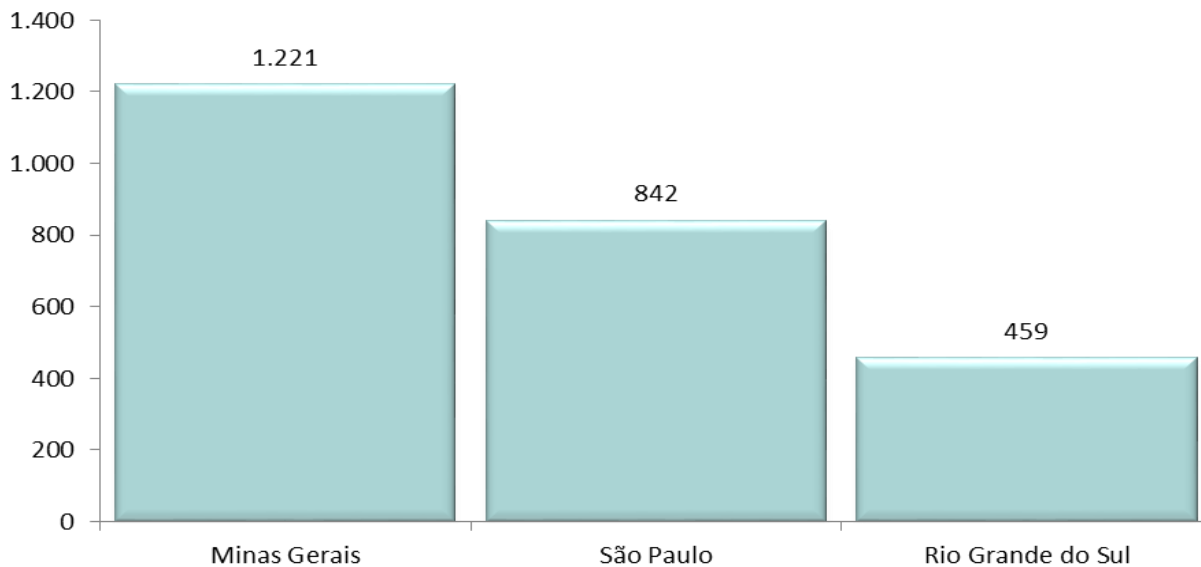
2.2.4. SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º Grau

Tabela 2.15 - SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	SentCCrim1º - Sentenças de Conhecimento Criminais no 1º grau	SentCNCrim1º - Sentenças de Conhecimento Não-Criminais no 1º grau	SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º Grau
Minas Gerais	664	557	1.221
Rio Grande do Sul	392	67	459
São Paulo	401	441	842
Justiça Militar Estadual	1.457	1.065	2.522

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.15 - SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de sentenças de conhecimento da Justiça Militar Estadual de 1º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{SentC1}^\circ = \text{SentCCrim1}^\circ + \text{SentCNCrim1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SentCCrim1º - Sentenças de Conhecimento Criminais no 1º grau: Todas as sentenças criminais proferidas na fase de conhecimento no 1º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnCCrim1º - Casos novos de conhecimento no 1º Grau criminais.
- SentCNCrim1º - Sentenças de Conhecimento Não-Criminais no 1º grau: Todas as sentenças não-criminais proferidas na fase de conhecimento no 1º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnCNCrim1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau não-criminais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

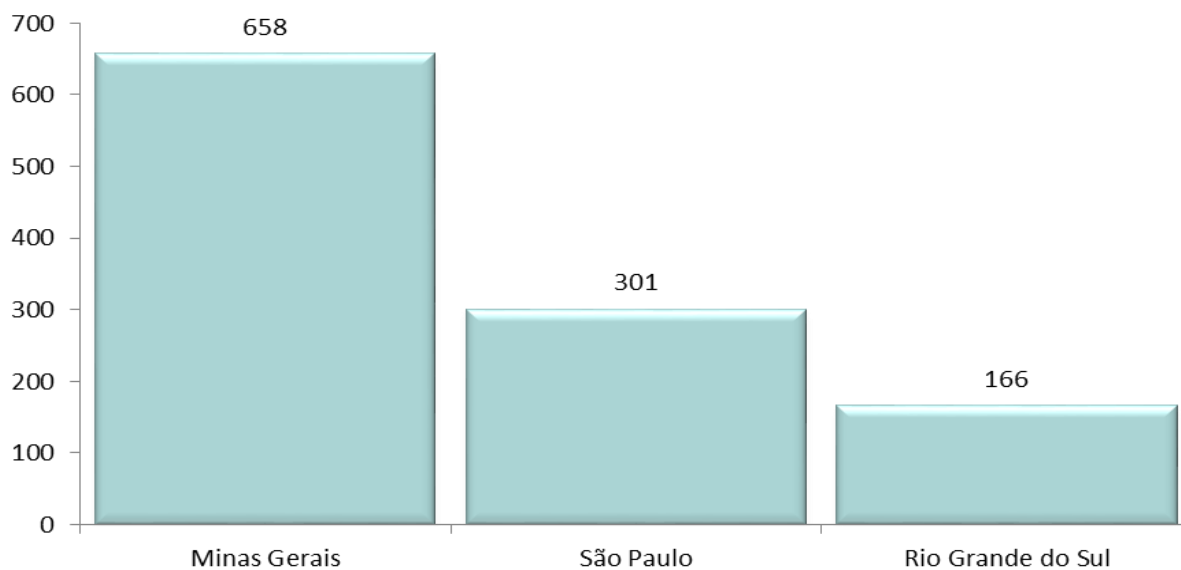
2.2.5. CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau

Tabela 2.16 - CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	ExeJudCrim1º - Execuções Penais no 1º Grau	ExeJudNCrim1º - Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau
Minas Gerais	54	604	658
Rio Grande do Sul	161	5	166
São Paulo	236	65	301
Justiça Militar Estadual	451	674	1.125

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.16 - CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau

Fórmula: $CnEx1^\circ = ExeJudCrim1^\circ + ExeJudNCrim1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeJudCrim1º - Execuções Penais no 1º Grau: Os processos de execução penal iniciados no 1º grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).
- ExeJudNCrim1º - Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais: Os processos de execução de título judicial ou de cumprimento de sentença iniciados no 1º grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), bem como as execuções penais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

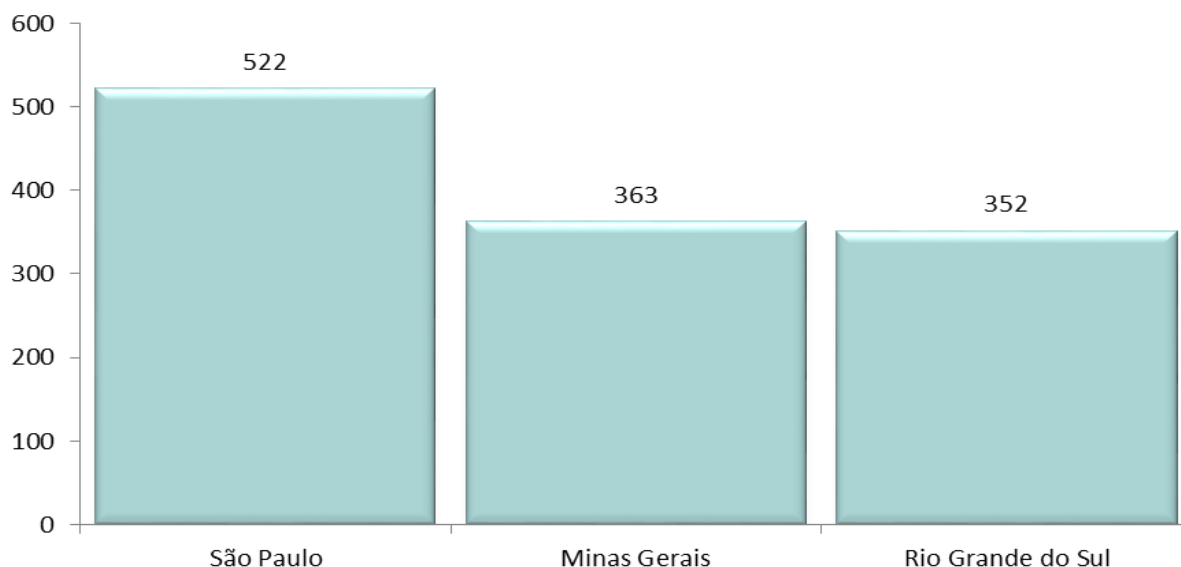
2.2.6. CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau

Tabela 2.17 - CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	ExeJudPCrim1º - Execuções Penais Pendentes no 1º Grau	ExeJudPNCrim1º - Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau
Minas Gerais	39	324	363
Rio Grande do Sul	349	3	352
São Paulo	445	77	522
Justiça Militar Estadual	833	404	1.237

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.17 - CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau

Fórmula: $CpEx1^\circ = ExeJudPCrim1^\circ + ExeJudPNCrim1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeJudPCrim1º - Execuções Penais Pendentes no 1º Grau: Saldo residual de processos de execução penal iniciados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre).
- ExeJudPNCrim1º - Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais: Saldo residual de processos de execução de título judicial ou cumprimento de sentença iniciados no 1º grau da Justiça Militar Estadual até o final do período anterior ao período-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), bem como as execuções penais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

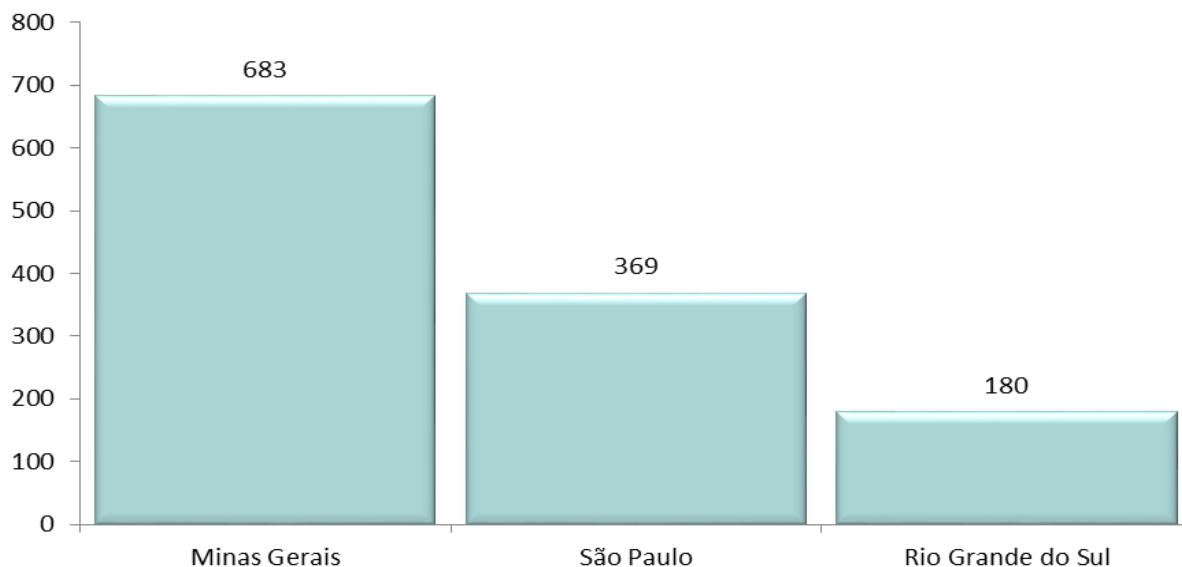
2.2.7. TbaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau

Tabela 2.18 - TbaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	tbaixJudCrim1º - Total de Processos Baixados de Execução Penal no 1º Grau	tbaixJudNCrim1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau, exceto execuções penais	TbaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau
Minas Gerais	33	650	683
Rio Grande do Sul	178	2	180
São Paulo	248	121	369
Justiça Militar Estadual	459	773	1.232

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.18 - TbaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de processos de execução de títulos judiciais que foram baixados no 1º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $TBaixEx1^\circ = TBaixExCrim1^\circ + TBaixExNCrim1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **tbaixJudCrim1º** - Total de Processos Baixados de Execução Penal no 1º Grau: Os processos de execução penal que foram baixados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudCrim1º - Execuções penais no 1º Grau.
- **tbaixJudNCrim1º** - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau, exceto execuções penais: Os processos de execução de títulos judiciais (exceto execução penal), que foram baixados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudNCrim1º - Execuções judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

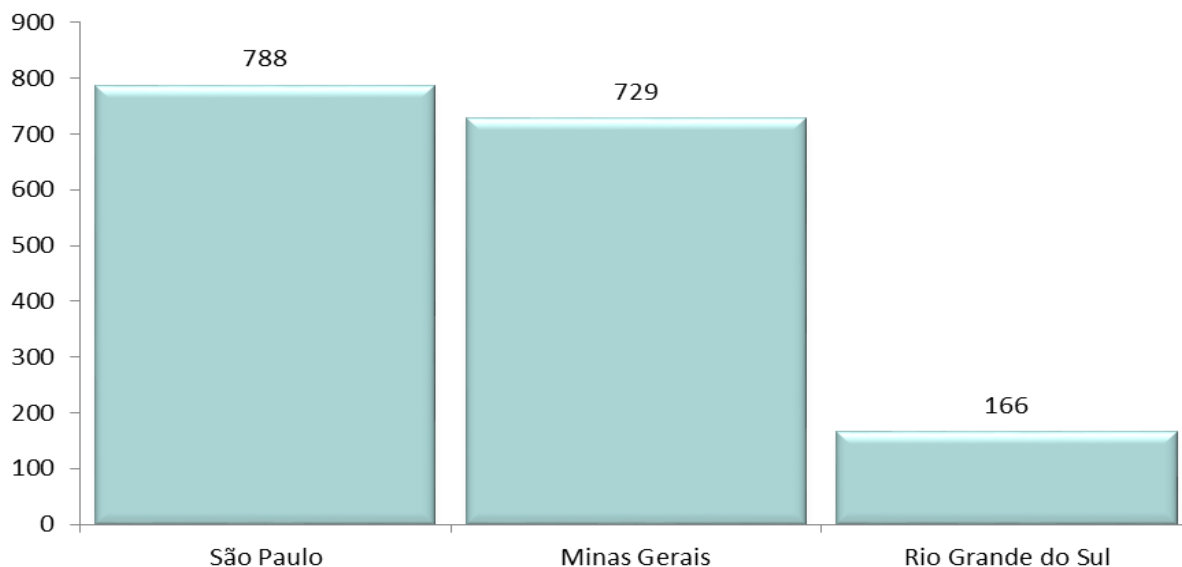
2.2.8. SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau

Tabela 2.19 - SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	SentJudCrim1º - Sentenças em Execução Penal no 1º grau	SentJudNCrim1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto em Execução Penal	SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau
Minas Gerais	29	700	729
Rio Grande do Sul	161	5	166
São Paulo	730	58	788
Justiça Militar Estadual	920	763	1.683

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.19 - SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de sentenças em execução de títulos judiciais no 1º Grau da Justiça Militar Estadual no início do período-base (semestre).

Fórmula: $\text{SentEx1º} = \text{SentExCrim1º} + \text{SentExNCrim1º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SentJudCrim1º - Sentenças em Execução Penal no 1º grau: Todas as sentenças em execução penal proferidas no 1º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudCrim1º - Execuções Penais no 1º Grau.
- SentJudNCrim1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto em Execução Penal: Todas as sentenças em execução judicial proferidas no 1º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre). Excluem-se as sentenças proferidas em execuções penais. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudNCrim1º - Execuções judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

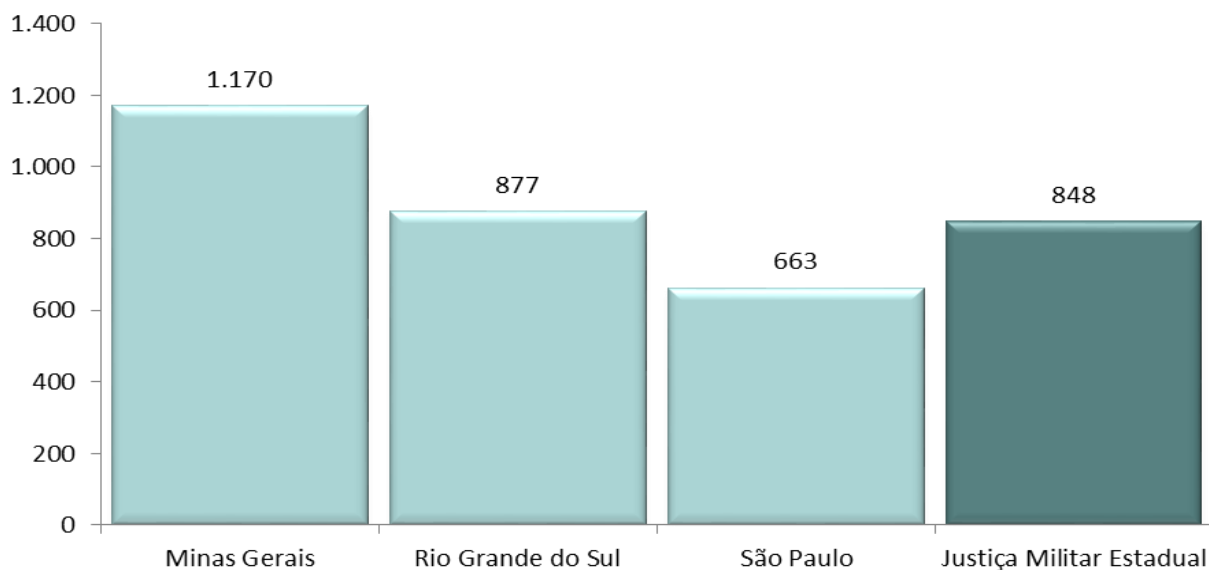
2.2.9. Ch1º - Casos Novos por 100.000 Militares Estaduais no 1º Grau

Tabela 2.20 - Ch1º - Casos Novos por 100.000 Militares Estaduais no 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau	me2 - Número de Militares Estaduais por 100.000	Ch1º - Casos Novos por 100.000 Militares Estaduais no 1º Grau
Minas Gerais	916	1	1.170
Rio Grande do Sul	401	0	877
São Paulo	951	1	663
Justiça Militar Estadual	2.268	3	848

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.20 - Ch1º - Casos Novos por 100.000 Militares Estaduais no 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

Ch1º - Casos Novos por 100.000 Militares Estaduais no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos na fase de conhecimento que ingressaram ou foram protocolizados no 1º grau da Justiça Militar Estadual para cada 100.000 militares do estado no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch1^\circ = CnC1^\circ / me2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $CnC1^\circ = CnC\text{Crim}1^\circ + CnC\text{NCrim}1^\circ$

· me2 - Número de Militares Estaduais por 100.000: Número de Policiais Militares e Bombeiros Militares ativos e inativos no estado dividido por 100.000 (Fonte: Poder Executivo Estadual).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

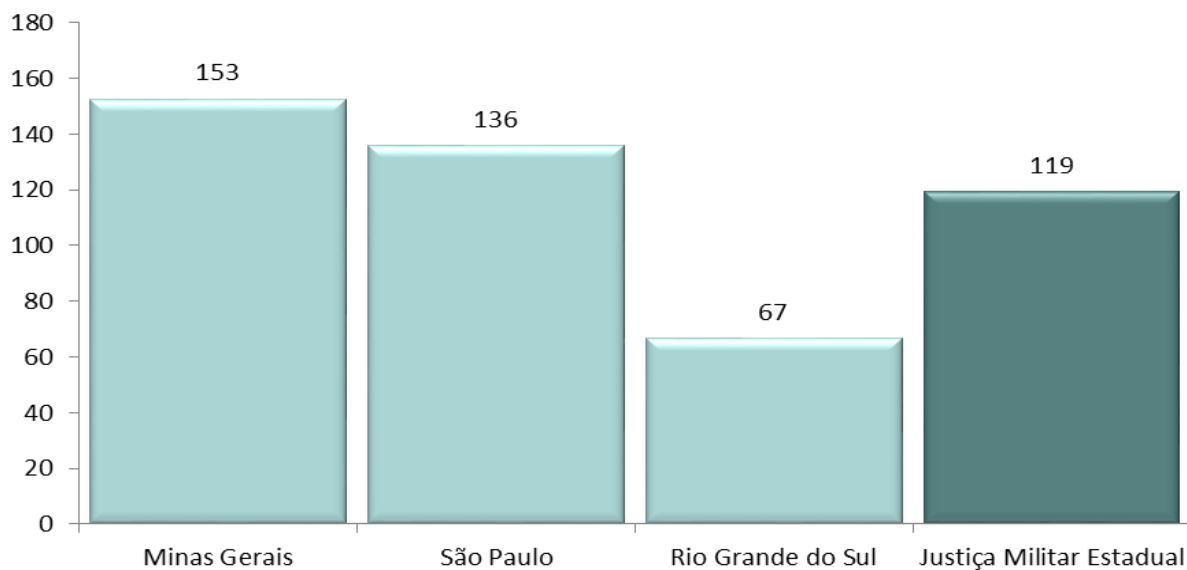
2.2.10. Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau

Tabela 2.21 - Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau
Minas Gerais	916	6	153
Rio Grande do Sul	401	6	67
São Paulo	951	7	136
Justiça Militar Estadual	2.268	19	119

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.21 - Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Militar Estadual de 1º Grau para cada cargo de magistrado de 1º grau no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm1^\circ = CnC1^\circ / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $CnC1^\circ = CnC\text{Crim}1^\circ + CnC\text{NCrim}1^\circ$

Fórmula: $Mag1^\circ = MagP1^\circ - MagAJ1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

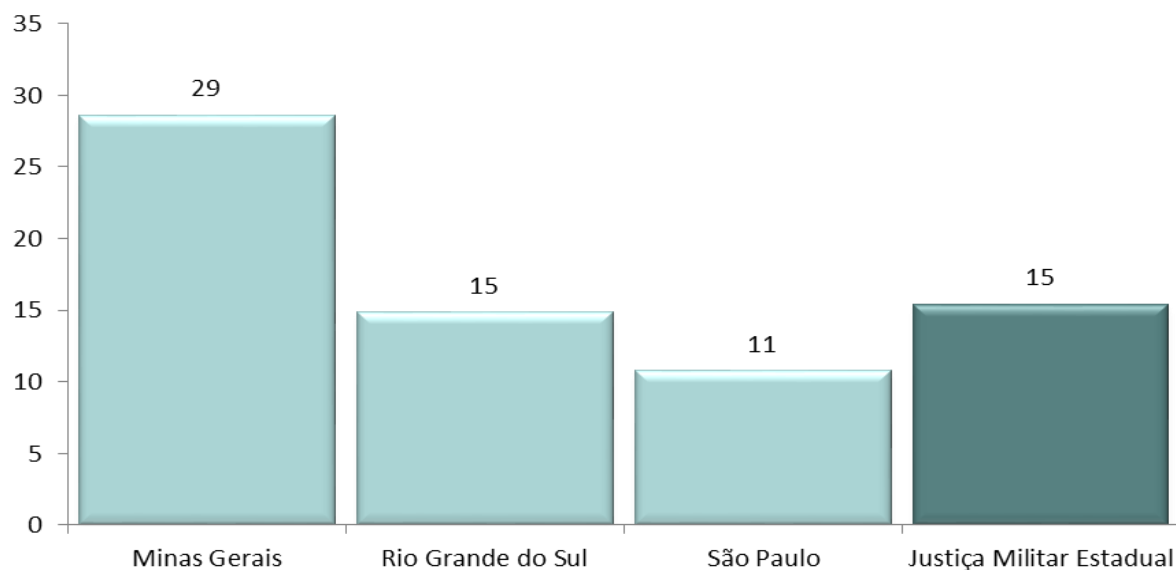
2.2.11. Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau

Tabela 2.22 - Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau	SaJud1º - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 1º Grau	Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau
Minas Gerais	916	32	29
Rio Grande do Sul	401	27	15
São Paulo	951	88	11
Justiça Militar Estadual	2.268	147	15

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.22 - Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 1º grau da Justiça Militar Estadual para cada cargo de servidor provido e lotado na área judiciária do 1º grau no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs1^\circ = CnC1^\circ / SaJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $CnC1^\circ = CnCCrim1^\circ + CnCNCrim1^\circ$

· SaJud1º - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 1º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária, que atuam exclusivamente no 1º grau da Justiça Militar Estadual, e que estão em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

Considera-se área judiciária os setores que impulsionam diretamente a tramitação do processo judicial, tais como: protocolo judicial, distribuição, gabinetes, contadoria, precatórios, secretarias judiciárias, centrais de mandados, taquigrafias, estenotipia, setores de processamentos de autos, hastas públicas, perícia (contábil, médica, de serviço social e de psicologia), central de conciliação, setores de admissibilidade de recursos, arquivo.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

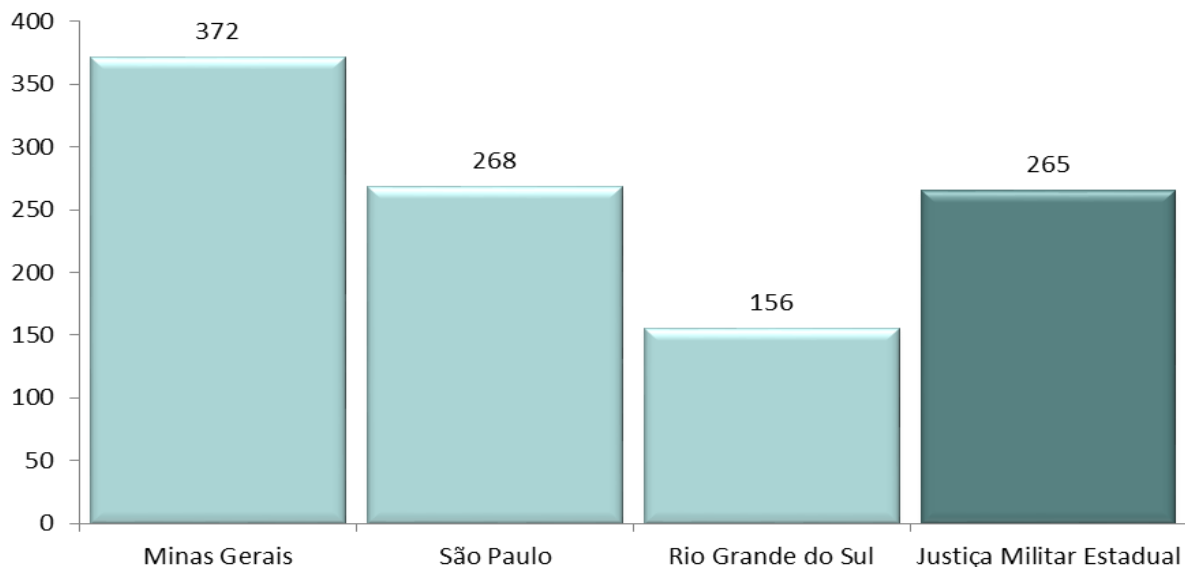
2.2.12. KC1º - Carga de Trabalho na Fase de Conhecimento de 1º Grau

Tabela 2.23 - KC1º - Carga de Trabalho na Fase de Conhecimento de 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau	CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau	RIntC1º - Recursos Internos em Processos de Conhecimento no 1º Grau	RIntCP1º - Recursos Internos Pendentes em Processos de Conhecimento no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	KC1º - Carga de Trabalho na Fase de Conhecimento de 1º Grau
Minas Gerais	916	1.308	4	2	6	372
Rio Grande do Sul	401	529	3	0	6	156
São Paulo	951	905	20	0	7	268
Justiça Militar Estadual	2.268	2.742	27	2	19	265

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.23 - KC1º - Carga de Trabalho na Fase de Conhecimento de 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

KC1º - Carga de Trabalho na Fase de Conhecimento de 1º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho na fase de conhecimento no 1º grau da Justiça Militar Estadual para cada magistrado de 1º grau no período-base (semestre).

Fórmula: $KC1^\circ = (CnC1^\circ + CpC1^\circ + RIntC1^\circ + RIntCP1^\circ) / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $CnC1^\circ = CnC\text{Crim}1^\circ + CnC\text{NCrim}1^\circ$

Fórmula: $CpC1^\circ = CpC\text{Crim}1^\circ + CpC\text{NCrim}1^\circ$

· $RIntC1^\circ$ - Recursos Internos em Processos de Conhecimento no 1º Grau: Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).

· $RIntCP1^\circ$ - Recursos Internos Pendentes em Processos de Conhecimento no 1º Grau: Saldo residual de embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau opostos até o final do período anterior ao período-base e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre).

Fórmula: $Mag1^\circ = MagP1^\circ - MagAJ1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

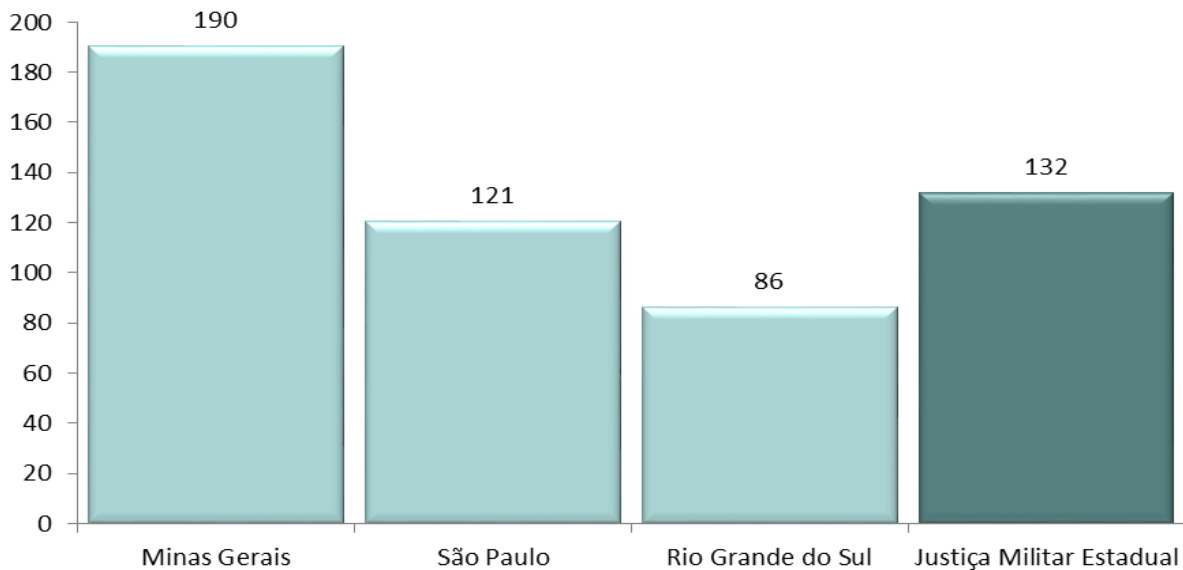
2.2.13. KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Tabela 2.24 - KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau, exceto em execuções penais	IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções penais	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau
Minas Gerais	658	363	71	50	6	190
Rio Grande do Sul	166	352	0	0	6	86
São Paulo	301	522	14	7	7	121
Justiça Militar Estadual	1.125	1.237	85	57	19	132

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.24 - KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho na fase de execução da Justiça Militar Estadual de 1º grau para cada magistrado de 1º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $KEx1^\circ = (ExeJud1^\circ + ExeJudP1^\circ + IncEx1^\circ + IncExP1^\circ) / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $CnEx1^\circ = ExeJudCrim1^\circ + ExeJudNCrim1^\circ$

Fórmula: $CpEx1^\circ = ExeJudPCrim1^\circ + ExeJudPNCrim1^\circ$

· **IncEx1º** - Incidentes em Execução no 1º Grau, exceto em execuções penais: Os embargos à execução de títulos judiciais e as impugnações ao cumprimento de sentença opostos na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os incidentes em execuções penais.

· **IncExP1º** - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções penais: Saldo residual dos embargos à execução de títulos judiciais e das impugnações ao cumprimento de sentença opostos na Justiça Militar Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os incidentes em execuções penais.

Fórmula: $Mag1^\circ = MagP1^\circ - MagAJ1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

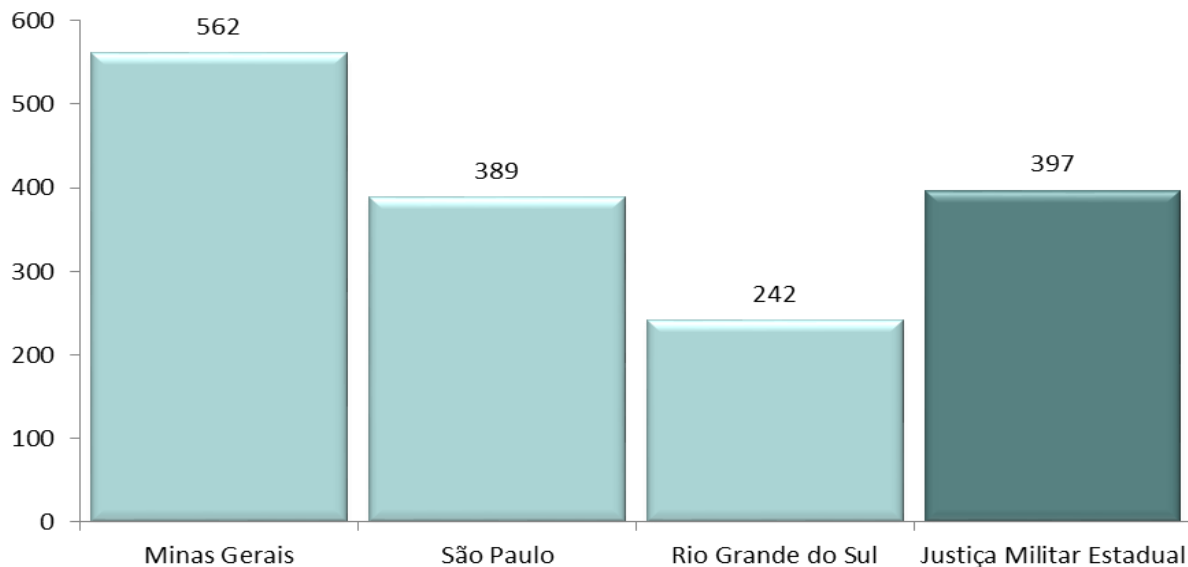
2.2.14. K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau

Tabela 2.25 - K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	KC1º - Carga de Trabalho na Fase de Conhecimento de 1º Grau	KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau
Minas Gerais	372	190	562
Rio Grande do Sul	156	86	242
São Paulo	268	121	389
Justiça Militar Estadual	265	132	397

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.25 - K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau

$$K1^{\circ} = Kc1^{\circ} + KEx1^{\circ}$$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

$$\text{Fórmula: } KC1^{\circ} = (CnC1^{\circ} + CpC1^{\circ} + RIntC1^{\circ} + RIntCP1^{\circ}) / Mag1^{\circ}$$

$$\text{Fórmula: } KEx1^{\circ} = (ExeJud1^{\circ} + ExeJudP1^{\circ} + IncEx1^{\circ} + IncExP1^{\circ}) / Mag1^{\circ}$$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

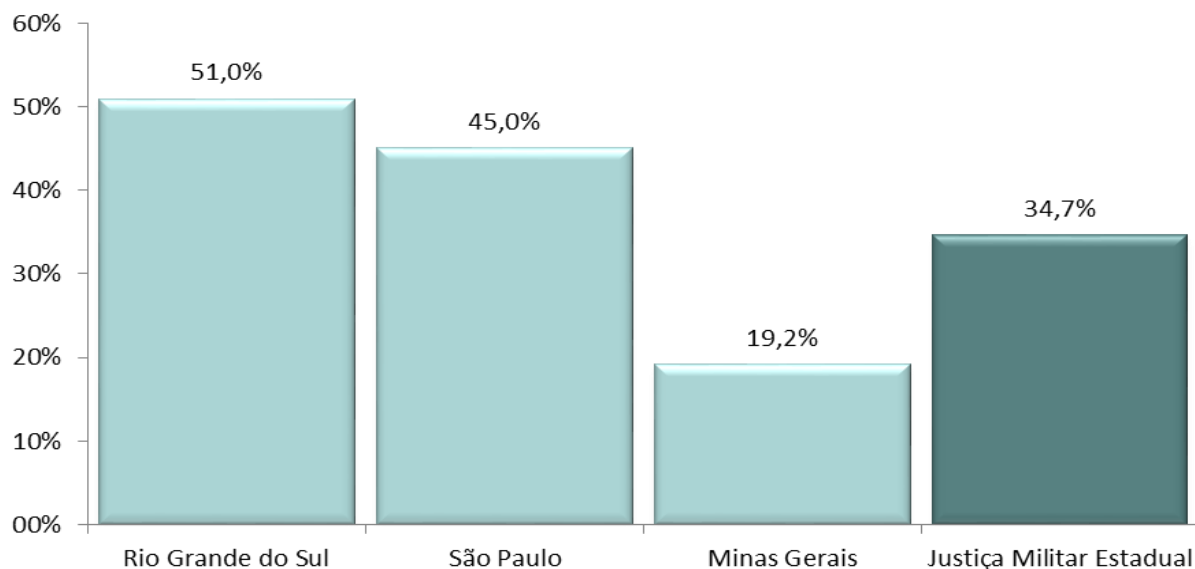
2.2.15. TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tabela 2.26 - TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	TBaixC1º - Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau	CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau	TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau
Minas Gerais	1.797	916	1.308	19,2%
Rio Grande do Sul	456	401	529	51,0%
São Paulo	1.020	951	905	45,0%
Justiça Militar Estadual	3.273	2.268	2.742	34,7%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.26 - TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento na fase de conhecimento do 1º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $TCC1^\circ = 1 - (TBaixC1^\circ / (CnC1^\circ + CpC1^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $TBaixC1^\circ = TBaixCCrim1^\circ + TBaixCNCrim1^\circ$

Fórmula: $CnC1^\circ = CnCCrim1^\circ + CnCNCrim1^\circ$

Fórmula: $CpC1^\circ = CpCCrim1^\circ + CpCNCrim1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

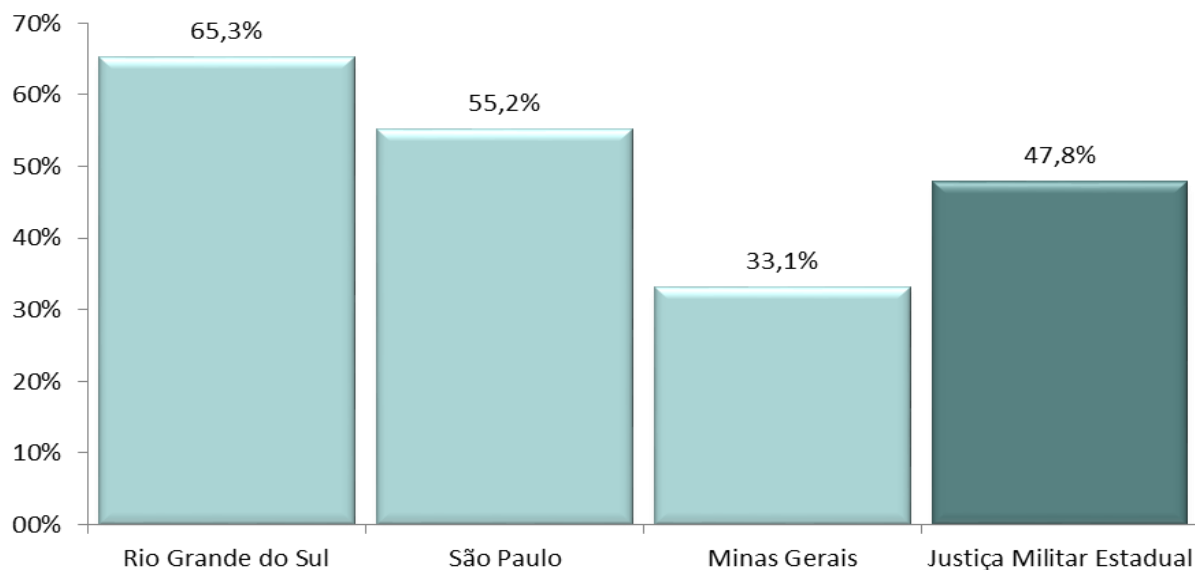
2.2.16. TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau

Tabela 2.27 - TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau
Minas Gerais	683	658	363	33,1%
Rio Grande do Sul	180	166	352	65,3%
São Paulo	369	301	522	55,2%
Justiça Militar Estadual	1.232	1.125	1.237	47,8%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.27 - TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento na fase de execução do 1º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $TCEx1^\circ = 1 - (T\text{BaixEx}1^\circ / (\text{ExeJud}1^\circ + \text{ExeJudP}1^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $T\text{BaixEx}1^\circ = T\text{BaixExCrim}1^\circ + T\text{BaixExNCrim}1^\circ$

Fórmula: $Cn\text{Ex}1^\circ = \text{ExeJudCrim}1^\circ + \text{ExeJudNCrim}1^\circ$

Fórmula: $Cp\text{Ex}1^\circ = \text{ExeJudPCrim}1^\circ + \text{ExeJudPNCrim}1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

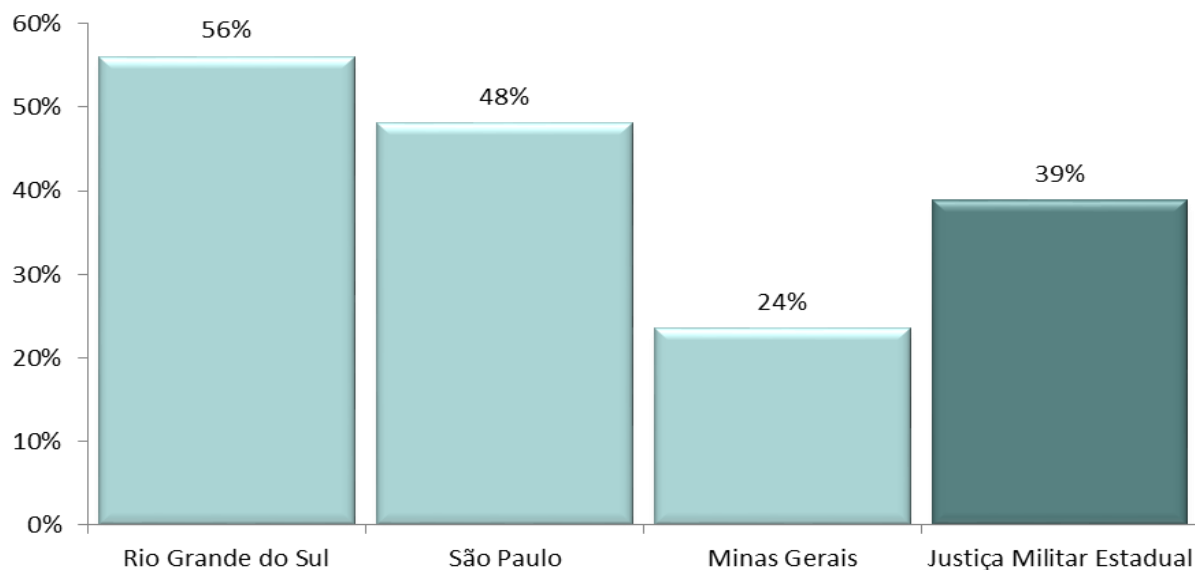
2.2.17. TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau

Tabela 2.28 - TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	TBaix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau	TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau
Minas Gerais	2.480	1.574	1.671	24%
Rio Grande do Sul	636	567	881	56%
São Paulo	1.389	1.252	1.427	48%
Justiça Militar Estadual	4.505	3.393	3.979	39%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.28 - TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau

$$Tc1^{\circ} = 1 - [(TBaixC1^{\circ} + TBaixEx1^{\circ}) / (CnC1^{\circ} + CpC1^{\circ} + CnEx1^{\circ} + CpEx1^{\circ})]$$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

$$TBaix1^{\circ} = TBaixCCrim1^{\circ} + TBaixCNCrim1^{\circ} + TBaixJudCrim1^{\circ} + TBaixJudNCRim1^{\circ}$$

$$Cn1^{\circ} = CnCCrim1^{\circ} + CnCNCrim1^{\circ} + ExeJudCrim1^{\circ} + ExeJudNCRim1^{\circ}$$

$$Cp1^{\circ} = CpCCrim1^{\circ} + CpCNCrim1^{\circ} + ExeJudPCrim1^{\circ} + ExeJudPNCrim1^{\circ}$$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

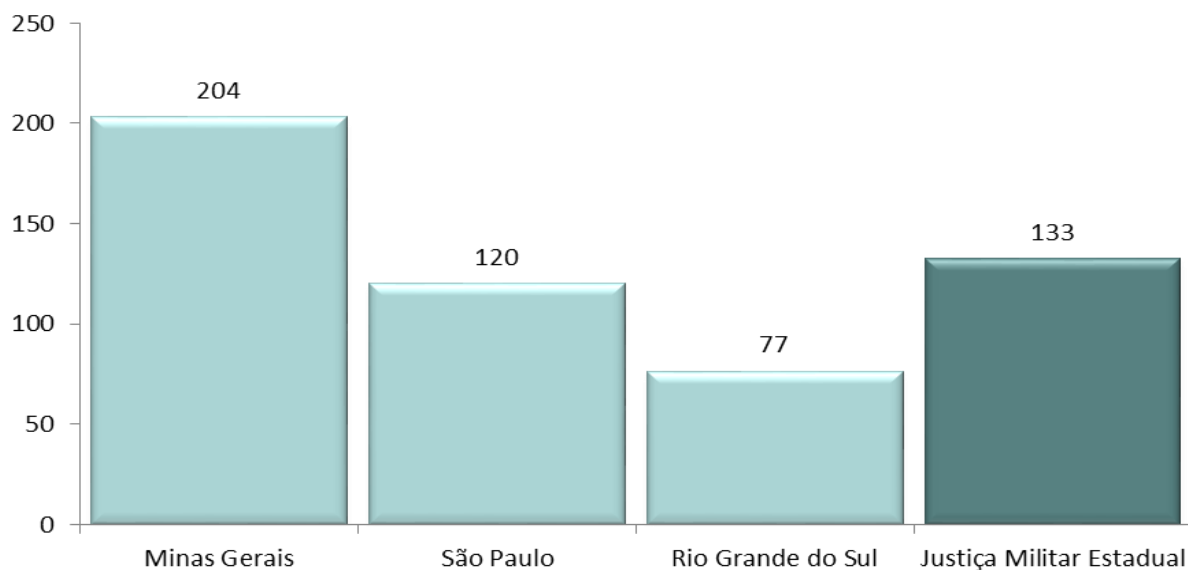
2.2.18. SMC1º - Sentenças por Magistrado na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tabela 2.29 - SMC1º - Sentenças por Magistrado na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	SMC1º - Sentenças por Magistrado na Fase de Conhecimento do 1º Grau
Minas Gerais	1.221	6	204
Rio Grande do Sul	459	6	77
São Paulo	842	7	120
Justiça Militar Estadual	2.522	19	133

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.29 - SMC1º - Sentenças por Magistrado na Fase de Conhecimento do 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

SMC1º - Sentenças por Magistrado na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar a média de sentenças por magistrado na fase de conhecimento do 1º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $SMC1^\circ = \text{SentC}1^\circ / \text{Mag}1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $\text{SentC}1^\circ = \text{SentCCrim}1^\circ + \text{SentCNCrim}1^\circ$

Fórmula: $\text{Mag}1^\circ = \text{MagP}1^\circ - \text{MagAJ}1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

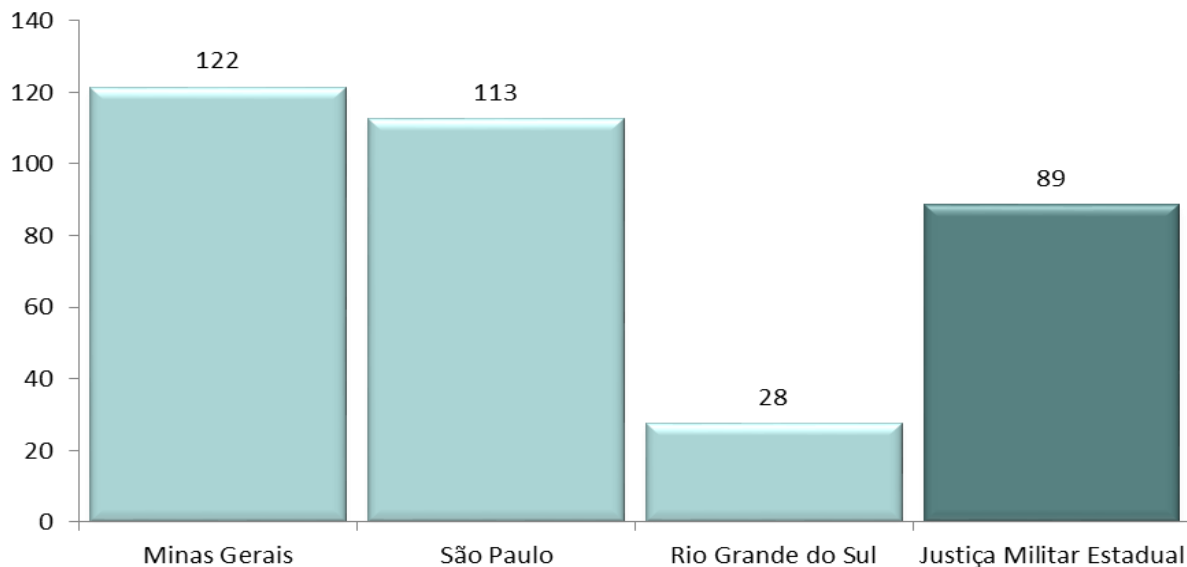
2.2.19. SMEx1º - Sentenças por Magistrado na Fase de Execução do 1º Grau

Tabela 2.30 - SMEx1º - Sentenças por Magistrado na Fase de Execução do 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	SMEx1º - Sentenças por Magistrado na Fase de Execução do 1º Grau
Minas Gerais	729	6	122
Rio Grande do Sul	166	6	28
São Paulo	788	7	113
Justiça Militar Estadual	1.683	19	89

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.30 - SMEx1º - Sentenças por Magistrado na Fase de Execução do 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

SME_{Ex1º} - Sentenças por Magistrado na Fase de Execução do 1º Grau

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado na fase de execução do 1º Grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $SME_{Ex1º} = SentEx1º / Mag1º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $SentEx1º = SentExCrim1º + SentExNCrim1º$

Fórmula: $Mag1º = MagP1º - MagAJ1º$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

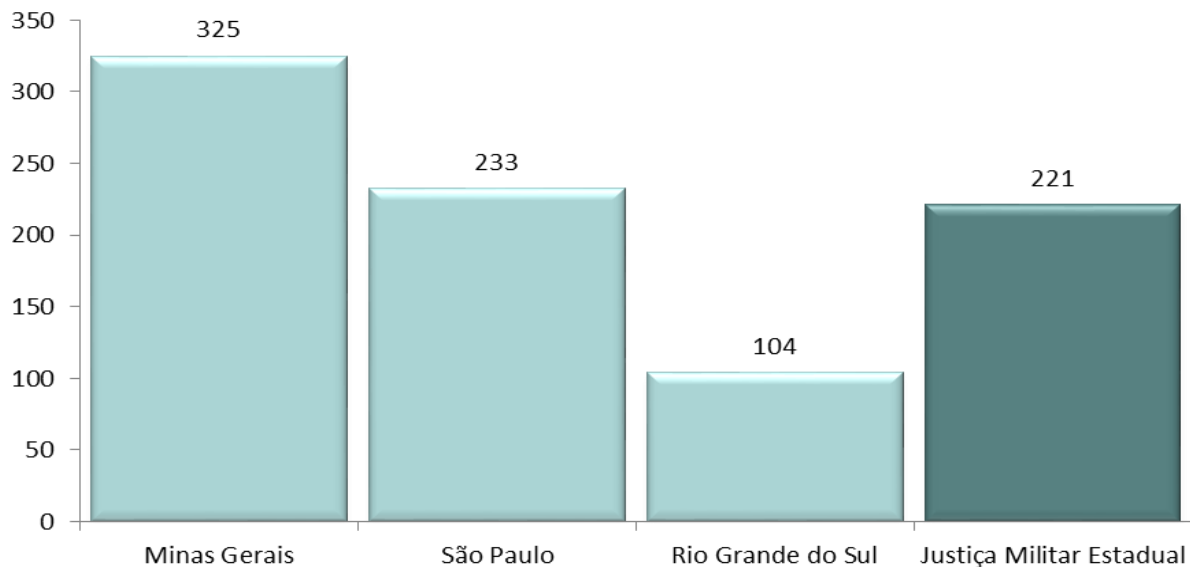
2.2.20. SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau

Tabela 2.31 - SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	SMC1º - Sentenças por Magistrado na Fase de Conhecimento do 1º Grau	SMEx1º - Sentenças por Magistrado na Fase de Execução do 1º Grau	SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau
Minas Gerais	204	122	325
Rio Grande do Sul	77	28	104
São Paulo	120	113	233
Justiça Militar Estadual	133	89	221

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.31 - SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau

$Sm1^o = SmC1^o + SmEx1^o$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $SMC1^o = SentC1^o / Mag1^o$

Fórmula: $SMEEx1^o = SentEx1^o / Mag1^o$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.21. ProcEI1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

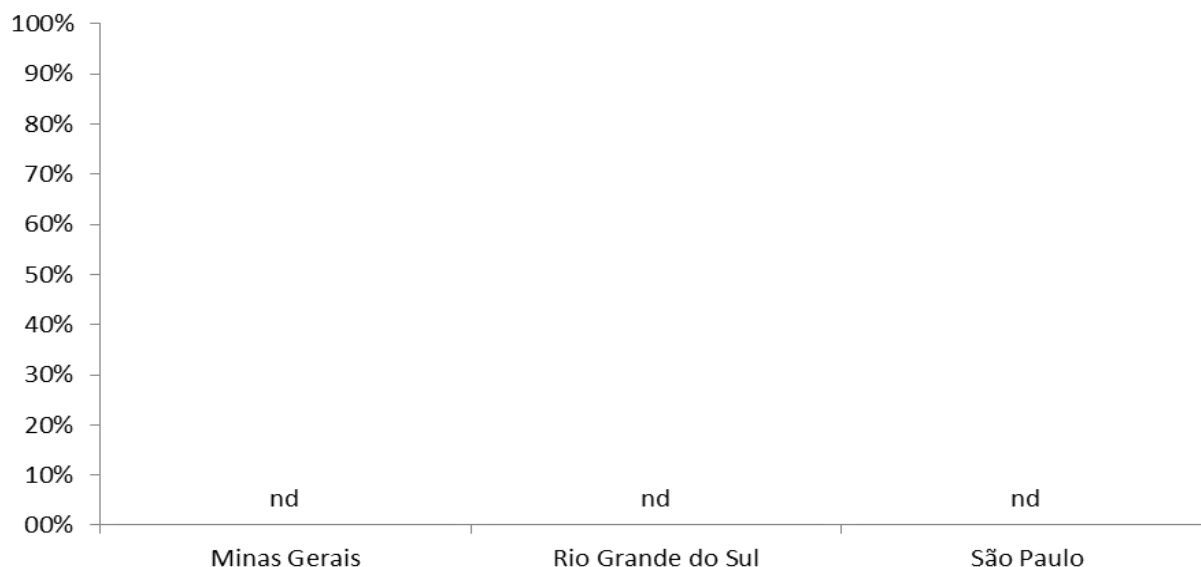
Tabela 2.32 - ProcEI1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	CnElet1º - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau	ProcEI1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau
Minas Gerais	0	916	nd
Rio Grande do Sul	0	401	nd
São Paulo	0	951	nd
Justiça Militar Estadual	0	2.268	0,0%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.32 - ProcEI1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 1º grau da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEl1º} = \text{CnElet1º} / \text{CnC1º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· CnElet1º - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau: Os processos eletrônicos que ingressaram na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnCrim1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau criminais; b) CnCNCrim1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau não-criminais.

Fórmula: $\text{CnC1º} = \text{CnCrim1º} + \text{CnCNCrim1º}$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

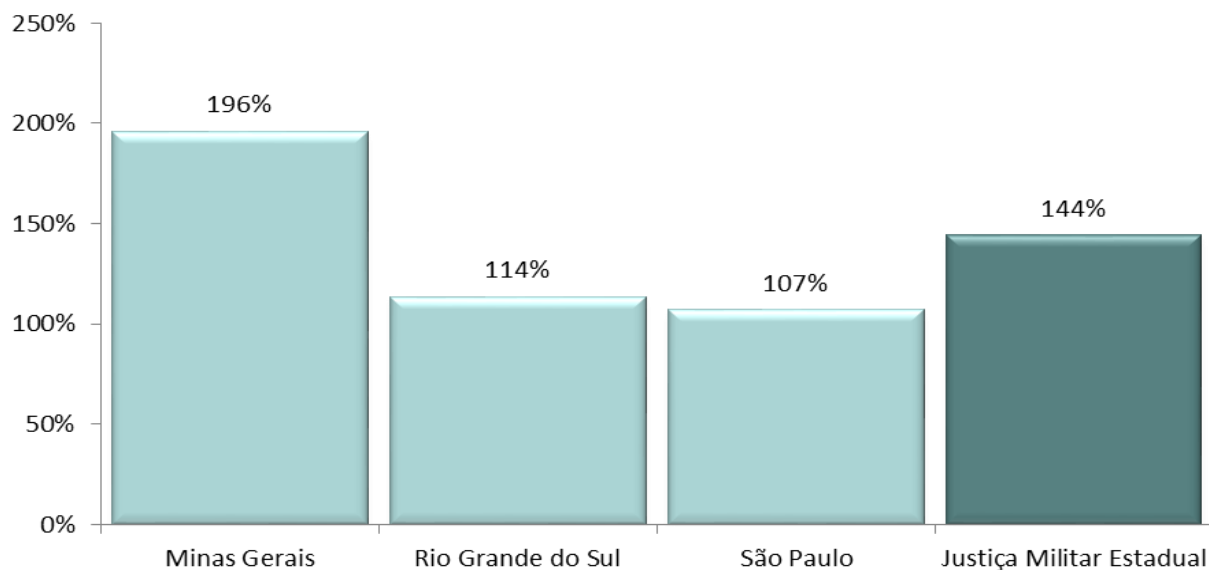
2.2.22. IADC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau

Tabela 2.33 - IADC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	TBaixC1º - Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau	IADC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau
Minas Gerais	1.797	916	196%
Rio Grande do Sul	456	401	114%
São Paulo	1.020	951	107%
Justiça Militar Estadual	3.273	2.268	144%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.33 - IADC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

IADC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau

$$IADC1^\circ = T\text{Baix}C1^\circ / CnC1^\circ$$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

$$\text{Fórmula: } T\text{Baix}C1^\circ = T\text{BaixCCrim}1^\circ + T\text{BaixCNCrim}1^\circ$$

$$\text{Fórmula: } CnC1^\circ = CnC\text{Crim}1^\circ + CnC\text{NCrim}1^\circ$$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

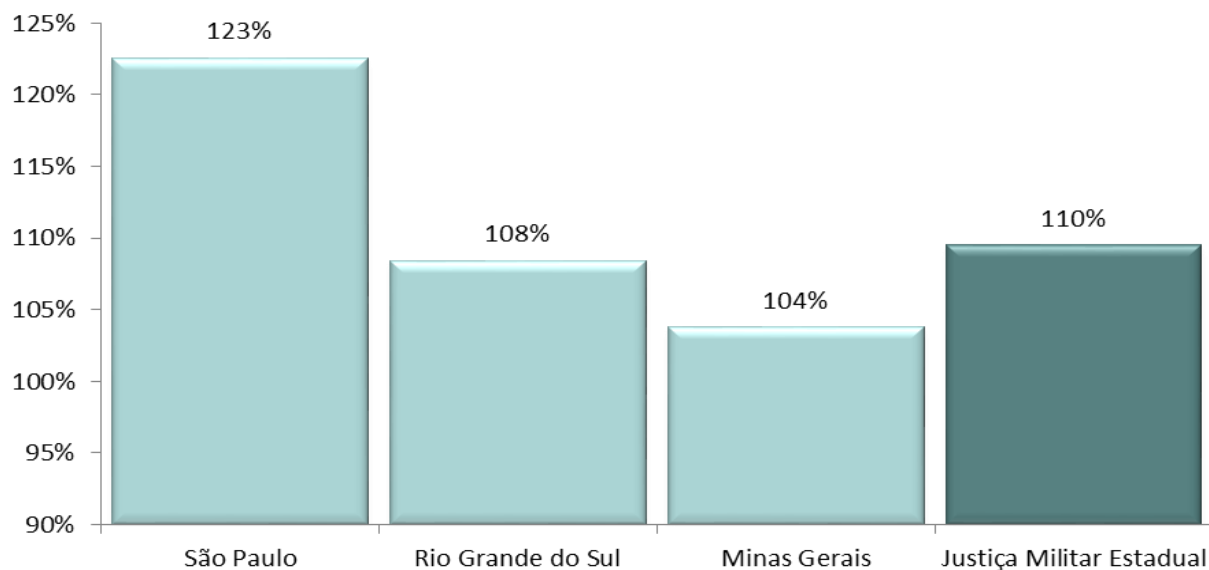
2.2.23. IADEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau

Tabela 2.34 - IADEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	IADEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau
Minas Gerais	683	658	104%
Rio Grande do Sul	180	166	108%
São Paulo	369	301	123%
Justiça Militar Estadual	1.232	1.125	110%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.34 - IADEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

IAEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau

$$\text{IAEx1º} = \text{TBaixEx1º} / \text{CnEx1º}$$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

$$\text{Fórmula: TBaixEx1º} = \text{TBaixExCrim1º} + \text{TBaixExNCrim1º}$$

$$\text{Fórmula: CnEx1º} = \text{ExeJudCrim1º} + \text{ExeJudNCrim1º}$$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

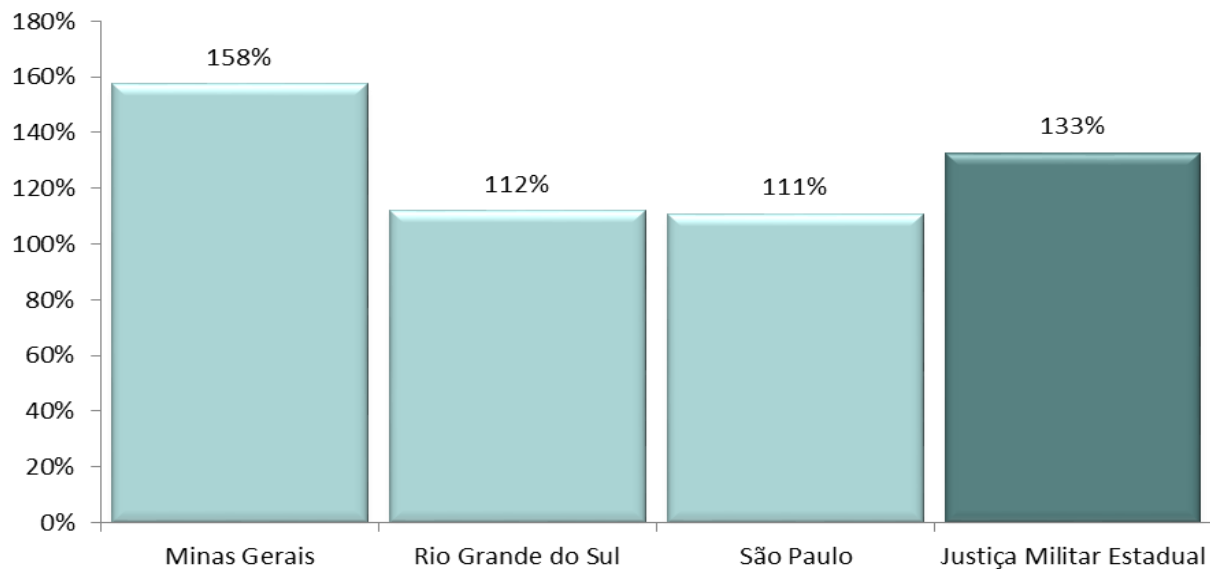
2.2.24. IAD1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

Tabela 2.35 - IAD1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	TBaixC1º - Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	IAD1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau
Minas Gerais	1.797	683	916	658	158%
Rio Grande do Sul	456	180	401	166	112%
São Paulo	1.020	369	951	301	111%
Justiça Militar Estadual	3.273	1.232	2.268	1.125	133%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.35 - IAD1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

IAD1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

$$IAD1^\circ = (TBaixC1^\circ + TBaixEx1^\circ) / (CnC1^\circ + CnEx1^\circ)$$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

$$\text{Fórmula: } TBaixC1^\circ = TBaixCCrim1^\circ + TBaixCNCrim1^\circ$$

$$\text{Fórmula: } TBaixEx1^\circ = TBaixExCrim1^\circ + TBaixExNCrim1^\circ$$

$$\text{Fórmula: } CnC1^\circ = CnCCrim1^\circ + CnCNCrim1^\circ$$

$$\text{Fórmula: } CnEx1^\circ = ExeJudCrim1^\circ + ExeJudNCrim1^\circ$$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

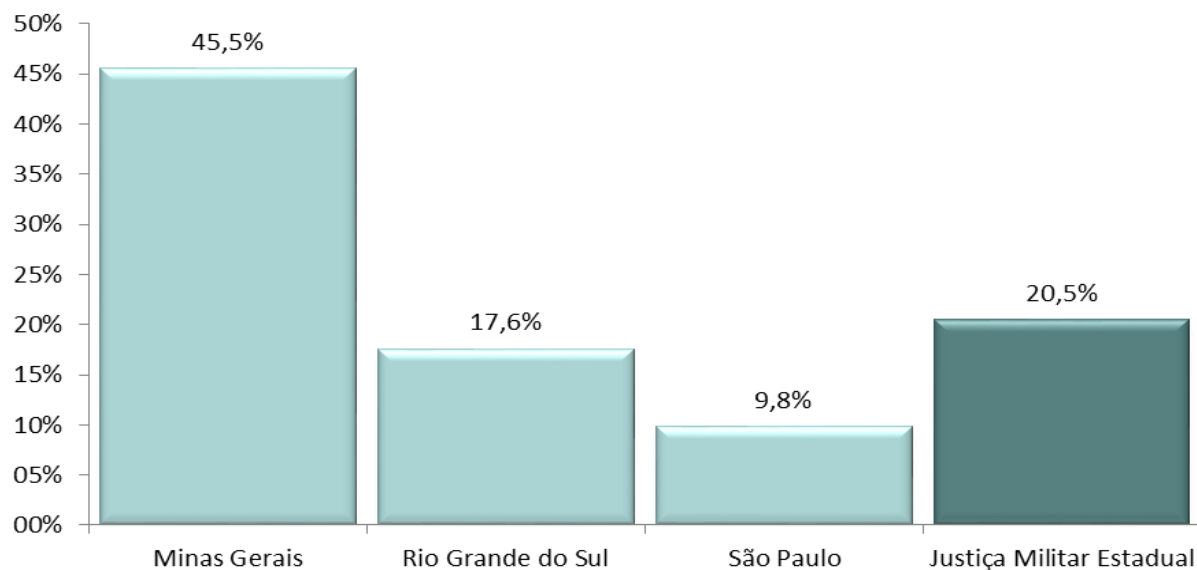
2.2.25. Rx1º - Recorribilidade Externa de 1º Grau

Tabela 2.36 - Rx1º - Recorribilidade Externa de 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	RSup1º - Recursos à Instância Superior no 1º Grau	DeRExt1º - Decisões no 1º Grau Passíveis de Recurso Externo	Rx1º - Recorribilidade Externa de 1º Grau
Minas Gerais	762	1.674	45,5%
Rio Grande do Sul	226	1.285	17,6%
São Paulo	351	3.574	9,8%
Justiça Militar Estadual	1.339	6.533	20,5%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.36 - Rx1º - Recorribilidade Externa de 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

Rx1º - Recorribilidade Externa de 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos endereçados aos Tribunais Militares Estaduais em relação ao número de decisões de 1º Grau passíveis de recurso externo no período-base (semestre).

Fórmula: $Rx1^\circ = RSup1^\circ / DeRExt1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RSup1º - Recursos à Instância Superior no 1º Grau: Todos os recursos voluntários interpostos de decisões judiciais do 1º Grau, endereçadas aos Tribunais de 2º Grau no período-base (semestre).
- DeRExt1º - Decisões no 1º Grau Passíveis de Recurso Externo: Todas as sentenças e as decisões interlocutórias proferidas no período-base (semestre) passíveis de recurso para os Tribunais de 2º Grau, excluídas as referentes a embargos de declaração.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

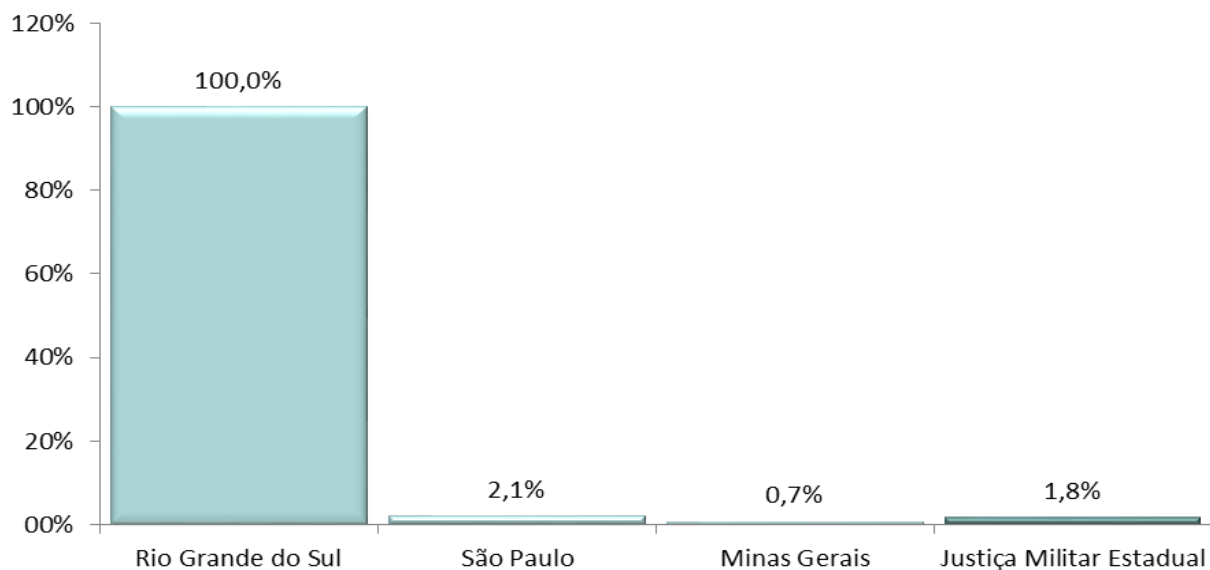
2.2.26. Rln1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau

Tabela 2.37 - Rln1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	RIntC1º - Recursos Internos em Processos de Conhecimento no 1º Grau	SeRInt1º - Sentenças no 1º Grau Passíveis de Recurso Interno	Rln1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau
Minas Gerais	4	568	0,7%
Rio Grande do Sul	3	3	100,0%
São Paulo	20	946	2,1%
Justiça Militar Estadual	27	1.517	1,8%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.37 - Rln1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

Rln1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos internos interpostos na Justiça Militar Estadual de 1º Grau em relação ao número de sentenças passíveis de recurso interno proferidas no período-base (semestre).

Fórmula: $Rln1^\circ = RIntC1^\circ / SeRInt1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **RIntC1º - Recursos Internos em Processos de Conhecimento no 1º Grau:** Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).
- **SeRInt1º - Sentenças no 1º Grau Passíveis de Recurso Interno:** As decisões que põem fim à relação processual na fase de conhecimento no 1º Grau, com ou sem a análise do mérito, incluídas as decisões de homologação de acordo, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação, no período-base (semestre).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

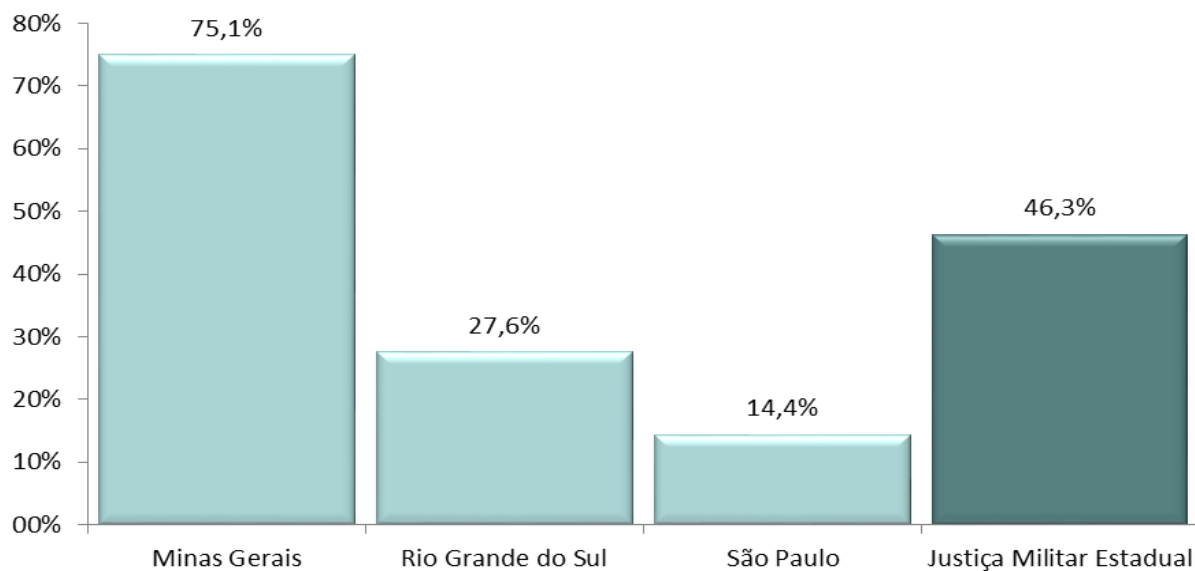
2.2.27. Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

Tabela 2.38 - Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

Tribunal de Justiça Militar	RpAP1º - Recursos das Decisões de 1º Grau Providos pelos Tribunais Militares Estaduais em Recurso de Apelação (ainda que parcialmente)	RpAI1º - Recursos das Decisões de 1º Grau Providos pelos Tribunais Militares Estaduais em Agravos de Instrumento (ainda que parcialmente)	RjAP1º - Recursos de Apelações Julgados pelos Tribunais Militares Estaduais	RjAI1º - Recursos de Agravos de Instrumento Julgados pelos Tribunais Militares Estaduais	Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau
Minas Gerais	605	51	806	68	75,1%
Rio Grande do Sul	46	7	182	10	27,6%
São Paulo	94	3	625	48	14,4%
Justiça Militar Estadual	745	61	1.613	126	46,3%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.38 - Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

Finalidade: Indicar a promoção de recursos interpostos contra decisões da Justiça Militar Estadual de 1º Grau, ainda que parcialmente, em relação ao número de recursos interpostos contra decisões da Justiça Militar Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $Rd1^\circ = (RpAP1^\circ + RpAI1^\circ) / (RjAP1^\circ + RjAI1^\circ)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RpAP1º - Recursos das Decisões de 1º Grau Providos pelos Tribunais Militares Estaduais em Recurso de Apelação (ainda que parcialmente): Todos os acórdãos e decisões monocráticas referentes aos Recursos de Apelações julgados providos pelos Tribunais Militares Estaduais, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).
- RpAI1º - Recursos das Decisões de 1º Grau Providos pelos Tribunais Militares Estaduais em Agravos de Instrumento (ainda que parcialmente): Os acórdãos e decisões monocráticas em autos de recursos de agravos de instrumento julgados providos pelo Tribunais Militares Estaduais, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).
- RjAP1º - Recursos de Apelações Julgados pelos Tribunais Militares Estaduais: Todos os acórdãos e decisões monocráticas referentes aos recursos de apelações julgados pelos Tribunais Militares Estaduais, no período-base (semestre).
- RjAI1º - Recursos de Agravos de Instrumento Julgados pelos Tribunais Militares Estaduais: O número total de acórdãos e de decisões monocráticas proferidos pelo Tribunais Militares Estaduais em autos de recursos de agravos de instrumento, no período-base (semestre).

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

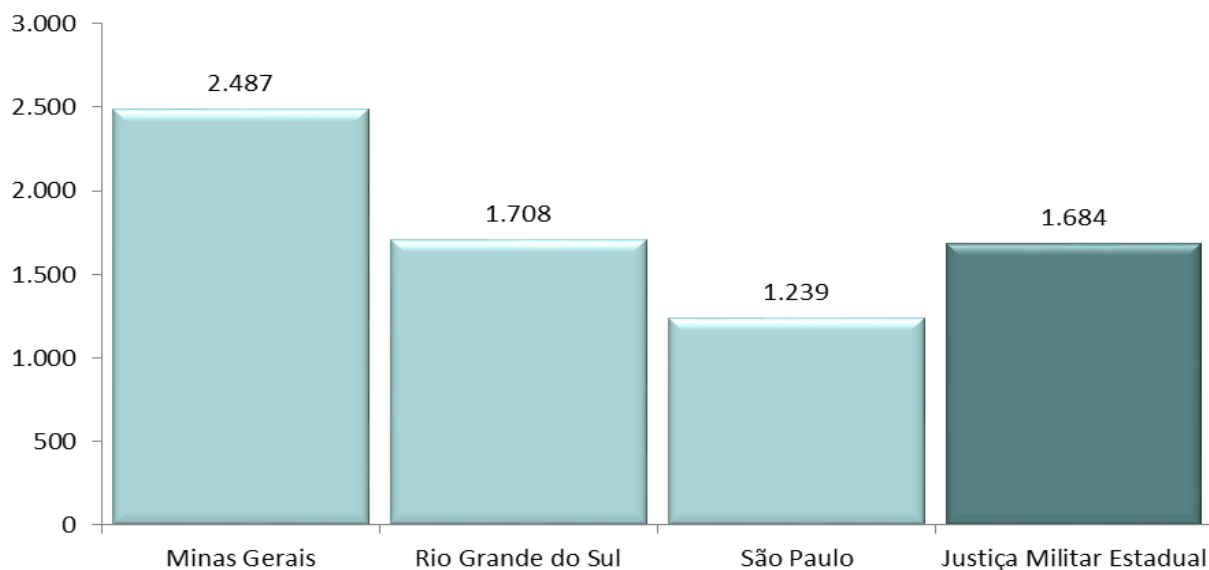
2.3.1. Ch - Casos Novos por 100.000 Militares Estaduais

Tabela 2.39 - Ch - Casos Novos por 100.000 Militares Estaduais

Tribunal de Justiça Militar	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau		Ch - Casos Novos por 100.000 Militares Estaduais
Minas Gerais	1.030	916	206	2.487
Rio Grande do Sul	380	401	112	1.708
São Paulo	826	951	437	1.239
Justiça Militar Estadual	2.236	2.268	754	1.684

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.39 - Ch - Casos Novos por 100.000 Militares Estaduais



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

Ch - Casos Novos por 100.000 Militares Estaduais

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram para cada 100.000 habitantes do estado no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch = Cn / me2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $Cn2^o = CnCrim2^o + CnNCrim2^o$

Fórmula: $CnC1^o = CnCCrim1^o + CnCNCrim1^o$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

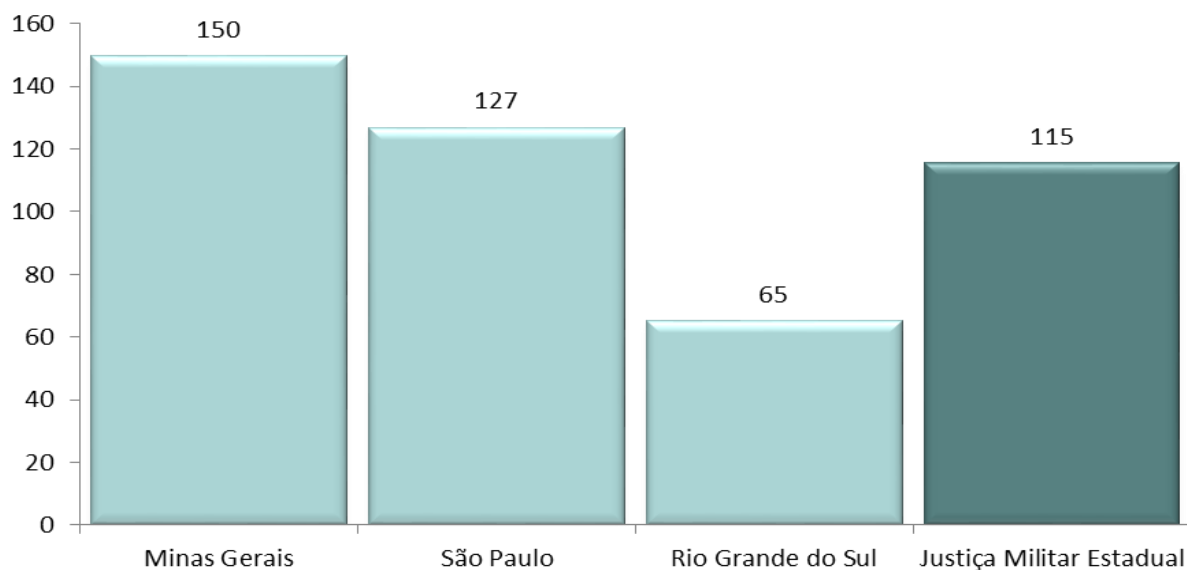
2.3.2. Cm - Casos Novos por Magistrado

Tabela 2.40 - Cm - Casos Novos por Magistrado

Tribunal de Justiça Militar	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau	Mag - Total de Magistrados: Força de Trabalho	Cm - Casos Novos por Magistrado
Minas Gerais	1.030	916	13	150
Rio Grande do Sul	380	401	12	65
São Paulo	826	951	14	127
Justiça Militar Estadual	2.236	2.268	39	115

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.40 - Cm - Casos Novos por Magistrado



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

Cm - Casos Novos por Magistrado

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram para cada Magistrado no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm = Cn / Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $Cn2^o = CnCrim2^o + CnNCrim2^o$

Fórmula: $CnC1^o = CnCCrim1^o + CnCNCrim1^o$

Fórmula: $Mag = MagE2^o + MagP1^o - MagAJ1^o$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

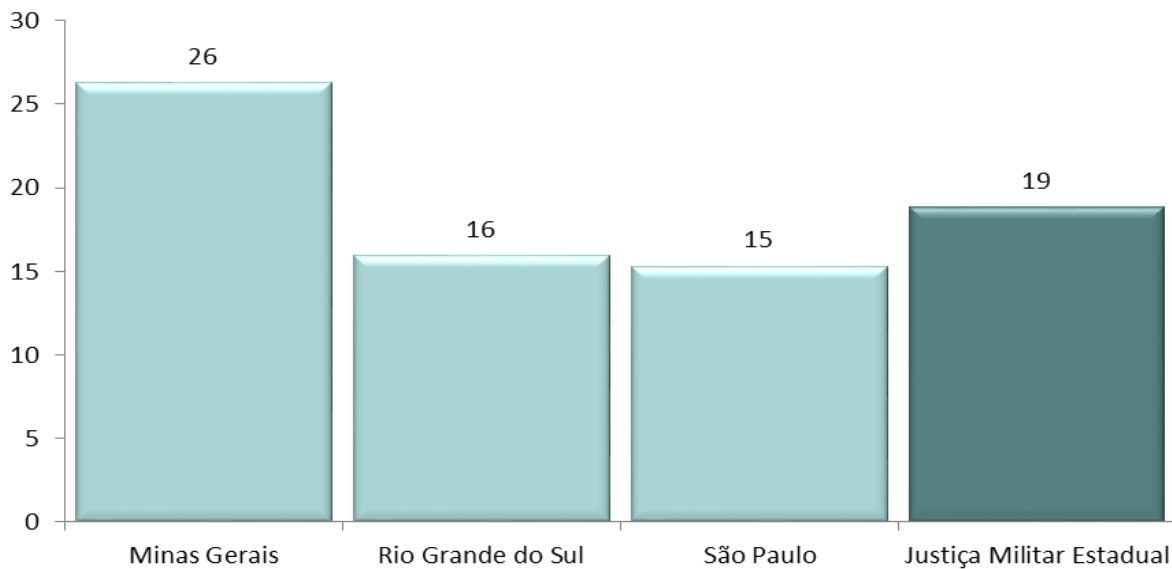
2.3.3. Cs - Casos Novos por Servidor

Tabela 2.41 - Cs - Casos Novos por Servidor

Tribunal de Justiça Militar	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau	SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária	Cs - Casos Novos por Servidor
Minas Gerais	1.030	916	74	26
Rio Grande do Sul	380	401	49	16
São Paulo	826	951	116	15
Justiça Militar Estadual	2.236	2.268	239	19

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.41 - Cs - Casos Novos por Servidor



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

Cs - Casos Novos por Servidor

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram em relação ao total de servidores da área judiciária no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs = Cn / SaJud$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $Cn2^o = CnCrim2^o + CnNCrim2^o$

Fórmula: $CnC1^o = CnCCrim1^o + CnCNCrim1^o$

$SaJud = SaJud2^o + SaJud1^o$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

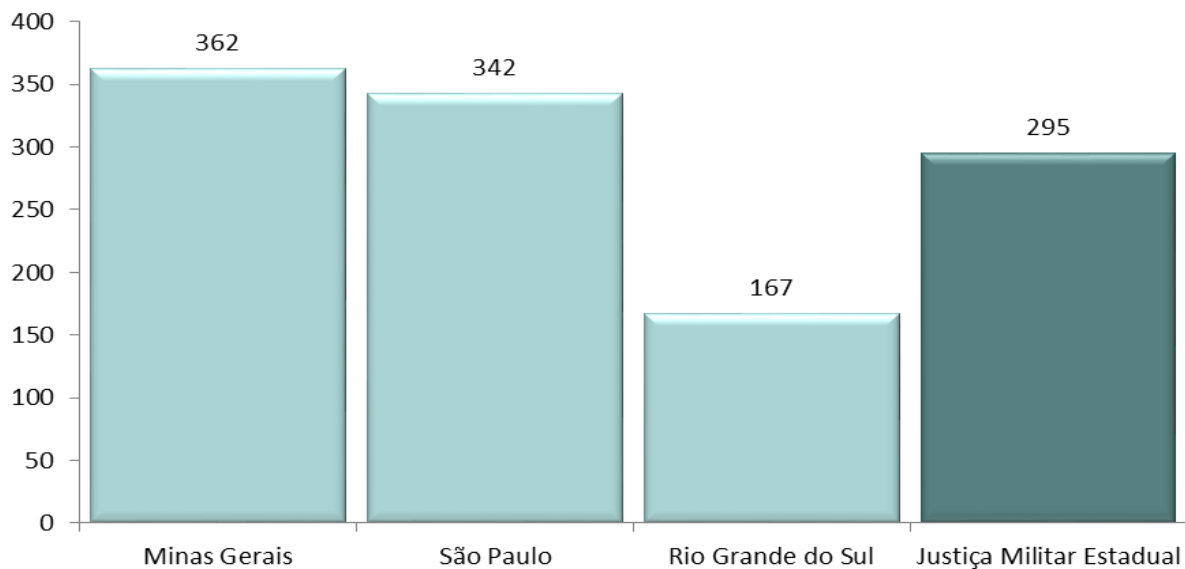
2.3.4. K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Tabela 2.42 - K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Tribunal de Justiça Militar	Cn - Casos Novos	Cp - Casos Pendentes	RIntInc - Recursos Internos e Incidentes de Execução	RIntIncP - Recursos Internos e Incidentes de Execução Pendentes	Mag - Total de Magistrados: Força de Trabalho	K - Carga de Trabalho dos Magistrados
Minas Gerais	2.604	1.851	196	60	13	362
Rio Grande do Sul	947	979	57	24	12	167
São Paulo	2.078	2.348	323	44	14	342
Justiça Militar Estadual	5.629	5.178	576	128	39	295

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.42 - K - Carga de Trabalho dos Magistrados



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos magistrados no período-base (semestre).

Fórmula: $K = (Cn + Cp + RInt + RIntP + IncEx1^o + IncExP1^o) / Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $Cn = CnCrim2^o + CnNCrim2^o + CnCCrim1^o + CnCNCrim1^o + ExeJudCrim1^o + ExeJudNCrim1^o$

Fórmula: $Cp = CpCrim2^o + CpNCrim2^o + CpCCrim1^o + CpCNCrim1^o + ExeJudPCrim1^o + ExeJudPNCrim1^o$

Fórmula: $RIntInc = RInt2 + RIntC1 + IncEx1$

Fórmula: $RIntIncP = RIntP2 + RIntPC1 + IncExP1$

Fórmula: $Mag = MagE2^o + MagP1^o - MagAJ1^o$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

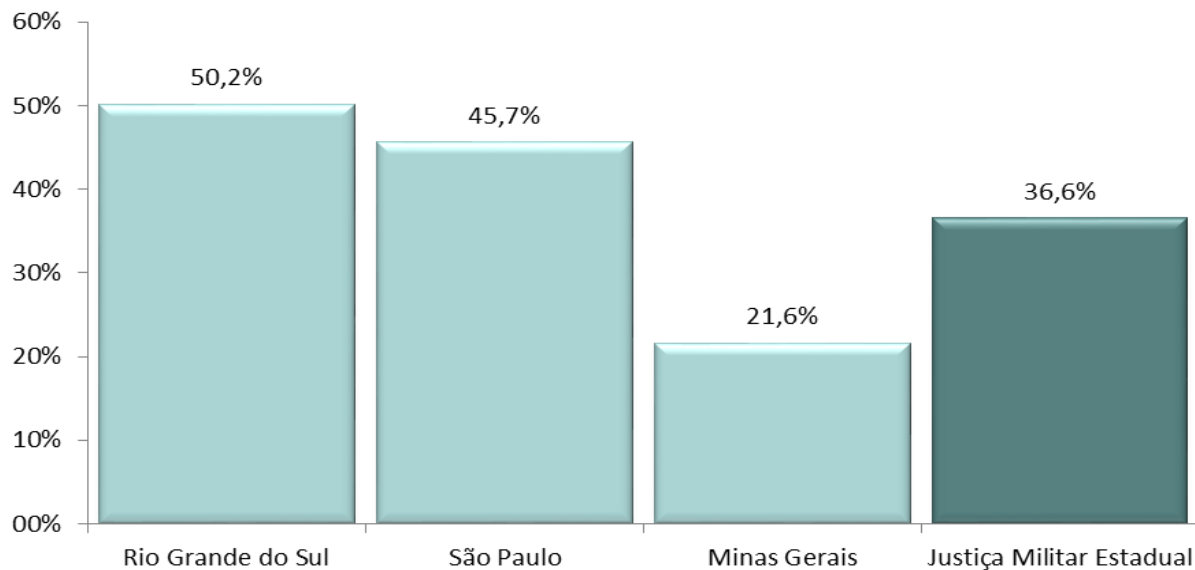
2.3.5. TC - Taxa de Congestionamento

Tabela 2.43 - TC - Taxa de Congestionamento

Tribunal de Justiça Militar	TBaix - Total de Processos Baixados	Cn - Casos Novos	Cp - Casos Pendentes	TC - Taxa de Congestionamento
Minas Gerais	3.492	2.604	1.851	21,6%
Rio Grande do Sul	959	947	979	50,2%
São Paulo	2.405	2.078	2.348	45,7%
Justiça Militar Estadual	6.856	5.629	5.178	36,6%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.43 - TC - Taxa de Congestionamento



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

TC - Taxa de Congestionamento

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento no período-base (semestre).

Fórmula: $TC = 1 - (TBaix / (Cn + Cp))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $TBaix = TBaixCrim2º + TBaixNCrim2º + TBaixCCrim1º + TBaixCNCrim1º + TBaixJudCrim1º + TBaixJudNCrim1º$

Fórmula: $Cn = CnCrim2º + CnNCrim2º + CnCCrim1º + CnCNCrim1º + ExeJudCrim1º + ExeJudNCrim1º$

Fórmula: $Cp = CpCrim2º + CpNCrim2º + CpCCrim1º + CpCNCrim1º + ExeJudPCrim1º + ExeJudPNCrim1º$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

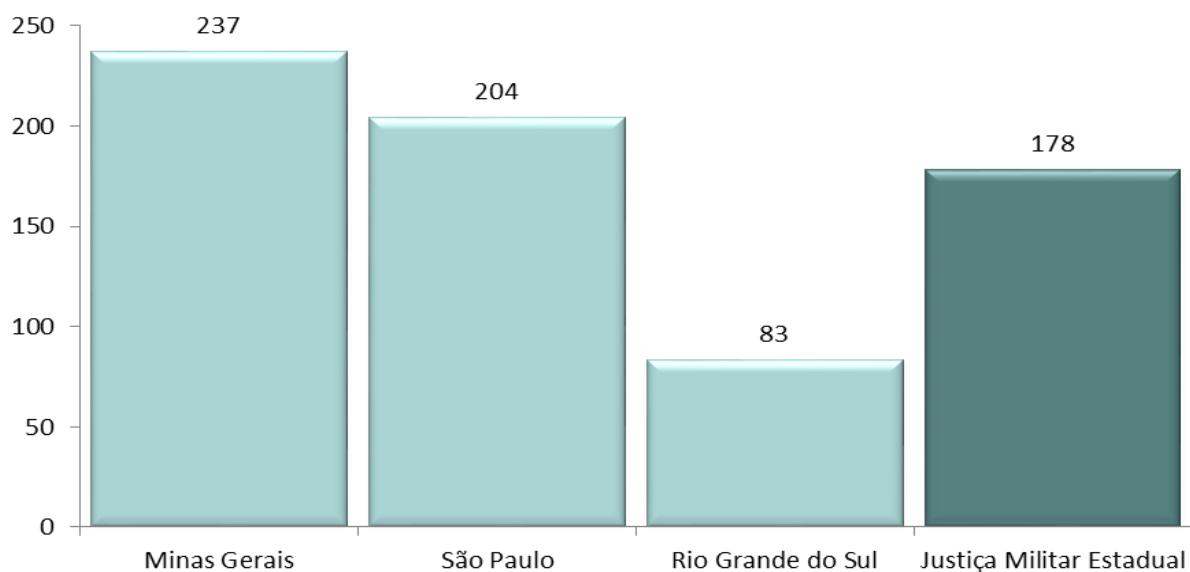
2.3.6. SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Tabela 2.44 - SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Tribunal de Justiça Militar	Sent - Total de Sentenças / Decisões	Mag - Total de Magistrados: Força de Trabalho	SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado
Minas Gerais	3.081	13	237
Rio Grande do Sul	1.001	12	83
São Paulo	2.861	14	204
Justiça Militar Estadual	6.943	39	178

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.44 - SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Finalidade: Indicar o número de sentenças / decisões proferidas por cada Magistrado no período-base (semestre).

Fórmula: $SM = \text{Sent} / \text{Mag}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

Fórmula: $\text{Sent} = \text{DecCrim2}^\circ + \text{DecNCrim2}^\circ + \text{SentCCrim1}^\circ + \text{SentCNCrim1}^\circ + \text{SentJudCrim1}^\circ + \text{SentJudNCrim1}^\circ$

Fórmula: $\text{Mag} = \text{MagE2}^\circ + \text{MagP1}^\circ - \text{MagAJ1}^\circ$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

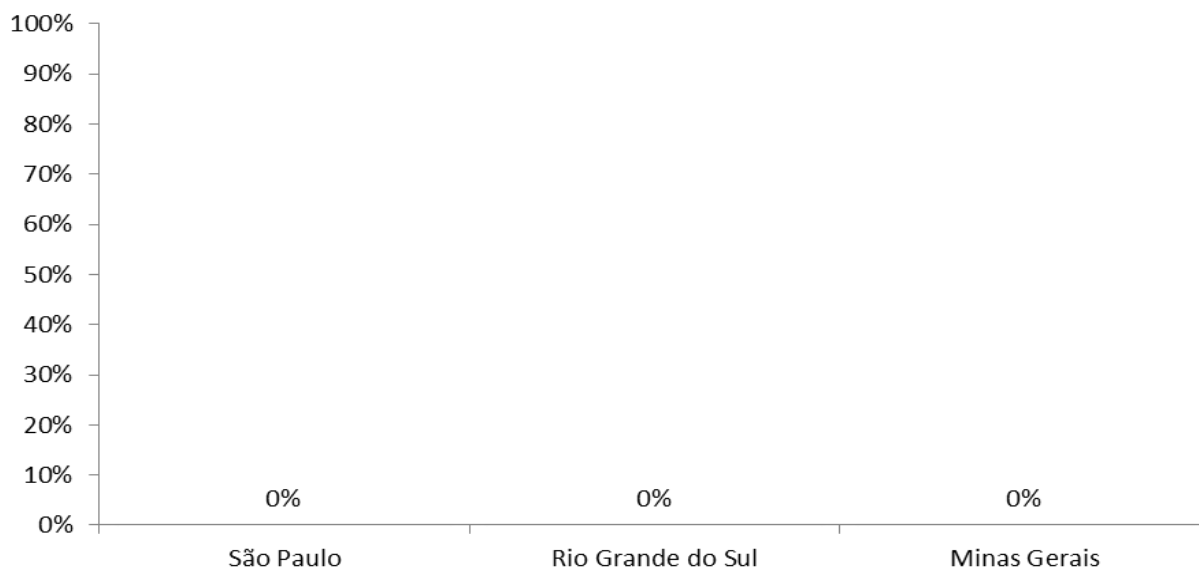
2.3.7. ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Tabela 2.45 - ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Tribunal de Justiça Militar	CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau	CnElet1º - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau	ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos
Minas Gerais	0	0	1.030	916	0%
Rio Grande do Sul	0	0	380	401	0%
São Paulo	0	0	826	951	0%
Justiça Militar Estadual	0	0	2.236	2.268	0%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.45 - ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Finalidade: Indicar o número de processos eletrônicos no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEI} = (\text{CnElet2º} + \text{CnElet1º}) / (\text{Cn2º} + \text{Cn1º})$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau: Os processos eletrônicos, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que ingressaram na Justiça Militar Estadual de 2º Grau no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnCrim2º - Casos Novos no 2º Grau Criminais e b) CnNCrim2º - Casos novos no 2º Grau não-criminais.

- CnElet1º - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau: Os processos eletrônicos que ingressaram na Justiça Militar Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnCrim1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau criminais; b) CnNCrim1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau não-criminais.

Fórmula: $\text{Cn2º} = \text{CnCrim2º} + \text{CnNCrim2º}$

Fórmula: $\text{CnC1º} = \text{CnCrim1º} + \text{CnNCrim1º}$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

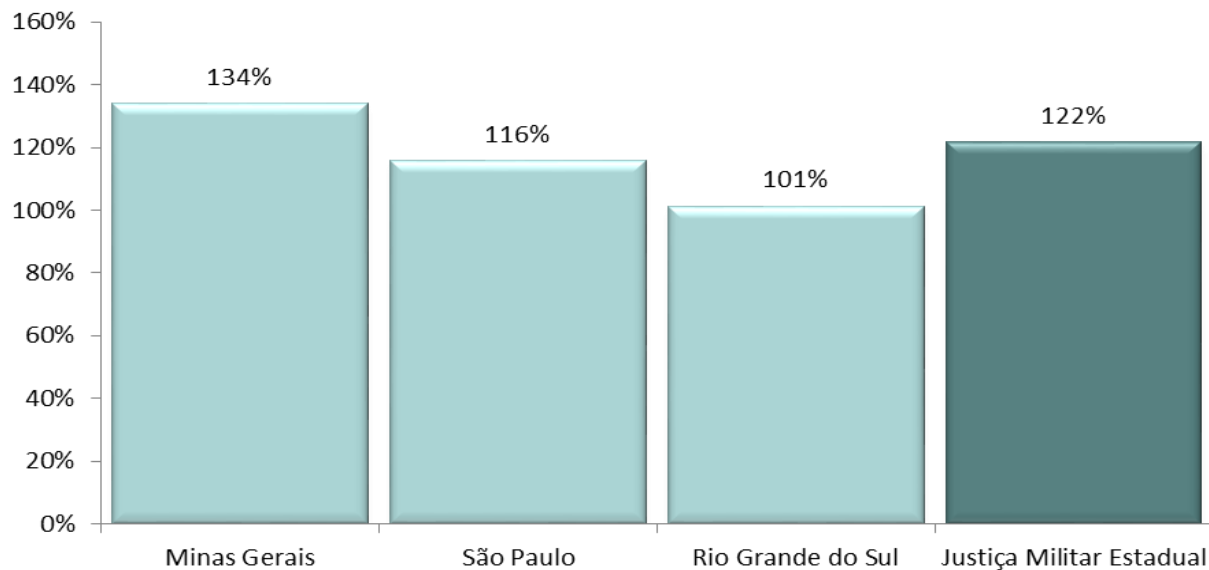
2.3.8. IAD - Processos Baixados por Caso Novo

Tabela 2.46 - IAD - Processos Baixados por Caso Novo

Tribunal de Justiça Militar	TBaix - Total de Processos Baixados	Cn - Casos Novos	IAD - Processos Baixados por Caso Novo
Minas Gerais	3.492	2.604	134%
Rio Grande do Sul	959	947	101%
São Paulo	2.405	2.078	116%
Justiça Militar Estadual	6.856	5.629	122%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.46 - IAD - Processos Baixados por Caso Novo



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

IAD - Processos Baixados por Caso Novo

Finalidade: Indicar o percentual do total de processos baixados em relação ao número de casos novos no período-base (semestre).

$$IAD = T\text{Baix} / Cn$$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

$$\text{Fórmula: } T\text{Baix} = T\text{BaixCrim}2^{\circ} + T\text{BaixNCrim}2^{\circ} + T\text{BaixCCrim}1^{\circ} + T\text{BaixCNCrim}1^{\circ} + T\text{BaixJudCrim}1^{\circ} + T\text{BaixJudNCrim}1^{\circ}$$

$$\text{Fórmula: } Cn = Cn\text{Crim}2^{\circ} + Cn\text{NCrim}2^{\circ} + Cn\text{CCrim}1^{\circ} + Cn\text{CNCrim}1^{\circ} + \text{ExeJudCrim}1^{\circ} + \text{ExeJudNCrim}1^{\circ}$$

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

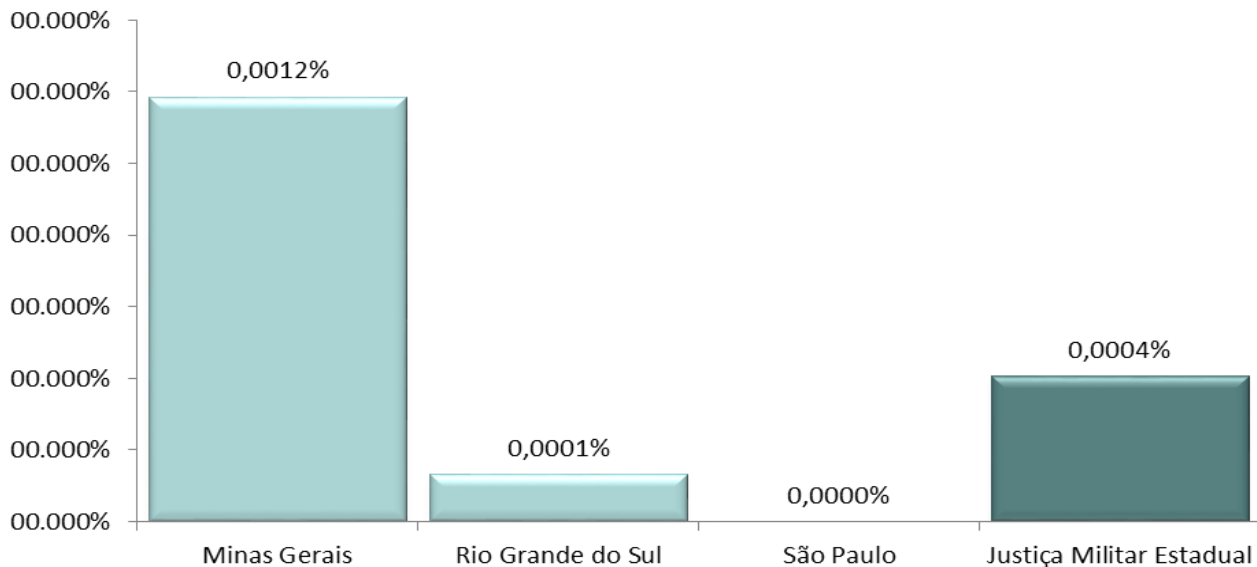
3.1 A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Tabela 3.1 A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Tribunal de Justiça Militar	JG - Assistência Judiciária Gratuita	Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual	A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual
Minas Gerais	414	34.919.761	0,0012%
Rio Grande do Sul	36	27.247.141	0,0001%
São Paulo	0	48.499.671	0,0000%
Justiça Militar Estadual	450	110.666.572	0,0004%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 3.1 A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual

Finalidade: Indicar o que o gasto com assistência judiciária representa em relação à Despesa Total da Justiça Militar Estadual no ano-base.

Fórmula: $A1 = JG / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- JG - Assistência Judiciária Gratuita: As despesas com assistência judiciária gratuita efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo remuneração de tradutor/intérprete e peritos. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Militar Estadual: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as requisições de pequeno valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores ao ano-base.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

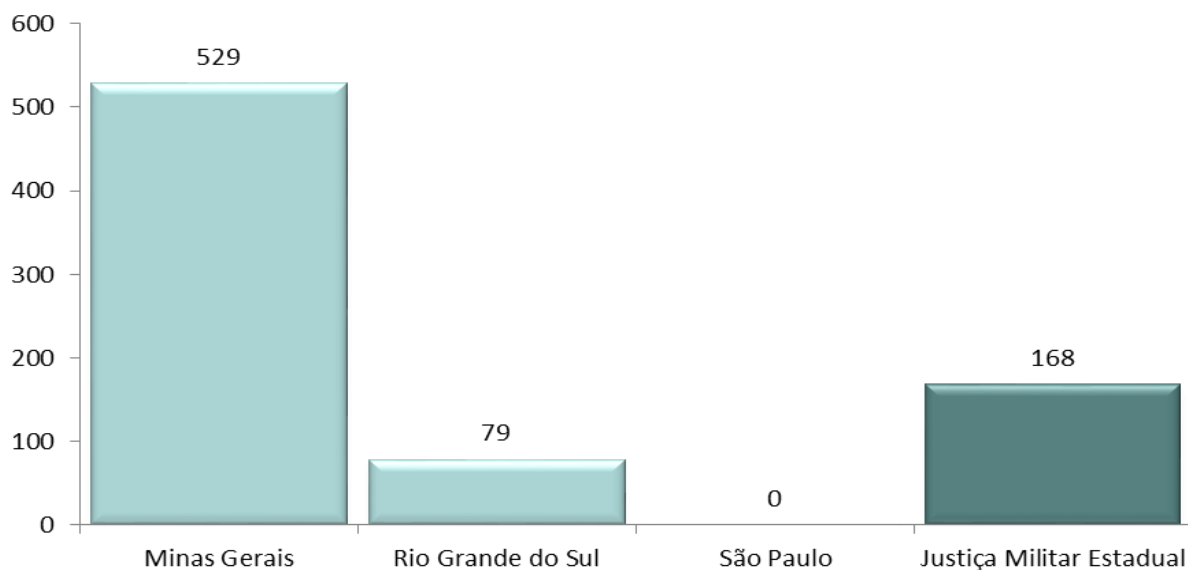
3.2 A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 militares estaduais

Tabela 3.2 A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 militares estaduais

Tribunal de Justiça Militar	JG - Assistência Judiciária Gratuita	me2 - Número de Militares Estaduais por 100.000	A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 militares estaduais
Minas Gerais	414	1	529
Rio Grande do Sul	36	0	79
São Paulo	0	1	0
Justiça Militar Estadual	450	3	168

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 3.2 A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 militares estaduais



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 militares estaduais

Finalidade: Indicar qual a despesa da Justiça Militar Estadual com assistência judiciária para cada 100.000 militares do estado no ano-base.

Fórmula: $A2 = JG / me2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- JG - Assistência Judiciária Gratuita: As despesas com assistência judiciária gratuita efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo remuneração de tradutor/intérprete e peritos. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores.
- me2 - Número de Militares Estaduais por 100.000: Número de Policiais Militares e Bombeiros Militares ativos e inativos no estado dividido por 100.000 (Fonte: Poder Executivo Estadual).

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

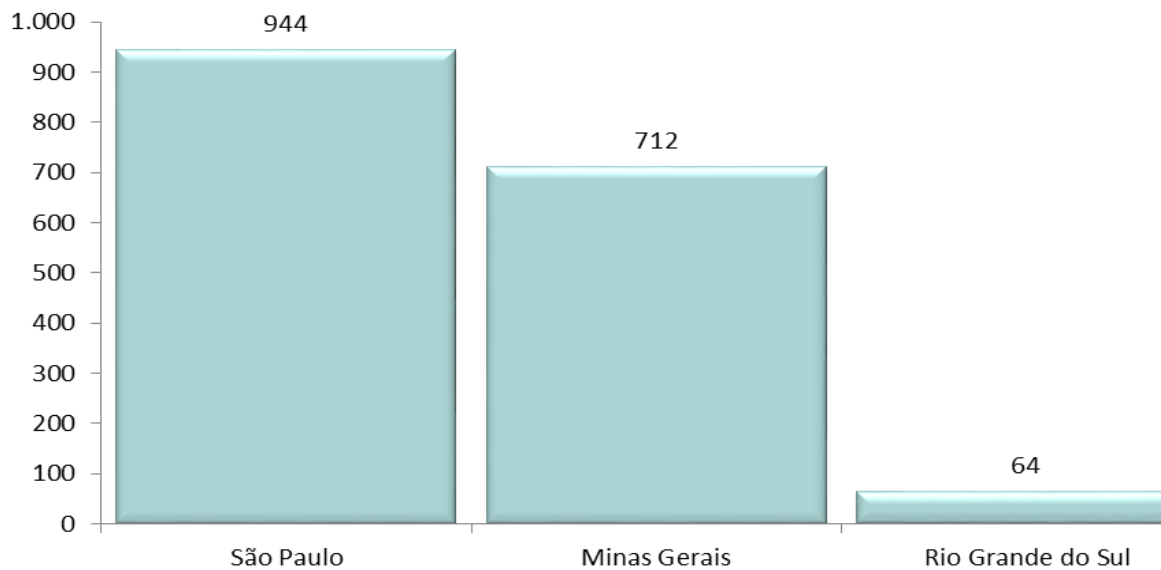
3.3 Dem - Demandantes

Tabela 3.3 Dem - Demandantes

Tribunal de Justiça Militar	Dem - Demandantes
Minas Gerais	712
Rio Grande do Sul	64
São Paulo	944
Justiça Militar Estadual	1.720

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 3.3 Dem - Demandantes



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

Dem - Demandantes

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de demandantes que tiveram acesso à Justiça Militar Estadual no ano-base.

Fórmula: Dem = Demandantes

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.4. Poder Público como Demandante.

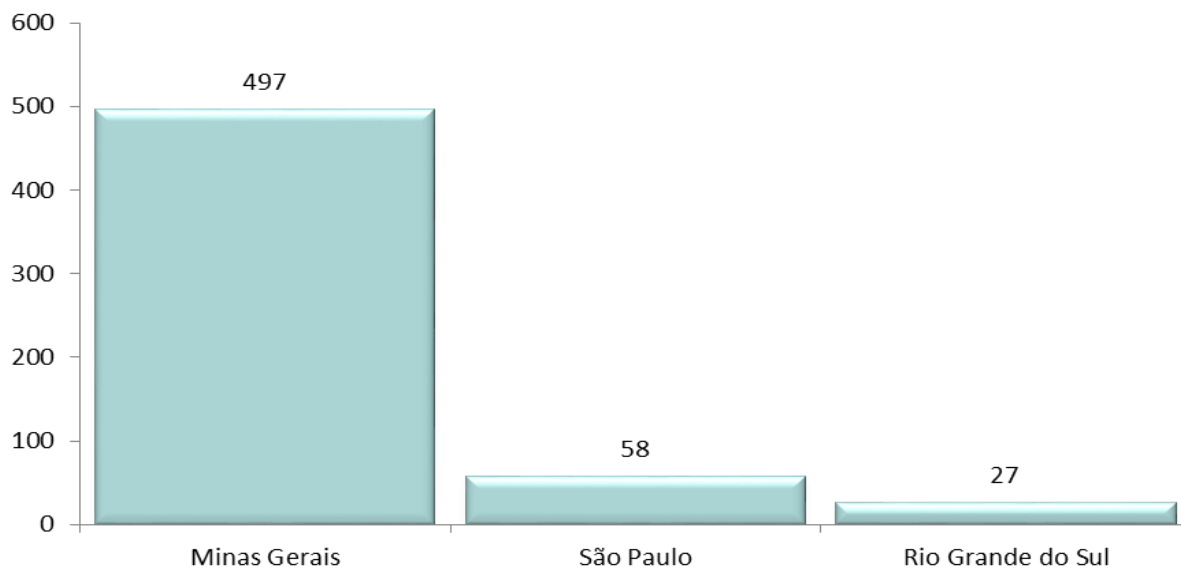
3.4.1. DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:

Tabela 3.4 DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:

Tribunal de Justiça Militar	Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:
Minas Gerais	0	497	0	497
Rio Grande do Sul	0	27	0	27
São Paulo	0	58	0	58
Justiça Militar Estadual	0	582	0	582

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 3.4 DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas pelos entes públicos no âmbito da Justiça Militar Estadual de 2º Grau no ano-base.

Fórmula: $DGovP2^\circ = CnPF2^\circ + CnPE2^\circ + CnPM2^\circ + CpPF2^\circ + CpPE2^\circ + CpPM2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.4. Poder Público como Demandante.

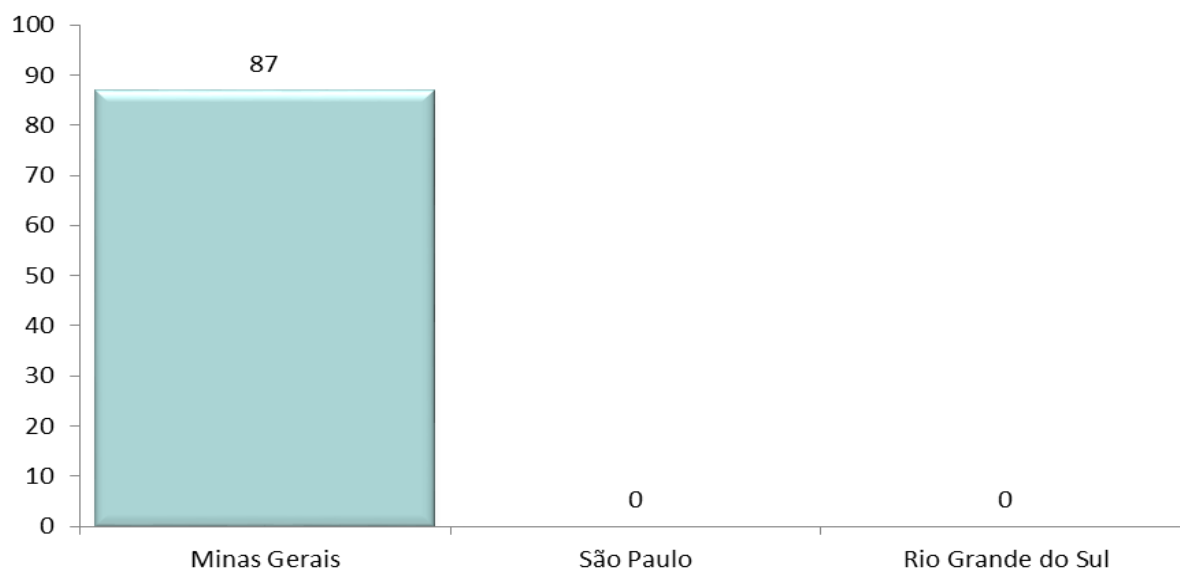
3.4.2. DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:

Tabela 3.5 DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:

Tribunal de Justiça Militar	Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:
Minas Gerais	0	87	0	87
Rio Grande do Sul	0	0	0	0
São Paulo	0	0	0	0
Justiça Militar Estadual	0	87	0	87

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 3.5 DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas pelos entes públicos no âmbito da Justiça Militar Estadual de 1º Grau no ano-base.

Fórmula: $DGovP1^\circ = CnPF1^\circ + CnPE1^\circ + CnPM1^\circ + CpPF1^\circ + CpPE1^\circ + CpPM1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.5. Poder Público como Demandado.

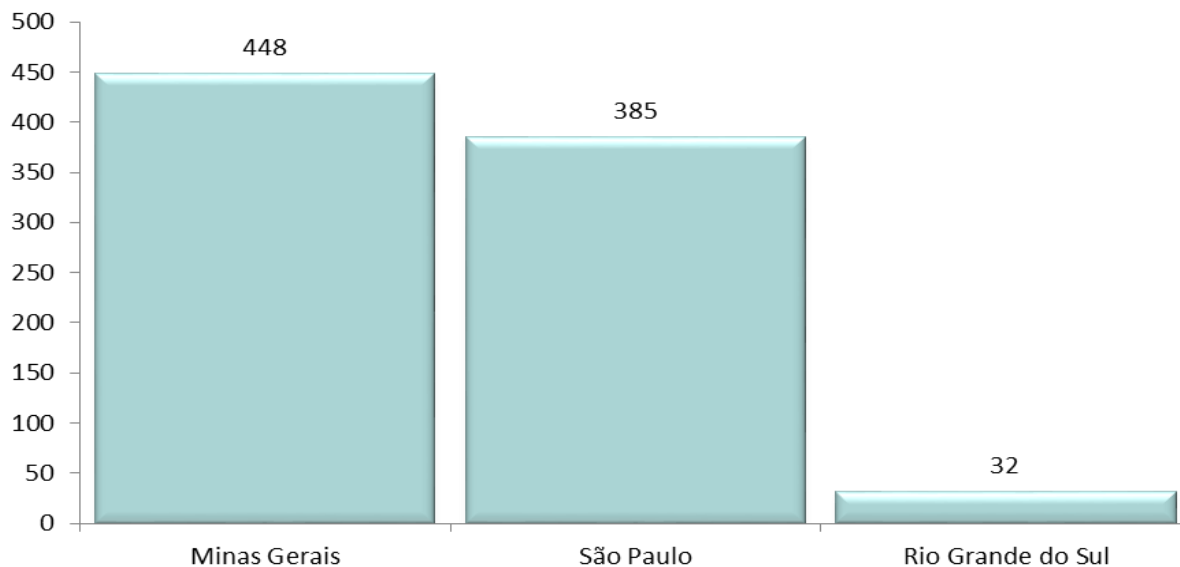
3.5.1. DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:

Tabela 3.6 DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:

Tribunal de Justiça Militar	Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:
Minas Gerais	0	448	0	448
Rio Grande do Sul	0	32	0	32
São Paulo	0	385	0	385
Justiça Militar Estadual	0	865	0	865

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 3.6 DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas contra os entes públicos no âmbito da Justiça Militar Estadual de 2º Grau no ano-base.

Fórmula: $DGovC2^\circ = CnCF2^\circ + CnCE2^\circ + CnCM2^\circ + CpCF2^\circ + CpCE2^\circ + CpCM2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.5. Poder Público como Demandado.

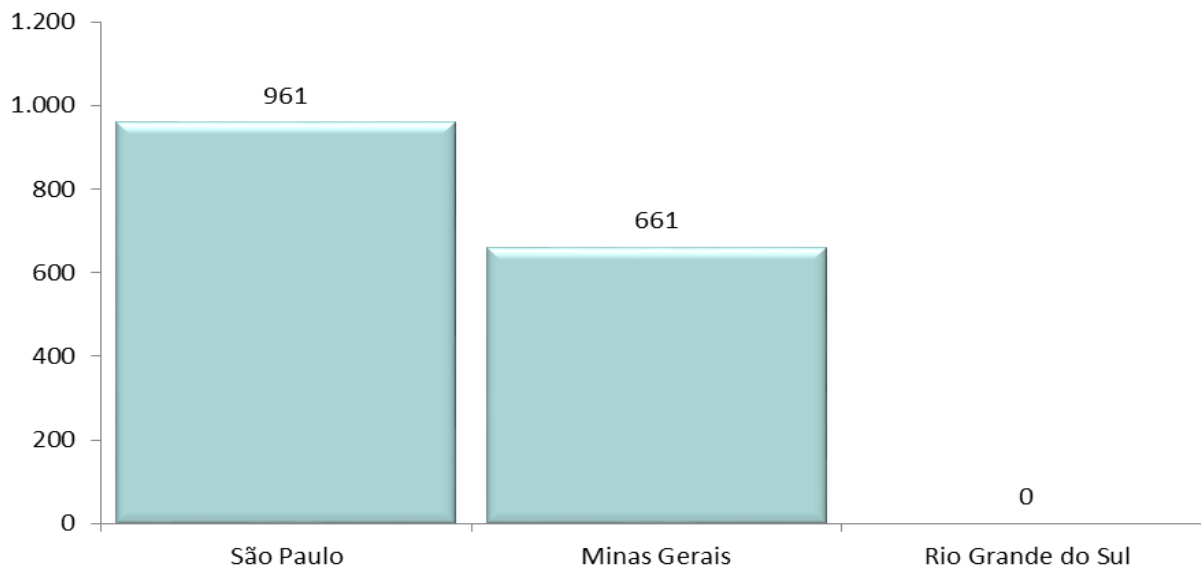
3.5.2. DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:

Tabela 3.7 DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:

Tribunal de Justiça Militar	Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:
Minas Gerais	0	661	0	661
Rio Grande do Sul	0	0	0	0
São Paulo	0	961	0	961
Justiça Militar Estadual	0	1.622	0	1.622

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 3.7 DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:



Fonte: Justiça em Números 2013.

Glossário:

DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas contra os entes públicos no âmbito da Justiça Militar Estadual de 1º Grau no ano-base.

Fórmula: $DGovC1^\circ = CnCF1^\circ + CnCE1^\circ + CnCM1^\circ + CpCF1^\circ + CpCE1^\circ + CpCM1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.